



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

MARILUZ COELHO BATISTA

MULHERES INDÍGENAS EM REDE:
Sociobiodiversidade do Local para o Global?

Belém
2023

MARILUZ COELHO BATISTA

MULHERES INDÍGENAS EM REDE:
Sociobiodiversidade do Local para o Global?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcela Vecchione Gonçalves.

Belém
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo
com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pe-
lo(a) autor(a)**

- C672m Coelho, Mariluz.
Mulheres indígenas em rede : Sociobiodiversidade do Local para o
Global? / Mariluz Coelho. — 2023.
137 f. : il. color.
Orientador(a): Prof^ª. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2023.
1. Sociobiodiversidade 2. Povos indígenas. 3.
ciberspaço. 4. Amazônia. I. Título.

CDD 300

MARILUZ COELHO BATISTA

MULHERES INDÍGENAS EM REDE:
Sociobiodiversidade do Local para o Global?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marcela Vecchione Gonçalves
Orientadora – NAEA/ UFPA

Prof. Dr. Fábio Horácio Fonseca de Castro
Examinador Interno – NAEA/ UFPA

Prof. Dr. Leandro Lage
Examinador Externo – FACOM/UFPA

Para meus pais, Izabel e Ismael, que pelo trabalho na Amazônia, me ensinaram o valor da vida simples. Aos meus amores, Ana Beatriz e Gabriela, minhas filhas e João, meu filho. Por ele e elas, meus passos foram moldados.

Dedico este trabalho ao imenso patrimônio material e imaterial da Amazônia, de valor imensurável para a humanidade.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação carrega um pouco da minha essência. Na floresta onde nasci, o passatempo era ouvir o silêncio. Mas, sons pedagógicos vinham da natureza. Longe da educação formal, a Amazônia foi minha primeira escola.

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio. Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, que através de professores e funcionários, me deu a oportunidade de “sair da ilha para ver a ilha”, parafraseando José Saramago. Meus agradecimentos à minha amiga Simone Lima, forte, gentil, um exemplo de resiliência, que foi muito importante nessa minha fase de aprendizado e de vida.

Agradeço aos meus professores, professora Dra. Edna Maria Ramos de Castro, professor Dr. Fabio Carlos da Silva, professora Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian, professora Dra. Marcela Vecchione Goncalves, professora Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin, professora Dra. Claudia de Barros e Azevedo Ramos, professora Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês e professor Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade Junior.

Obrigada aos membros da banca, que foram fundamentais na mudança de rumo deste trabalho, Prof. Dr. Fábio Horácio Fonseca de Castro e Prof. Dr. Leandro Lage.

Por fim, com carinho e admiração, agradeço à minha orientadora Marcela Vecchione. Obrigada pelos ensinamentos assertivos, pela paciência e pela sensibilidade nas horas difíceis. Obrigada por me ajudar neste resgate de volta à essência.

RESUMO

A atuação dos povos originários no ciberespaço cresceu a partir do ano de 2020, mais intensamente na pandemia *Covid-19*. Nesse sentido, as mulheres indígenas assumiram o protagonismo nas redes virtuais em defesa dos direitos dos povos originários. A pesquisa buscou entender se essa apropriação da tecnologia e do ciberespaço pelos povos indígenas é um caminho para a proteção do patrimônio material e imaterial da Amazônia, desde o destacado papel das mulheres indígenas. Analisou-se, assim, a presença dessas mulheres atuando em rede, por meio de uma possível política de lugar, do Local para o Global, entre maio de 2020 e janeiro de 2022. Foi utilizado um conjunto metodológico qualitativo, incluindo pesquisa bibliográfica integrativa, documental exploratória, além de observações com abordagens etnográficas multissituadas na rede *twitter*. Desde os seus resultados, a pesquisa pretende contribuir para a construção de políticas públicas no campo da proteção da sociobiodiversidade amazônica, tendo os povos indígenas, particularmente as mulheres originárias, como protagonistas em redes virtuais. Busca-se, assim, identificar ações por meio da apresentação política desses sujeitos nas redes para a proteção do bioma amazônico e do patrimônio imaterial e material dos povos indígenas, com fins de mitigação dos riscos climáticos e conservação da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: sociobiodiversidade; povos indígenas; ciberespaço; Amazônia.

ABSTRACT

The involvement of indigenous peoples in cyberspace has grown since 2020, particularly during the *Covid-19* pandemic. In this regard, indigenous women have taken on a leading role in virtual networks to advocate for the rights of indigenous peoples. This research aims to explore whether this appropriation of technology and cyberspace by indigenous peoples can serve as a means to protect both the tangible and intangible heritage of the Amazon, with a focus on the significant contribution of indigenous women. The study examines the presence of indigenous women in networked activities, exploring the concept of "place politics" and the shift from the local to the global. The research period spans from May 2020 to January 2022, utilizing a qualitative methodology that includes integrative bibliographic research, exploratory document analysis, and observations employing a multi-situated ethnographic approach on the Twitter platform. Through its findings, this research seeks to contribute to the development of public policies aimed at safeguarding the socio-biodiversity of the Amazon, with indigenous peoples, particularly indigenous women, as key actors in virtual networks. The ultimate goal is to identify actions and strategies by showcasing the political agency of these individuals on online platforms, in order to protect the Amazon biome and the intangible and material heritage of Indigenous Peoples, thereby mitigating climate risks and preserving socio-biodiversity.

Keywords: socio-biodiversity; indigenous peoples; cyberspace; Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1-	Corpus de observação no twitter.....	22
Quadro 2-	Formulário de coleta no <i>twitter</i>	22
Quadro 3-	Formulário de coleta no twitter.....	23
Figura 1-	Desenho do processo de coleta.....	24
Figura 2-	Desenho do processo de coleta.....	25
Figura 3-	Formulário Google Forms para coleta direta.....	26
Mapa 1-	Sistema da NASA monitora o fogo do desmatamento.....	32
Mapa 2-	Sistema da NASA: relação entre incêndios e desmatamento.....	33
Mapa 3-	Sistema da NASA: incêndios em áreas protegidas.....	33
Figura 4-	Plataformas do MapBiomas: dados e estatísticas resultado do trabalho dos pesquisadores com a utilização da tecnologia e da Internet.....	35
Figura 5-	Plataforma do IMAZON: inteligência artificial para estimar riscos de desmatamento.....	37
Figura 6-	Plataforma do INPE: monitoramento de desmatamentos e riscos de incêndios florestais.....	37
Gráfico 1-	Tecnologia monitora a atividade do fogo na Amazônia.....	38
Figura 7-	<i>Site</i> da NASA mostra a dimensão do fogo em toda a Amazônia (2019)	39
Figura 8-	Terras indígenas (em verde) são áreas de proteção ambiental e pertencem aos povos indígenas, onde há focos de incêndios criminosos (em vermelho).....	40
Figura 9-	O crescimento do desmatamento na Amazônia Legal.....	41
Figura 10-	Terras protegidas: áreas de desmatamento na Amazônia Legal em 2020.....	42
Fotografia 1-	Antropólogo Darrel Posey - pesquisas com o povo indígena Kayapó.....	45
Fotografia 2-	Revista Veja sobre Paulinho Paiakan.....	46
Fotografia 3-	Indígenas utilizam a tecnologia para informação e comunicação.....	47
Figura 11-	Guardiões da floresta fazem monitoramento dos incêndios florestais criminosos e desmatamentos ilegais em terras protegidas.....	48
Figura 12-	O aplicativo CÔ.....	48
Figura 13-	<i>Twitter</i> : exemplos de <i>tweets</i> com citação da palavra “desmatamento”	50

Figura 14-	<i>Twitter</i> : publicações citando diretamente as palavras “incêndios”, “fogo” ou “queimadas”	51
Fotografia 4-	Tuíre: na luta contra a Usina Belo Monte-Kararo, no Rio Xingu – Audiência pública no município de Altamira, no Estado do Pará.....	57
Fotografias 5-	Belém + 30.....	58
Quadro 4-	Relatório de participação – Belém + 30.....	59
Fotografia 6-	Luciana Ticuna, no Belém + 30. Protesto contra desmatamento e invasão de terras indígenas.....	60
Mapa 4-	Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil.....	61
Fotografia 7-	ONU Mulheres/Isabel Clavelin.....	62
Fotografia 8-	ONU Mulheres/Isabel Clavelin.....	64
Figura 16-	Assembleia online, nos dias 7 e 8 de agosto, com o tema “O sagrado da existência e a cura da terra”.....	65
Figura 17-	2ª Marcha das Mulheres Indígenas.....	66
Figura 18-	Nós por nós.....	66
Quadro 5-	Deputados indígenas eleitos.....	67
Fotografia 10-	Falar sobre gênero é cuidar da infância, da juventude e do território: mulheres indígenas debatem importância de políticas públicas na tenda da Amazônia no ATL 2023.....	68
Figura 19-	TWEETS da Anmiga.....	69
Fotografia 10-	Imagem do momento em que a cacica Juma Xipaia. Instagram: Juma_Xipaia.....	71
Figura 20-	Participação na Cop26 em protesto contra os danos das hidrelétricas na Amazônia.....	73
Figura 21-	Mulheres indígena utilizam a cultura como linguagem na rede amiga no <i>twitter</i>	75
Figura 22-	Cacica Cullung Vei-Tcha-Teie.	76
Figura 23-	Célia Xakriabá no campo da política	80
Figura 24-	Mulheres indígenas no ciberespaço.....	81
Figura 25-	Mulheres indígenas usam domínio do corpo como linguagem.....	82
Figura 26-	Mulheres indígenas ocupam as redes virtuais.....	83
Figura 27-	Mulheres indígenas ganham notoriedade nos espaços de poder.....	84
Figura 28-	Mulheres indígenas em vários campos de atuação.....	85
Figura 29-	Mulheres indígenas ocupam espaços de poder.....	86
Figura 30-	Mulheres indígenas em luta pelos direitos dos povos originários.....	87
Mapa 5-	Indígenas mortos pela <i>Covid-19</i>	88

Fotografia 11-	Indígenas na linha de frente da <i>Covid-19</i>	90
Quadro 6-	Campanhas realizadas por mulheres indígenas na <i>Covid-19</i>	92
Figura 31-	Mulheres indígenas no enfrentamento da <i>Covid-19</i>	93
Figura 32-	Juma Xipaia mostra a situação dos povos indígenas na <i>Covid-19</i>	95
Figura 33-	Marcha das Mulheres Indígenas.....	96
Figura 34-	2ª Marcha das Mulheres Indígenas.....	97
Figura 35-	Rede de comunicadoras indígenas.....	98
Figura 36-	Comunicadoras indígenas pelos direitos do Povos.....	99
Figura 37 -	Comunicadoras indígenas utilizam cultura indígena para interagir com os públicos.....	100
Figura 38-	Comunicadora indígena usa as redes digitais para ensinar e desconstruir termos pejorativos.....	104
Gráfico 2, 3-	Consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará.....	106
Gráfico 4-	Consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará.....	107
Figura 39, 40-	Respostas à consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará.....	108
Figura 41-	Respostas à consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará.....	109
Figura 42-	Live mulheres indígenas.....	110
Quadro 7-	<i>Digital humanities global</i> – Visão dos atores reunidos em Paris em 2010.....	113
Mapa 6-	Concentração do poder de decisão dos especialistas em Digital Humanities Global (Digital Humanities Decision Power).....	115
Figura 43-	Lideranças indígenas mulheres defendem seus territórios em seus locais em “glocalidades virtuais”.....	118
Fotografia 12-	O menino indígena em contato com a tecnologia.....	120
Fotografias 13-	O-é Kayapó Paiakan, filha de Paulinho Paiakan, assumiu o legado do pai e tornou-se cacica.....	122
Esquema 1-	Rede dos povos indígenas nos territórios vituais.....	124

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGIR	Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia
AMARN	Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMITRUT	Associação das Mulheres Indígenas de Taracará, Rio Uaupés e Tiquié
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL	Acampamento Terra Livre
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CES	Centro de Estudos Sociais
COIAB	Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
DMIAB	Departamento de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
EUA	Estados Unidos da América
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GFED	<i>Global Fire Emissions Database</i>
HD	Humanidade Digital
HDA	Hemorragia Digestiva Alta
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA	Instituto Socioambiental
MHD	Manifesto das Humanidades Digitais
MODIS	<i>Moderate-Resolution Imaging Spectroradiometer</i>
NASA	Agência Espacial Americana
OC	Observatório do Clima
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PACQ	Plano de Ação Emergencial de Combate às Queimadas ilegais
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa
TAR	Teoria Ator-Rede
TI	Terras Indígenas
UMIAB	União de Mulheres Indígenas da Amazônia
UC	Unidades de Conservação
UMIAB	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
USAID	United States Agency For International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
3	O USO DA TECNOLOGIA E DA INTERNET NA PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA.....	30
3.1	O monitoramento tecnológico e virtual do desmatamento e incêndios na Amazônia.....	30
3.2	As novas formas de comunicação e o protagonismo dos povos indígenas...	44
3.3	A trajetória de atuação dos povos indígenas no ciberespaço na proteção da sociobiodiversidade da Amazônia.....	51
4	A APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA E DO CIBERESPAÇO PELAS MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA.....	55
4.1	A evolução dos movimentos de mulheres indígenas na Amazônia em defesa da sociobiodiversidade.....	55
4.2	A luta das mulheres indígenas no ciberespaço.....	74
4.3	Mulheres indígenas e a pandemia <i>Covid-19</i>.....	88
4.4	Territórios e vulnerabilidades digitais.....	104
5	POVOS INDÍGENAS, POLÍTICA DE LUGAR E O DEBATE DAS HUMANIDADES DIGITAIS GLOBAIS.....	111
5.1	Humanidades digitais globais.....	111
5.2	Entre o global e o local surgem as “glocalidades digitais”	117
5.3	As práticas dos povos originários na internet e a política de lugar.....	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES.....	123
	REFERÊNCIAS.....	127

1 INTRODUÇÃO

Na última década, as ciências na Amazônia passaram a utilizar, largamente, as tecnologias e a internet para pesquisa, processamento de informações, monitoramento das problemáticas do território amazônico e difusão científica (Zaparolli, 2021). Isso ocorre na comunidade científica e entre outros grupos sociais organizados, parte do conjunto mais amplo da sociedade civil. De ambos os lados, nota-se um significativo crescimento no uso das tecnologias para monitoramento e proteção da floresta, seja por meio das plataformas, ou através da atuação das organizações indígenas no ciberespaço.

Sabe-se que, historicamente, os povos originários organizam-se em redes de ligação entre as etnias, no processo de luta e resistência pela proteção do patrimônio material e imaterial da Amazônia (Porto-Gonçalves, 2017; Sawyer, 2011). Contudo, mais intensamente a partir de 2019, eles passaram a apropriar-se das tecnologias e da internet nos movimentos em defesa de seus territórios e da floresta.

Com a presença crescente no ciberespaço, os povos indígenas ampliam suas redes de comunicação inclusiva e participativa e a comunicação com vários públicos, alcançando pessoas de todo o planeta, dentro dos territórios desses espaços virtuais (Regattieri, 2021). Isso vem acontecendo em produções próprias, ou em interação com a comunidade científica, para monitorar e denunciar a degradação socioambiental no Brasil e especificamente na Amazônia.

Os mais recentes movimentos de resistência dos povos indígenas foram motivados pela defesa e manutenção dos direitos conquistados na Constituição de 88 e também contra a política indigenista anti-indígena do governo Bolsonaro (ISA, 2020, não paginado). Porém, nota-se uma diferença relevante entre a luta de 1988, que garantiu os direitos dos povos originários na Constituição Brasileira (CF/88), e as novas resistências surgidas, mais recentemente, pela defesa dos territórios e contra os desmatamentos e incêndios na Amazônia. Naquele período da aprovação da CF/88, os meios de divulgação e comunicação eram restritos à imprensa tradicional, com a predominância de veículos como a TV, o rádio e os jornais impressos. Não havia o que Castells (2015) classificou como autocomunicação de massa, que surgiu com o advento da internet. As ameaças históricas contra a Amazônia e os povos indígenas, ressurgiram com novos atores e sujeitos sociais, formando-se cenários de multirrisco socioambientais (Komendantova, *et al.*, 2014). Diante disso, percebeu-se as novas resistências e o crescimento no uso da tecnologia e do ciberespaço para colaborar, principalmente, com o combate aos desmatamento, incêndios florestais e defesa dos territórios.

Assim, desde a teoria da autocomunicação de massa¹, que surgiu com a popularização da internet (Castells, 2015), passando pela massificação do uso do ciberespaço na pandemia *Covid-19*, em 2020, a tecnologia e a Internet adentraram com intensidade a Amazônia. Em vista disso, muito mais do que o avanço tecnológico e de maior acesso ao ciberespaço, a região galga transformações nas suas relações comunicacionais.

O uso do ciberespaço na região amazônica ganhou mais força ainda a partir de 2020, em razão da pandemia *Covid-19* e dos movimentos sociais contra os retrocessos na política ambiental no Brasil. A tecnologia passou a impulsionar o trabalho de pesquisa científica e o monitoramento das ameaças socioambientais na região. As práticas envolvendo tecnologia, conhecimento científico e conhecimentos tradicionais estão presentes e em franco crescimento na região (Sá Júnior *et al.*, 2021).

Nesse contexto de novas resistências, a partir do uso das tecnologias e da internet, destacamos o papel das mulheres indígenas, que passaram a assumir posições de liderança ao conquistarem espaços que antes eram dominados exclusivamente por homens indígenas. As mulheres originárias passaram a agir nos seus domínios – corpo, casa, meio ambiente e política por meio da tecnologia e do ciberespaço, formando redes que convergem em um movimento do local para o global, a partir das suas identidades. Escobar e Harcourt (2002, p. 10) afirmam que, “ao chamar a atenção para os corpos como sujeitos políticos, reconhece-se que “somos nossos corpos” e que toda experiência racional, emocional ou de outra natureza, ou filtragem da experiência, é finalmente obtida através do corpo. O eu político não é distinto do corpo”. (Escobar; Harcourt, 2002).

Neste trabalho, analisamos a utilização das tecnologias e da *internet* pelos povos indígenas, no intuito de proteção da sociobiodiversidade da Amazônia, em busca de possível política de lugar. Para isso, identificamos exemplos da atuação desses atores no ciberespaço, especialmente a apropriação da tecnologia e da internet pelo movimento de mulheres indígenas na Amazônia e a marcha de mulheres indígenas no Brasil contra a degradação socioambiental.

A inspiração para estudar, ainda que de forma introdutória, esse fenômeno de apropriação das tecnologias e da internet pelos povos indígenas, surgiu após uma conversa virtual que tive com o cacique Edimar Guarani. Ele colabora como fonte da pesquisa

¹2 Castells classifica como autocomunicação de massa uma nova forma de comunicação, que não depende de intermediação. O autor diz que “com a difusão da internet surgiu uma nova forma de comunicação interativa, caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido” (Castells, 2015, p. 112).

intitulada “políticas públicas e a análise da comunicação relacional de riscos socioambientais”, que está em andamento na Universidade de Coimbra (PT).

A última videoconferência aconteceu a partir de Portugal, entre a cidade de Viseu (PT), pela plataforma *Google Meet*, e a cidade de Marabá (BR), no Estado do Pará, onde Edimar estuda. Na entrevista, o cacique utilizou o aparelho de celular com acesso à internet para responder às perguntas e falar sobre a rotina na aldeia durante a crise sanitária da pandemia *Covid-19*. A situação, aparentemente comum em tempos atuais, é dotada de simbolismo, por indicar a possível presença na Amazônia do que a comunidade científica internacional classifica como exemplos de Humanidades Digitais Globais. Sabe-se que o debate das HDs Global ainda é amplo e pouco considera as especificidades sociais, ambientais e culturais de cada lugar. As definições ainda estão sob o olhar dos pesquisadores e especialistas do norte global (Dacos, 2013). Observa-se que o movimento das digital humanities inclui no universo digital global somente os trabalhos que foram concebidos pelas humanidades, do ponto de vista acadêmico e referendado pela ciência moderna. Então, primeiramente indagamos: podemos classificar como exemplo de HD a oralidade praticada pelos povos originários para transmitir os seus conhecimentos ancestrais? E ainda: a tecnologia e a internet, inseridas em uma política de lugar, a partir das redes organizadas no ciberespaço, poderiam abarcar o conhecimento construído no passado em interação com o presente do planeta? Não nos referimos apenas ao conhecimento científico e acadêmicos, mas, também e, principalmente, aos conhecimentos tradicionais advindos do universo simbólico expressados na oralidade

Ao longo da pesquisa, as teorias acerca das HDs globais não foram suficientes para explicar os movimentos dos povos originários, especialmente a atuação das mulheres indígenas, envolvendo o uso da internet e da tecnologia. Os povos originários criaram redes digitais, que vêm crescendo no Brasil e, em particular, na Amazônia. Essas redes no ciberespaço estão sendo utilizadas para garantir e sobretudo para mobilizar seus direitos territoriais a fim de promover a preservação socioambiental. Mobilizam, assim, os direitos territoriais e demarcação de terras - uma dinâmica aparentemente local - como princípios planetários sendo, conseqüentemente, direitos humanos, em nível global. Caminham assim, enquanto se mobilizam nas redes, e concomitantemente em seus territórios, do local para o global. No entanto, não destacam ou distinguem essa diferença como outros sujeitos globais envolvidos no ativismo climático e ambiental. A materialidade do corpo e da terra e a sensibilidade em torno desses que mobilizam a sobrevivência e desafiam a constituição da política ambiental global. Talvez, por isso, a internet e o ciberespaço possam ser lugar global

de articulação para a proteção local, já que a mobilização dos afetos pode se originar em uma materialidade visível, mas o que materializa a política vem de relações e relacionalidades de afeto territoriais. Tais relações podem, muito bem, ser performadas e forjadas em relações transpostas e afetos mobilizados globalmente, pela internet, sem que a separação estes lugares (global ou local) seja condição de tornar possível as relações entre quem está de um lado e de outro e, principalmente, sem que isso vede a percepção de que a “Cura da Terra” é, em última instância a cura da terra (do território).²

Assim, poderia ser esse movimento de ultrapassar a contradição entre o local e o global, via a internet, parte de uma nova política de lugar, a partir de identidades transformadoras, como ensinou Escobar (2005)? Ou seja, estaria a internet e, sobretudo, a apropriação da internet pelas mulheres indígenas sendo uma forma não apenas de construir o global do local, mas de vir do local para dimensionar o que de global possa haver em seu propósito? Uma política de ciberespaço que considere o lugar e sua diversidade cultural? Escobar (2005) sugere “reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de múltiplas práticas baseadas em lugares” (Escobar, 2005, p. 160). Uma política baseada no lugar deve enfrentar as complexidades das possibilidades de lugares, em um tempo no qual nada é puramente local ou global, mas, em um novo processo, podem ser entendidos como “glocais” (Escobar; Harcourt, 2007).

Assim, o contexto amplo deste estudo situa-se no debate sobre as questões socioambientais. O processo de mundialização e globalização econômica criou o que se convencionou chamar de progresso e desenvolvimento (Morin, 2011). Este modelo vigente desigual, que divide norte e sul global, avançado e atrasado, desenvolvido e em desenvolvimento, tem na mercantilização da natureza um dos seus alicerces (Leff, 2003; Krenak, 2019). As consequências da exploração da natureza como mercadoria e como fonte inesgotável estão entre as “doenças da civilização”, provocando “danos colaterais ecológicos” (Morin, 2016), como parte do colapso do modelo de desenvolvimento vigente no planeta (Escobar, 2005; Casanova, 2006; Pieterse, 2000). Entendemos que as populações tradicionais estão no centro dessa problemática e representam um pilar de resistência (Porto-Gonçalves, 2017; Sawyer, 2011).

² “Mulheres indígenas de todo o Brasil, realizaram uma mobilização histórica com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Mais de duas mil mulheres originárias de 113 povos ocuparam as ruas de Brasília para a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Em 2020, com o agravamento das violências contra os povos indígenas durante a pandemia da Covid-19, elas decidiram demarcar as telas e realizar a maior mobilização das mulheres indígenas nas redes. Nos dias 7 e 8 de agosto de 2020, aconteceu a grande assembleia online com o tema “O sagrado da existência e a cura da terra”. Consulta em 19 de junho de 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/08/01/mulheres-indigenas-o-sagrado-da-existencia-e-a-cura-da-terra/>. Acesso em: 1 dez. 2021.

Deste ponto de constatações, a seguinte questão problema norteou esta pesquisa: a atuação dos povos indígenas no ciberespaço é um caminho para proteção da sociobiodiversidade na Amazônia, no contexto de uma política de lugar? Assim, estabelecemos como objetivo geral deste trabalho a análise e a compreensão da utilização das tecnologias e da *internet* pelos povos indígenas, no intuito de proteção da sociobiodiversidade da Amazônia, considerando também a ótica conceitual das Humanidades Digitais Globais (HDs), em busca de uma política de lugar.

Mais especificamente, buscou-se: identificar exemplos da atuação dos povos originários no ciberespaço, com recortes em plataformas indígenas na internet e na rede *twitter*; analisar e compreender a apropriação da tecnologia e da internet pelo movimento de mulheres indígenas na Amazônia, incluindo a marcha de mulheres indígenas no Brasil contra a degradação socioambiental; compreender se a utilização das tecnologias e da internet pelos movimentos indígenas pode ser um caminho para proteção da sociobiodiversidade na Amazônia, considerando o debate global acerca das HDs, dentro de uma possível política de lugar.

Para uma investigação prudente, ressalta-se que este trabalho é de reflexão e também introdutório, considerando que os movimentos das organizações indígenas no ciberespaço são recentes, observados mais intensamente na última década, e de forma exponencial a partir da pandemia *Covid-19*. Além da pesquisa bibliográfica e documental, analisaram-se, especificamente, os movimentos de mulheres indígenas, que passaram a utilizar o ciberespaço para mobilizações e ações de proteção da sociobiodiversidade.

Considera-se que a relevância do tema de estudo proposto está representada em dois aspectos, que estão interligados e são entendidos como complementares. O primeiro aspecto está centrado no crescimento exponencial das redes digitais a partir da atuação da comunidade científica e dos povos indígenas. Entendemos que há necessidade de estudos para construção de políticas públicas que contemplem essas novas práticas no ciberespaço, no âmbito da difusão e circulação da informação para a proteção da sociobiodiversidade da Amazônia.

O segundo aspecto é a revolução tecnológica, que foi apressada no período da pandemia *Covid-19* (Zarocostas, 2020). A partir de 2020, foram criados territórios virtuais com atuação dos movimentos sociais, incluindo as redes dos povos indígenas, que passaram a ocupar o ciberespaço em momentos de resistência e defesa das questões socioambientais. Diante desse cenário, a exacerbação no uso da internet em tempos pandêmicos, requer investigação com o propósito de entender esse novo momento e também seus possíveis impactos na problemática socioambiental.

Entende-se que esses dois aspectos justificam a pesquisa, que foi amparada nos estudos sobre o fortalecimento de uma política de lugar (Escobar, 2005), a partir das glocalidades (Escobar; Harcourt, 2007), abrindo possíveis canais de comunicação entre o local e o global, no contexto dos movimentos de lutas e resistências na Amazônia. Escobar e Harcourt (2007) identificaram as “glocalidades”, que seriam lugares globais e locais ao mesmo tempo. Então, fica a pergunta: o ciberespaço poderia abrir esse processo em construção, que parte do local para o global e forma “glocalidades” em uma política de lugar? No capítulo 3, será analisada esta questão.

Neste trabalho, voltamos o olhar mais atentamente para as problemáticas que assolam os povos indígenas, em particular, os povos originários habitantes da Amazônia brasileira, como os desmatamentos ilegais e as queimadas (Torres; Doblaz; VanhouteE, 2017). Esses danos socioambientais estão no centro da luta pela manutenção dos direitos constitucionais dos povos indígenas, e também pela defesa da biodiversidade da floresta, em um tempo de grande preocupação em torno das alterações climáticas no planeta (Mercês; Gonçalves, 2017; ONU; IPCC, 2021)³. Ao longo dos capítulos, analisaremos as manifestações no ciberespaço como parte das estratégias na defesa do meio ambiente e do patrimônio imaterial da floresta, a partir da atuação dos povos indígenas.

Importante contextualizar o termo sociobiodiversidade, que é base do debate proposto nesta pesquisa. Entendemos que a sociobiodiversidade da Amazônia está intrinsecamente ligada aos povos originários. O patrimônio genético é indissociável do patrimônio cultural na Amazônia (Posey; Dutfield, 1996; Santilli, 2003; 2005). Assim, nos processos de defesa e conservação, não é possível olhar isoladamente o patrimônio genético dos ecossistemas como se fosse apartado do patrimônio cultural e imaterial inerente aos povos e comunidades tradicionais.

Posey (1996) traduziu o termo “tradicional” como práticas, crenças, costumes, conhecimento e herança cultural das comunidades indígenas e locais que vivem estreita ligação com a terra. Não tem como dissociar a biodiversidade da “sociobio”, porque também é fato que grande parte dos recursos genéticos do mundo está sob a custódia dos povos e comunidades tradicionais, e estes dependem destes recursos para sua existência e bem viver (Declaração de Belém, 1998). Então, há necessidade de avançar nos estudos e em práticas que possibilitem abrir novos caminhos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade da Amazônia por povos e comunidades tradicionais.

³ Relatório do IPCC é um código vermelho para a humanidade. Organização das Nações Unidas (ONU News, 9 ago. 2021). Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759292>. Acesso em: 1 dez. 2021.

Estimular e valorizar o uso sustentável da sociobiodiversidade por parte das comunidades locais, constitui uma estratégia fundamental, se não a última alternativa viável para mitigar as diversas mudanças ambientais em curso e se adaptar as novas realidades ecológicas e econômicas (Sawyer, 2011, p. 370).

Nesse sentido, toda a riqueza ambiental da Amazônia, incluindo as riquezas biológicas primárias, cultivadas pelas práticas culturais dos povos e comunidades tradicionais foram fundamentais para a sobrevivência e a liberdade desses povos frente ao avanço do capital comercial (Porto-Gonçalves, 2017). O autor identifica uma crise social e ambiental instaurada na Amazônia e observa que existe uma “encruzilhada”.

Ao analisar a Amazônia contemporânea, numa visão ampla da região e sua importância para a sobrevivência do planeta, Porto-Gonçalves (2017) propõe um novo olhar a partir dos atores habitantes da floresta e seus conhecimentos milenares sobre a Amazônia. A diversidade cultural, étnica, territorial da região é vista pelo autor como o caminho para a resistência, a contestação e a mudança de rumo.

Entendemos que resistir e contestar perpassa também o ato de comunicar, sendo a comunicação assim estratégica para trilhar uma política de defesa e proteção da sociobiodiversidade (Batista, 2018). Contudo, a comunicação no âmbito das relações sociais, a partir do ciberespaço, parece amplificar territórios, indo do real para o virtual e vice-versa.

Os povos originários, identificados como os guardiões da floresta e do patrimônio imaterial dos saberes milenares (Kopenawa, 2015), inserem-se nesse trânsito entre os espaços reais e virtuais. Nesse sentido, entende-se que a liderança dos povos indígenas, em suas localizações sociais e culturais, tem potencial para moldar processos globais dentro da política de lugar, para a construção de movimentos de mudanças (Escobar; Harcourt, 2002). Usando redes globais como a Internet e Organizações não Governamentais (ONGs) transnacionais, os movimentos sociais estão trabalhando para afirmar suas próprias visões, lutar por justiça e moldar os processos globais (Escobar; Harcourt, 2002, p. 13).

Parafraseando Gaston Bachelard, para o qual o conhecimento nasce de uma pergunta, este trabalho buscou esclarecer se a atuação dos povos indígenas no ciberespaço pode ser um caminho para proteção da sociobiodiversidade na Amazônia. Uma indagação que requer a análise partindo do pensamento complexo de Morin (2003), em contraponto ao método cartesiano, de forma que tomamos a referência histórica do anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend. Este epistemólogo se opôs ao método único de fazer ciência (Feyerabend, 2007), estando mais atento aos desafios, as mudanças e as contradições ocorrentes durante o processo de pesquisa que podem nos levar a mudar o conjunto dos métodos pela mudança de

nossa própria pergunta. Isto aconteceu nesta pesquisa, pois, primeiramente tomamos como ponto de partida da análise o que entendíamos como possíveis exemplos de práticas de Humanidades Digitais Globais na Amazônia. Porém, ao longo da pesquisa, percebeu-se que as conceituações das HDs pela visão dos países do norte global, dissociavam do movimento de apropriação da tecnologia e do ciberespaço pelos povos indígenas. Isso nos impõe mudanças nas perguntas e nos caminhos a serem percorridos. As necessidades de situar a análise nos locais de atuação das mulheres indígenas implicaram na escolha não somente de uma metodologia, mas de um conjunto de metodologias para atingir os objetivos propostos. Isso porque, a visão linear, pronta e ocidentalizada, não coube nesta pesquisa.

Assim, foi utilizado no trabalho um conjunto metodológico qualitativo (Godoy, 1995), incluindo: pesquisa bibliográfica integrativa, pesquisa documental exploratória; consulta virtual pelo Google Forms diretamente entre membros da etnia Guarani Mbyá, da aldeia Tekoa Pyau, no Pará, na Amazônia; e abordagens etnográficas de rede no twitter e multissituadas (Hine, 2015; (Malini, 2016; Suarez, 2019), no período de 2020 a 2022.

É importante esclarecer que a metodologia de pesquisa na internet ainda é um debate recente e em construção. Existem referências qualificadas que vão da abordagem ciberantropológica (Haraway, 1991; 1996; Escobar, 1994; Hakken, 1999) à abordagem netnográfica de Kozinets (2010) até a Etnografia Virtual (Melani, 2016; Hine, 2015). Este trabalho adotou os métodos mais recentes de etnografia multissituada de redes virtuais, considerando também as pesquisas de autores brasileiros que estudam as tecnologias e a Amazônia (Melani, 2016; Regattieri, 2021).

Porém, adequamos o corpus da pesquisa para as possibilidades de coleta. Existem complicadores na coleta em redes sociais e o mais significativo é a espacialidade e o volume de informações, que dificultam os recortes. O segundo é a temporalidade e as mudanças, que influem no tempo da pesquisa. O digital tem uma outra temporalidade. A etnografia é um estudo de cultura e dos comportamentos de grupos sociais e, geralmente, requer o trabalho em etapas e com tempo estendido de observação. Por isso, considerando a espacialidade e a temporalidade, a etnografia digital pode ficar somente na observação com abordagens etnográficas e não mergulhar na etnografia, que é um método com etapas.

No intuito de mitigar os estraves dessa questão da espacialidade na internet, foram estabelecidos, inicialmente, esteios de observação (desmatamento e incêndios florestais), no contexto de lutas dos povos indígenas para a preservação do patrimônio material e imaterial da Amazônia e de outros biomas brasileiros. Escolhemos o método para esta pesquisa com as limitações naturais que a etnografia de rede virtual ainda impõe. A coleta de informações tor-

nou-se menos complexa devido ao conhecimento pessoal que possuo da Amazônia, por ter nascido e crescido em área de floresta e trabalhado em coberturas jornalísticas na região.

Com base em observações com abordagem etnográficas e multissituadas (Hine, 2015; (Malini, 2016; Suarez, 2019) e considerando as complexidades de espaço e temporalidade da internet, buscou-se entender os comportamentos dos povos indígenas e, em específico, dentro dos movimentos de mulheres indígenas no ciberespaço, a partir do uso da tecnologia e da rede *twitter*.

Então, neste trabalho, adotamos as abordagens etnográficas multi-situadas no ciberespaço. Foi possível realizar as observações no campo delimitado, evitando olhar somente para o global que as definições de HDs nos remetem; também foi possível analisar as manifestações a partir do local com o protagonismo dos povos indígenas. Isso permitiu analisar e interpretar os dados empíricos, considerando a interação global e o local das práticas indígenas no ciberespaço.

A escolha do recorte no *twitter* e não em outras redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*, foi por questões inerentes ao próprio tema. A defesa da Amazônia, no que tange ao patrimônio material e imaterial, é assunto que faz parte de uma problemática geral do Brasil e, por isso, está presente em debates políticos, educacionais e sociais. Sabe-se que a rede *twitter* é mais utilizada para publicação de notícias, debates, opiniões, publicações oficiais de governos, com influências e audiências qualificadas. Observa-se que, na maioria dos países, os chefes de Estado e os líderes políticos passaram a utilizar as redes sociais, preferencialmente o *twitter*, para comunicados oficiais, pronunciamentos, posicionamentos etc.

Assim, as redes no ciberespaço tornam-se palco de debates do real para o virtual e vice-versa. Observa-se que não existe mais essa limitação na internet, os territórios virtuais são um prolongamento dos territórios presenciais. Os dois territórios são reais (Moreira, 2014). Portanto, nesta pesquisa, o método etnográfico não foi usado em sua totalidade. Utilizamos a abordagem etnográfica com observações dos participantes dos grupos e as postagens, incluindo análises dos conteúdos.

O período de análise incluí os anos de 2020, 2021 e 2022, auge da *Covid-19*. Foram observadas, mais detalhadamente, as marchas das mulheres indígenas, que são consequências do crescimento exponencial dos movimentos de mulheres indígenas no Brasil, a partir das primeiras organizações surgidas na Amazônia, no final da década de 1980.

A coleta de dados deu-se a partir de dois formulários (conforme os quadros 2 e 3) criados para mapear as publicações especificamente nos seguintes perfis:

Quadro 1- Corpus de observação no *twitter*

@CoiabAmazonia – perfil oficial da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
@ApibOficial – perfil da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)
@AnmigaOrg – perfil da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)
@UMIABAMAZONIA – perfil da União de Mulheres Indígenas da Amazônia
#ATL2020; #ATL2021; #ATL2022

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 - Formulário de coleta no *twitter* – povos indígenas

PERÍODO - maio de 2020 a janeiro de 2022	LISTAR AS DATAS DAS POSTAGENS EM ORDEM CRESCENTE - DE 2020 À 2022.	SEMPRE DESCREVER O PORTER COM DETALHAMENTO E DESCREVER AS INTERAÇÕES E ENGAJAMENTOS: COMENTÁRIOS, COMPRATILHAMENTOS, CURTIDAS E VISUALIZAÇÕES,	DETALHAR A AUTORIA DO POSTER E AS CITAÇÕES COMO @COIAB @APIB, #MARCOTEMPORALNAO E TAMBÉM OS LINKS QUE LEVAM À OUTRAS PLATAFORMAS (SITES, YOUTUBE ETC...)	anmiga (@AnmigaOrg) / Twitter; @COIABAMAZONIA; @APIBOFICIAL; @UMIABAMAZONIA (GUEREIRAS DA AMAMAZÔNIA.	INSTAGRAM DA UNIÃO DE MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA
DATAS DA PUBLICAÇÃO E DA CONSULTA	LOCAL DA PUBLICAÇÃO	AUTOR DA PUBLICAÇÃO - FAZER A DIFERENCIAÇÃO QUANDO FOR MULHER INDÍGENA DA AMAZÔNIA.	ASSUNTO PUBLICADO: DESMATAMENTO, INCÊNDIOS, DEFESA DA CULTURA, DEFESA DO TERRITÓRIO	DESCRIÇÃO DA PUBLICAÇÃO - TEXTO COMPLETO.	INTERAÇÕES E ENGAJAMENTOS
PUBLICAÇÃO: 04/05/2020 CONSULTA: 27/04/2023	TWITTER: @CoiabAmazonia	COIAB	DESMATAMENTO E QUEIMADAS	O desmatamento na Amazônia cresceu 279% em março de 2020, em comparação ao mesmo mês do ano passado, segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon. Leia a matéria no site do @amazonia_real https://hityli.com/Oxzur	CURTIDAS: 2 RETWEETS: 2
PUBLICAÇÃO: 30/06/2020 CONSULTA: 27/04/2023	TWITTER: @CoiabAmazonia	COIAB	DESMATAMENTO E QUEIMADAS	O garimpo ilegal é uma das principais ameaças às TIs e UCs. Com a #COVID19, a invasão garimpeira representa, além do desmatamento, um risco de contágio para povos tradicionais. Entenda essa tragédia anunciada, hj, às 18h, no Youtube do @socioambiental https://youtu.be/aInL_e90Lio	CURTIDAS: 10 RETWEETS: 3
PUBLICAÇÃO: 24/08/2020 CONSULTA: 28/04/2023	TWITTER: @CoiabAmazonia	COIAB	DESMATAMENTO E QUEIMADAS	Nesta quarta-feira (26), às 14h (BSB), acontece a conferência virtual: Incêndios e Desmatamento nos Territórios Registrados de Povos Indígenas em situação de Isolamento - Bolívia, Brasil e Paraguai. O evento será transmitido pelo facebook da @landislife https://coiab.org.br/conteudo/confer%C3%Aancia-virtual-inc%C3%AAndios-e-desmatamento-nos-territ%C3%B3rios-registrados-de-1598309245559x191596287167447400	CURTIDAS: 9 RETWEETS: 3
PUBLICAÇÃO: 27/08/2020 CONSULTA: 28/04/2023	TWITTER: @CoiabAmazonia	COIAB	DESMATAMENTO E QUEIMADAS	Acesse o 'Informe Trinacional: Incêndios e Desmatamento em Territórios com Registro de Povos Indígenas em Situação de Isolamento', que lança um alerta internacional sobre a grave situação que enfrentam os Povos Indígenas Isolados. https://coiab.org.br/conteudo/inc%C3%AAndios-e-desmatamento-em-territ%C3%B3rios-com-registros-de-povos-in%C3%ADgenas-em-1598518847718x1808760481125464560	CURTIDAS: 7 RETWEETS: 3
PUBLICAÇÃO: 28/08/2020 CONSULTA: 27/04/2023	TWITTER: @ApibOficial	Apib Oficial	DESMATAMENTO, QUEIMADAS, DISPUTA DE TERRAS	Com corte de R\$ 60 milhões do Ministério do Meio Ambiente em ações contra o desmatamento no Brasil, operações em diversas regiões, como o combate às queimadas no Pantanal e práticas ilegais na Amazônia Legal, estão paradas. "Nesse momento, em que nossos biomas pedem socorro, há recursos bloqueados do Fundo Amazônia,	CURTIDAS: 30 RETWEETS: 14

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 - Formulário de coleta no *twitter* – mulheres indígenas

DATAS DA PUBLICAÇÃO E DA CONSULTA	LOCAL DA PUBLICAÇÃO	AUTOR DA PUBLICAÇÃO - FAZER A DIFERENCIAÇÃO QUANDO FOR MULHER INDÍGENA DA AMAZÔNIA	ASSUNTO PUBLICADO: DESMATAMENTO, INCÊNDIOS, DEFESA DA CULTURA, DEFESA DO	DESCRIÇÃO DA PUBLICAÇÃO - TEXTO COMPLETO.	INTERAÇÕES E ENGAJAMENTOS
PUBLICAÇÃO: 05/03/2021 CONSULTA: 29/04/2023	TWITTER: @AnmigaOrg	Anmiga	Manifesto da articulação, fruto da Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, iniciada 2019	No dia 8 de março a Anmiga lança o manifesto da articulação, fruto da Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, iniciada 2019	CURTIDAS: 42 RETWEETS: 25
PUBLICAÇÃO: 06/03/2021 CONSULTA: 29/04/2023	TWITTER: @AnmigaOrg	Anmiga	Chamamento para Março das Originárias da Terra: a mãe do Brasil indígena a partir do dia 8 de março às 14h.	Somos sementes plantadas através dos nossos cantos. Conheça nossas guerreiras da ancestralidade. Acompanhe a programação do Março das Originárias da Terra: a mãe do Brasil indígena a partir do dia 8 de março às 14h.	CURTIDAS: 1 RETWEETS: nenhum - o mesmo tweet com fotos diferentes foi publicado quatro vezes no mesmo dia.
PUBLICAÇÃO: 08/03/2021 CONSULTA: 29/04/2023	TWITTER: @AnmigaOrg	Anmiga	vídeo do Survival Brasil no dia internacional da mulher. Cacica Cultung Vei-Tcha Teia do povo Xokleng, luta há décadas pelos direitos de seu povo e é u exemplo dessa resistência.	vídeo do Survival Brasil no dia internacional da mulher. Cacica Cultung Vei-Tcha Teia do povo Xokleng, luta há décadas pelos direitos de seu povo e é u exemplo dessa resistência.	CURTIDAS: 198 RETWEETS: 88
PUBLICAÇÃO: 07/09/2021 CONSULTA: 29/04/2023	TWITTER: @AnmigaOrg	Anmiga	II MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS	DO POVO ARARA! Já estão presentes na II Marcha das Mulheres Indígenas as mulheres do povo Arara. No dia de hoje, mais de 4000 mulheres indígenas de todos os biomas estarão chegando! REFLORESTANDO MENTES PARA CURAR A TERRA Acesso @AnmigaOrg	CURTIDAS: 509 RETWEETS: 82 @MbyaMidia @socioambiental @MidiaNINJA @cimnacional
PUBLICAÇÃO: 07/09/2021 CONSULTA: 29/04/2023	TWITTER: @AnmigaOrg	Anmiga	II MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS	A II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas segue sua programação com a força ancestral das mulheres originárias, que trouxeram para o segundo dia de atividades pautas fundamentais em defesa de seus corpos-territórios: não à violência de gênero e não ao	CURTIDAS: 52 RETWEETS: 8 @t_solih @CPBD_LA Vídeo com 587 visualizações
PUBLICAÇÃO: 09/09/2021 CONSULTA: 29/04/2023	TWITTER: @AnmigaOrg	Anmiga	II MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS	Mulheres indígenas do povo Karo e Arara do estado de Rondônia, dizem não ao PL 490 e ao Marco temporal. Dos territórios para as parentas em Brasília, forças das aldeias.	CURTIDAS: 973 RETWEETS: 184 Vídeo com 14,6 mil visualizações @GutaIlegaty @infoambiental @FumacaSinal @SurvivalBrasil

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 1- Desenho do processo de coleta

DESENHO DO PROCESSO DE COLETA

Processo 1



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2- Desenho do processo de coleta

DESENHO DO PROCESSO DE COLETA

Processo 2



ANÁLISE DOS IMPACTOS:

Publicações feitas pelos povos indígenas acerca de desmatamentos ilegais e incêndios criminosos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas figuras 1 e 2, foram estabelecidos os processos de coletas, que envolveram as interações entre os povos indígenas com conteúdos criados por eles mesmos, e também interações a partir de resultados das plataformas de monitoramento de incêndios e desmatamentos. Esses processos foram necessários para iniciar o estreitamento do campo de análise, evitando a dispersão devido ao grande volume de informações existente no ciberespaço.

Conforme descrito no quadro 1, centramos as observações em territórios da rede twitter: @Coiab; @anmiga; @Apib; @umiab, considerando também as interações que são próprias das redes sociais através de compartilhamentos, comentários e citações. O formulário (quadro 2) foi criado para mapear a atuação geral dos povos indígenas no twitter e as repercussões geradas pelas suas manifestações virtuais. Um segundo formulário (quadro 3) foi elaborado para analisar especificamente o movimento das mulheres indígenas no ciberespaço e a utilização da tecnologia como aliada na luta pelos direitos dos povos originários. Esta análise detalhada da atuação das mulheres mudou o rumo da pesquisa, possibilitando novas leituras do fenômeno estudado, distanciando-se da abordagem genérica

das HDs globais. Buscando uma abordagem multissituada para compreender o que ocorre diretamente nos territórios, em seus locais de atuação, foi aplicado método complementar através de coleta virtual realizada diretamente com membros do povo Guarani Mbyá (figura 3).

Figura 3 - Formulário Google Forms para coleta direta

PESQUISA: HUMANIDADES DIGITAIS E A PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO.

Pesquisa sobre a apropriação da tecnologia e do ciberespaço pelos povos indígenas da Amazônia, no âmbito da proteção do patrimônio material e imaterial da floresta. O objetivo deste trabalho é analisar e compreender essa utilização das tecnologias e da Internet pelos povos originários da Amazônia, no intuito de proteção da sociobiodiversidade, considerando os estudos recentes sobre Humanidades Digitais.

Nome:
Texto de resposta curta

Idade
Texto de resposta curta

Aldeia e etnia.
Texto de resposta curta

Qual a tecnologia que utiliza atualmente para comunicação e na busca de informações?

Aparelho de celular ou tablet com acesso à Internet.

Fonte: Elaborado pela autora.

A coleta virtual realizada entre membros do povo Guarani Mbyá, da aldeia Tekoa Pyau, no Pará, na Amazônia, foi usada no intuito de perceber melhor a visão que as gerações mais jovens dos povos originários da Amazônia têm sobre as tecnologias e a internet. Também houve necessidade de perceber as dificuldades que os povos indígenas têm de acesso à tecnologia e à internet. Justamente por conta do acesso deficiente à internet entre os indígenas Guarani dessa aldeia, tivemos dificuldade na aplicação da consulta. Eles têm acesso ao ciberespaço somente quando vão à cidade. Os indígenas da aldeia Tekoa Pyau estão entre os excluídos digitalmente na Amazônia. Essa é uma questão relevante identificada ao longo da pesquisa. Sete indígenas, entre 18 e 47 anos, aceitaram responder ao questionário. Os resultados desta coleta serão demonstrados no capítulo 2 deste trabalho. Consideramos esta pequena amostra como uma percepção introdutória.

A pesquisa está dividida em três capítulos. De modo geral, buscamos analisar a utilização das tecnologias e da *Internet* pelos povos indígenas, no intuito de proteção da sociobio-

diversidade da Amazônia, sob a ótica conceitual das HDs globais, em busca de uma política de lugar. Para tal, propusemos a identificar exemplo da atuação dos povos originários no ciberespaço. Considerando o recorte e as possibilidades de execução da pesquisa, esse objetivo específico foi atingido no capítulo 1. Ainda de forma introdutória, buscamos compreender a apropriação da tecnologia pelos povos indígenas no contexto de proteção da sociobiodiversidade da Amazônia. A pesquisa mostrou a atuação das plataformas virtuais que unem as tecnologias e as pesquisas científicas no monitoramento tecnológico e virtual do desmatamento e incêndios na Amazônia. Em seguida, o capítulo 1 relata a trajetória de atuação dos povos indígenas no ciberespaço com intuito de proteger a sociobiodiversidade da Amazônia. E por fim, mostramos a comunicação virtual e o protagonismo dos povos indígenas nos espaços virtuais.

No segundo capítulo, analisamos mais profundamente o caso de apropriação da tecnologia e do ciberespaço pelas mulheres indígenas da Amazônia e as marchas de mulheres indígenas do Brasil, contra a degradação socioambiental. Procuramos responder algumas questões: como ocorreu a evolução dos movimentos de mulheres indígenas na Amazônia em defesa da sociobiodiversidade? Como as mulheres indígenas utilizam as suas identidades para comunicação na internet? No capítulo, também identificamos exemplos de atuação das mulheres na pandemia *Covid-19*. E como essas mulheres utilizam os quatro domínios – corpo, casa, ambiente e território – em defesa dos direitos dos povos originários.

As mulheres indígenas na Amazônia passaram a ocupar, mais intensamente, o seu lugar de manifestação política, a partir da criação das primeiras organizações na década de 1980 (Sacchi, 2003). Até os anos de 1990, em sua maioria, as mulheres indígenas assumiam papéis específicos nas aldeias relacionados à casa e aos filhos (Silva, M.; Silva, J Waram, 2021). Havia pouco espaço para manifestações políticas. Contudo, algumas mulheres indígenas foram precursoras em quebrar as primeiras barreiras e assumir posições de liderança. É o caso da líder Tuíre Kayapó (chamada de Tuíre Kayapó fora da aldeia). Rememoramos o episódio ocorrido em 1989. Sem pronunciar nenhuma palavra em português, a mulher indígena Tuíre, chamou a atenção do mundo. Diante da ameaça de construção da Usina Belo Monte-Kararo, no Rio Xingu, Tuíre Kayapó protestou ao usar o seu facão e passar a lâmina no rosto do então presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes.

Nos anos 2000, cresceram os movimentos de mulheres indígenas da Amazônia, que surgiram em escalas locais e nacionais. Entre as organizações de abrangência regional, está a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), fundada em 2009, durante o III Encontro de Mulheres indígenas da Amazônia, no Maranhão, realizado pelo

Departamento de Mulheres da COIAB. A UMIAB foi criada com o objetivo de fortalecer e articular a participação das mulheres indígenas que vivem na Amazônia brasileira, nas instâncias de decisões e defender os direitos dos povos e mulheres indígenas (ISA, 2020)⁴.

Em 2018, cresceu ainda mais a presença de mulheres indígenas em vários espaços da sociedade brasileira. As mulheres originárias passaram a se posicionar dentro e fora das aldeias, nas diversas áreas como educação, saúde e política. Um sinal disso foi a grande participação em mulheres em posições de liderança nos encontros e reuniões em todos o país, a partir dos anos 2010. Isso ocorreu, por exemplo, no Belém + 30⁵. Na ocasião, criou-se a interação entre a academia e os conhecimentos tradicionais da ciência dos povos, em uma dimensão interdisciplinar singular, que teve a participação majoritária do público feminino. Mulheres de todos os continentes juntaram-se às mulheres da Amazônia. Conforme informações do sistema de registro do multievento, dos 2.476 participantes 1.446 eram mulheres, significando quase 60% do público total. No Belém + 30, a presença de mulheres que assumem lideranças de movimentos em lutas por sobrevivência e contra as opressões mostrou bem a diversidade na atuação feminina no espaço político. Pesquisadoras, professoras, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, lideranças afro-religiosas, ribeirinhas, artesãs e muitos outros grupos de mulheres permearam os espaços do encontro, em todos os debates, levando conhecimento, experiências vivências, arte e cultura.

Na liderança dos protestos, também ganhou destaque a atuação da vice-cacica, Luciana Ticuna, liderança indígena do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, um dos primeiros povos atingidos pelo aço, pólvora e doenças europeias. A líder indígena contou que, mesmo com as terras demarcadas, seu povo vive em constante luta. No ano de 2020, o ISA identificou no Brasil 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações indígenas que possuem departamentos de mulheres, totalizando 92 organizações, presentes em 21 estados do Brasil (ISA, 2020). A União de Mulheres da Amazônia agregou-se aos outros grupos de mulheres indígenas no Brasil, que também lutam pelas mesmas causas. Foi criada então a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que é um grande movimento de mulheres indígenas de todos os biomas brasileiros. Essas mulheres

⁴ Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo>. Acesso em: 30 mar. 2023.

⁵ Um dos maiores encontros de sociobiodiversidade do planeta que ocorreu na cidade de Belém, Amazônia, em de agosto de 2018. O multievento reuniu o XVI Congresso Internacional de Etnobiologia, o XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, a IX Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e a I Feira Mundial da Sociobiodiversidade.

estão unidas pelos saberes, pelas tradições, em lutas convergentes pela garantia dos direitos indígenas e da vida dos nossos povos originários⁶.

A ANMIGA ganhou grande dimensão em pouco tempo, impulsionada pela tecnologia e a internet, entre os anos de 2020 e 2021. Nesse período, auge da Pandemia *Covid-19*, os confinamentos obrigaram as pessoas no mundo inteiro a trocarem informações e se comunicarem a partir da tecnologia e do ciberespaço. O movimento passou a articular mulheres indígenas nos seus biomas brasileiros - Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal. Assim, unidas pela tecnologia, mesmo estando em locais diferentes e distantes, as mulheres passaram a atuar, também, a partir dos seus biomas e territórios, agregando significados aos corpos políticos das mulheres indígenas na vinculação entre territórios e Povos (ONU mulheres, 2021)⁷.

No terceiro capítulo, o objetivo era compreender se a utilização das tecnologias e da Internet pelos movimentos indígenas pode ser um caminho para proteção da sociobiodiversidade na Amazônia, dentro de uma possível política de lugar, com a análise crítica do debate global acerca das HDs. Analisamos a atuação das mulheres indígenas em rede como estratégia para uma política de lugar, indo do local para o global.

⁶ Disponível em: Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/>; Acesso em: 20 abr. 2023.

⁷ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>. Acesso em: 20 abr. 2023 -

3 O USO DA TECNOLOGIA E DA INTERNET NA PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

3.1 O monitoramento tecnológico e virtual do desmatamento e incêndios na Amazônia

Inicialmente, para este trabalho, com o intuito de delimitar o campo de observação, foram elencados dois eixos de análise que fazem parte da problemática amazônica e destroem a sociobiodiversidade: os desmatamentos e os incêndios florestais, os quais, em vários momentos, estão interligados.

Existe relação entre os focos de incêndios e os desmatamentos, que ocorrem, de modo geral, devido à atuação das atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas ao agronegócio, que passou a ter apoio maior do governo brasileiro desde 2019 (Pereira; Origuéla; Coca, 2021). Assim, nos anos seguintes, o desmatamento e os incêndios na Amazônia cresceram, em grande parte, por conta de mudanças nas políticas ambientais brasileiras e da flexibilização de leis e fiscalização.

No relatório emitido em agosto de 2020, a Agência Espacial Americana (NASA) analisou, especificamente, o período entre maio e agosto do mesmo ano para verificar a relação entre os focos de incêndios e o desmatamento proveniente da ação humana. A agência americana concluiu que, nesse período, 54% do fogo na Amazônia tinha origem na derrubada da floresta, a partir da identificação da localização dos focos de incêndios, sua tipologia, como queimadas após desflorestamento ou limpeza de pasto.

Em uma evidente estratégia de proteção de imagem política, o governo brasileiro anunciou, em julho de 2020, a suspensão de emprego do fogo durante 120 dias na floresta amazônica, por intermédio do Decreto nº 10.424 (Brasil, 2020). Porém, o Decreto não faz nenhuma referência ao desmatamento e exclui a relação entre a derrubada da floresta e os incêndios.

Com o monitoramento da NASA, evidenciou-se a manobra de *marketing* político e o propósito do Decreto, publicado em meio à pressão pública nacional e internacional enfrentada pelo Governo brasileiro em razão dos incêndios. O sistema da NASA monitorou pontos de desmatamento nos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas. “Um grande número de incêndios nesses estados é claramente fruto do desflorestamento, e não de incêndios agrícolas em pequena escala” (Morton *apud* Florentino, 2020, não paginado).

O novo sistema de monitoramento da NASA foi o primeiro capaz de identificar e determinar precisamente qual a causa de cada foco de incêndio. Para tanto, os cientistas

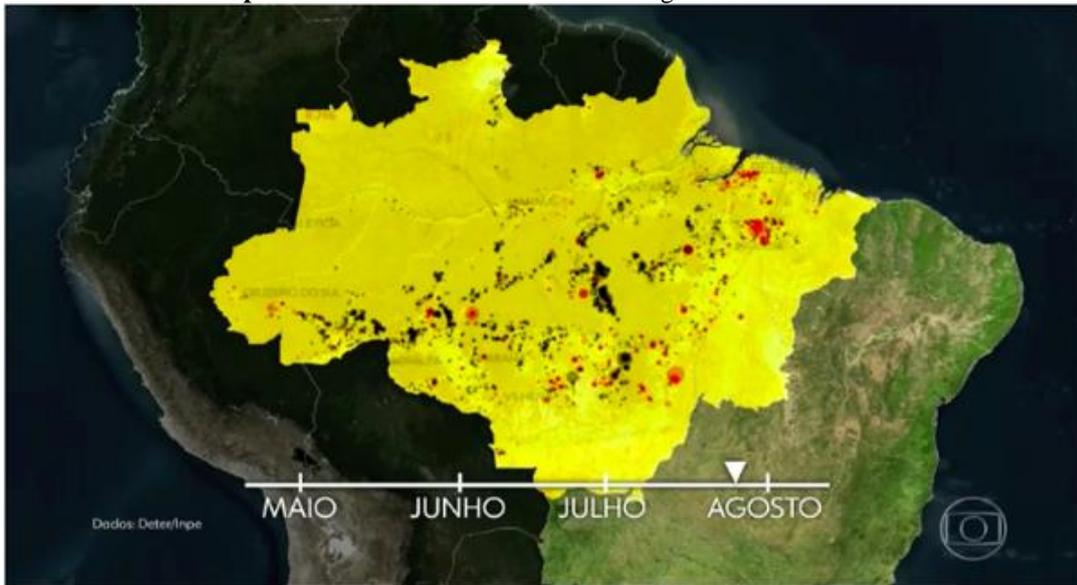
fizeram cruzamento de dados entre a duração, a intensidade, a área do incêndio e a quantidade de focos em cada queimada. Em vista disso, descobriram que incêndios provenientes do desmatamento têm características próprias.

São características diferentes das outras. Por exemplo, queimando uma pilha de madeira, começa uma grande queimada superintensa, que gera mais energia que outros tipos de queimadas na região. Também aquela pilha vai queimar pelos próximos dois, três, sete dias no mesmo lugar. É o único tipo de queimada no mundo que não anda. Fica sempre no mesmo lugar. As queimadas representam um grande perigo para os ecossistemas intactos da região (Morton *apud* Satélite [...], 2020, não paginado).

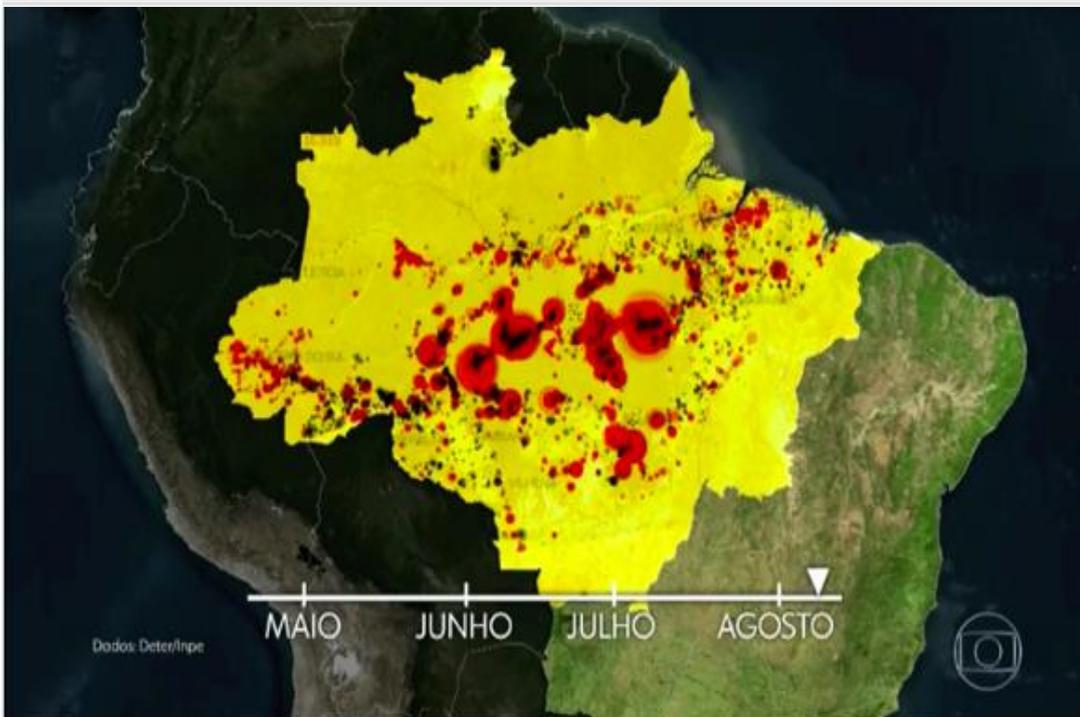
Para identificar se um incêndio tem origem no desmatamento, o sistema da NASA analisa o comportamento do foco de radiação do fogo detectado pelo satélite ao longo de vários dias e compara com pontos encontrados ao redor, efetuando, assim, uma classificação do foco. A NASA registrou que os incêndios de desmatamento, normalmente, têm maior poder radioativo de fogo, o que significa medir com base no satélite quanta energia um incêndio libera.

Enquanto que o fogo, fruto da agropecuária, tende a ser circunstancial e isolado, durando cerca de um dia, o fogo de desmatamento costuma ser persistente e emitir uma grande quantidade de radiação, causando mais danos florestais.

Mapa 1– Sistema da NASA monitora o fogo do desmatamento



Satélites da Nasa mostram que maioria das queimadas na Amazônia tem origem no desmatamento



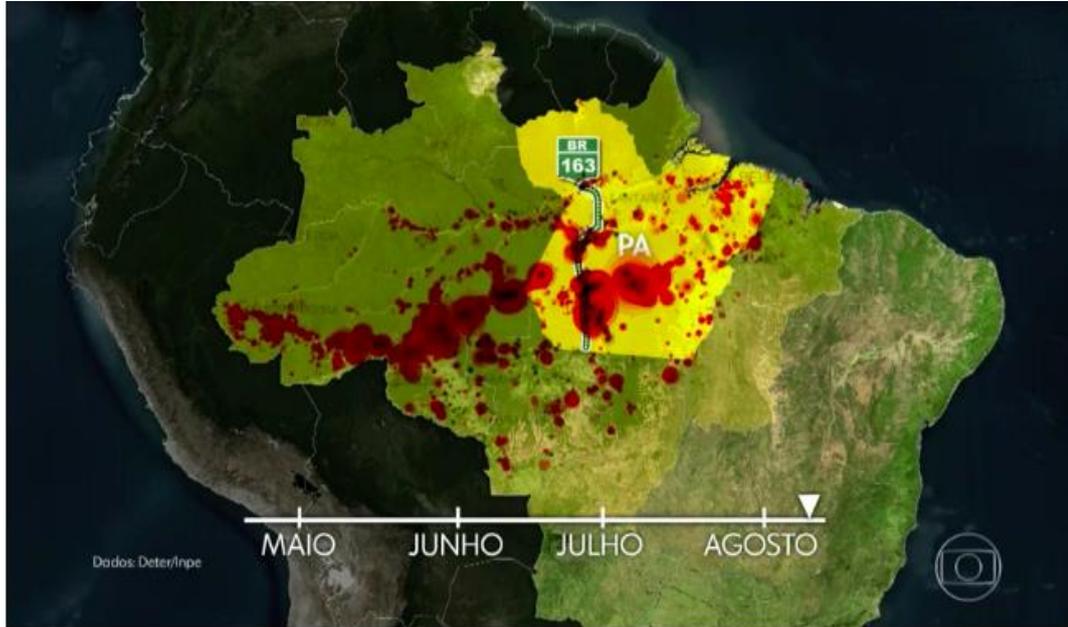
Fonte: Mapas divulgados pela Rede Globo em reportagem sobre o sistema da NASA (2020).

No mapa 1, são perceptíveis os pontos pretos, que representam o desmatamento, ao passo que os pontos em vermelho representam os incêndios. O cruzamento feito pela NASA revela que os pontos estão localizados em lugares comuns, isso demonstra incêndios em áreas nas quais a floresta foi derrubada e queimada na sequência.

No acompanhamento da progressão dos incêndios durante o período de seca (iniciado em maio de 2020), é possível notar que a maioria coincide com o avanço do desmatamento. A

situação é mais grave no estado do Pará, sobretudo ao longo da rodovia BR-163, conforme mostra o mapa 2.

Mapa 2 – Sistema da NASA: relação entre incêndios e desmatamento

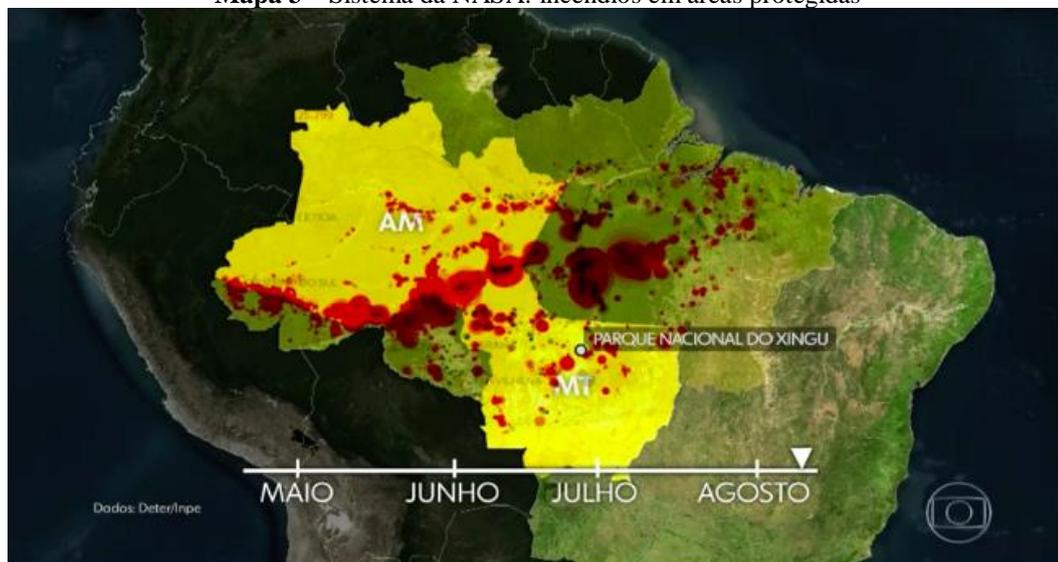


Satélites da Nasa mostram que maioria das queimadas na Amazônia tem origem no desmatamento

Fonte: Mapa divulgado pela Rede Globo em reportagem sobre o sistema da NASA (2020).

Ao observar o mapa 3 do monitoramento da NASA, nota-se que, entre as áreas mais atingidas, estão também o Sudeste do estado do Amazonas e parte do Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso.

Mapa 3 – Sistema da NASA: incêndios em áreas protegidas



Satélites da Nasa mostram que maioria das queimadas na Amazônia tem origem no desmatamento

Fonte: Mapa divulgado pela Rede Globo em reportagem sobre o sistema da NASA (2020).

Um dos exemplos mais sucedidos, no Brasil, do uso da tecnologia para monitorar a degradação ambiental é a plataforma da rede colaborativa MapBiomas⁸, criada por iniciativa do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima (OC), com produção de cocriadores incluindo ONG, universidades e empresas de tecnologia. O MapBiomas faz monitoramento de todos os biomas brasileiros, incluindo o da Amazônia.

Pesquisadores das Ciências Sociais e Exatas, em um trabalho multidisciplinar, fazem o mapeamento de cobertura e uso do solo. Os mapas são produzidos a partir da classificação pixel a pixel de imagens dos satélites *Landsat*. Tal processo é realizado com extensivos algoritmos de aprendizagem de máquina (*machine learning*), através da plataforma *Google Earth Engine*.

A plataforma MapBiomas figura 4, fornece informações que são resultado do trabalho de monitoramento dos pesquisadores por intermédio de diversas fontes de coleta. A tecnologia e a internet permitem disponibilizar os mapas, em tempo real, para livre acesso de qualquer lugar do planeta. Isso nos remete à declaração do Manifesto das Humanidades Digitais: “Nós, atores do *digital humanities*, constituímos-nos numa comunidade de prática solidária, aberta, acolhedora e de livre acesso; somos uma comunidade sem fronteiras. Somos uma comunidade multilíngue e multidisciplinar”⁹.

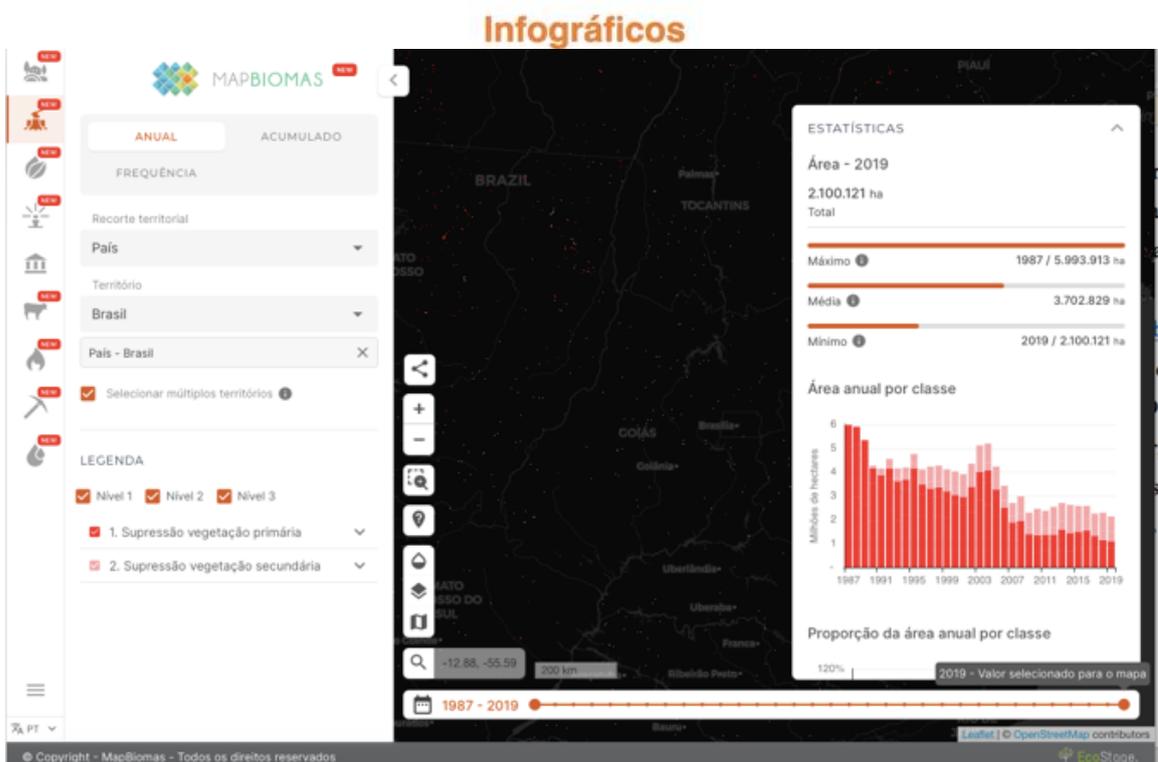
Como exemplo de união das humanidades com as tecnologias, a MapBiomas resgatou 36 anos (entre 1985 e 2020) de história dos incêndios florestais na Amazônia. A equipe gerou 150 mil imagens capturadas pelos satélites *Landsat* 5, 7 e 8, com o apoio de inteligência artificial, para analisar a área queimada em cada pixel de 30m x 30m no território brasileiro com mais de 8,5 milhões de km², no período de 1985 a 2020. Em vista disso, foram produzidos 108 *terabytes* de imagens processadas para evidenciar as áreas, os anos e os meses de maior e menor incidência do fogo¹⁰.

⁸ Disponível em: <https://mapbiomas.org>.

⁹ Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/> Acesso em: 10 fev. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Figura 4 – Plataformas do MapBiomias: dados e estatísticas resultado do trabalho dos pesquisadores com a utilização da tecnologia e da Internet



Fonte: MapBiomias (2022).

A influência da tecnologia e do ciberespaço, na problemática do desmatamento e incêndios na Amazônia, é característica desse tempo, surgido mais intensamente nas últimas duas décadas (Lemos; Lévy, 2010). A exemplo do MapBiomias, outras plataformas (oficiais ou extraoficiais) realizam monitoramentos que contemplam o trabalho de campo dos pesquisadores e as tecnologias, ampliando o alcance e disponibilizando em rede pela Internet para um acesso mais rápido e fácil.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) também faz o monitoramento da Amazônia, ao utilizar imagens de satélites, ainda que com o olhar presencial dos pesquisadores que estudam o bioma amazônico. Isso leva, conseqüentemente, a um melhor refinamento dos dados e à melhor análise qualitativa. As fontes consideradas não oficiais, como IMAZON e MapBiomas, também consideraram, em suas análises, os dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da NASA.

Especificamente, as metodologias adotadas pelos organismos não oficiais fazem os cruzamentos necessários para melhor entendimento socioambiental no contexto global das alterações climáticas e sob um viés sociológico, incluindo, ainda, o olhar dos povos e populações tradicionais.

Em uma primeira consideração deste estudo, é possível afirmar a abundante existência de dados sobre a Amazônia, desmatamento e incêndios florestais, a partir dos monitoramentos que aumentaram nos últimos anos, devido ao aprimoramento das tecnologias e das comunicações, advindas da Rede Mundial de Computadores.

Com base no Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), o IMAZON apontou, no calendário de desmatamento 2020, que, no período de agosto de 2019 a julho de 2020, na Amazônia Legal, o desmatamento (conversão total da floresta para outra cobertura e uso do solo¹¹) foi de 6.536 km², o que caracterizou um aumento de 29% em relação ao mesmo período do calendário anterior¹².

De acordo com o IMAZON, na Amazônia Legal, as florestas degradadas (distúrbio parcial na floresta causado pela extração de madeira e/ou por queimadas florestais¹³) somaram 283 km² em julho de 2020, um mês de grande risco de incêndios agravado pelas temperaturas elevadas. Isso representa um aumento de 110% em relação a julho de 2019, quando a degradação detectada foi de 135 km².

Assim, o IMAZON, também como possível exemplo de Humanidades Digitais (HD) na Amazônia, aprimora o uso da tecnologia para monitorar e disponibilizar os mapas de desmatamento e incêndios na Amazônia, abertos para acesso livre (figura 5).

¹¹ Critério do IMAZON no SAD.

¹² Os dados foram extraídos do *site* da IMAZON (www.imazon.org.br) em 24 de agosto de 2021.

¹³ Localizada no território brasileiro, a Amazônia Legal possui 5 milhões de km², 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, representando 67% das florestas tropicais do mundo. Se fosse um país, a Amazônia Legal seria o 6º maior do planeta em extensão territorial, com um terço das árvores e 20% das águas doces do mundo. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Figura 5– Plataforma do IMAZON: inteligência artificial para estimar riscos de desmatamento



Fonte: IMAZON (2022).

Do ponto de vista governamental, a NASA e o INPE figura 6, também monitoram, via satélite, os desmatamentos e os incêndios florestais na Amazônia. O uso da tecnologia permite localizar o foco de incêndio em tempo real e, dessa forma, possibilita o pedido de socorro de brigadistas. Também, os satélites localizam desmatamentos ilegais e auxiliam a fiscalização pelos órgãos competentes. A Internet disponibiliza os dados em tempo real para o monitoramento das autoridades.

Figura 6 – Plataforma do INPE: monitoramento de desmatamentos e riscos de incêndios florestais



Fonte: Terra Brasilis (2022).

Nota: os pontos em preto representam avisos de desmatamento na Amazônia Legal.

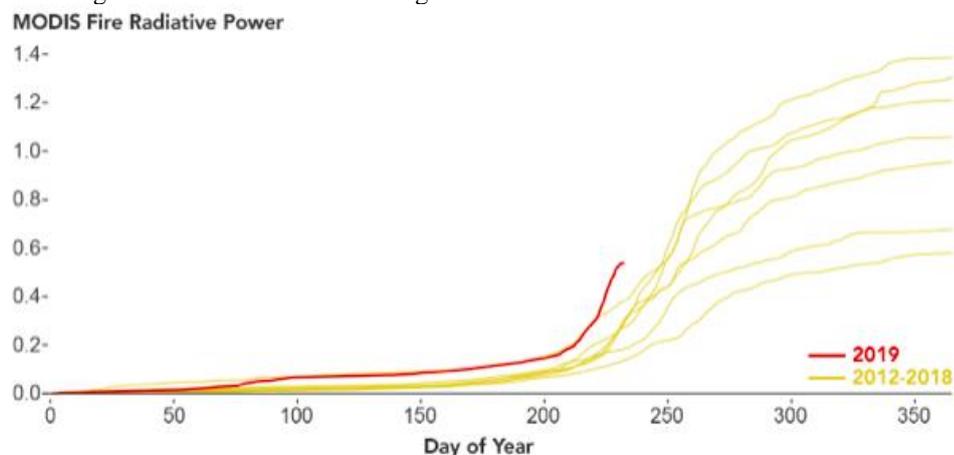
Tanto a NASA quanto o INPE identificaram que o ano de 2019 foi um dos mais dramáticos na história da Amazônia em relação aos incêndios, visto que, através dos satélites em tempo real, a NASA rastreou a atividade do fogo e confirmou um aumento no número e na intensidade dos incêndios na Amazônia brasileira em 2019, tornando-se o ano de incêndios com maior atividade na região desde 2010.

Os satélites costumam ser os primeiros a detectar incêndios em regiões remotas da Amazônia. A principal ferramenta da NASA, para detecção de incêndios desde 2002, tem sido os instrumentos de espectro radiômetro de imagem de resolução moderada Moderate-Resolution Imaging Spectroradiometer (MODIS) nos satélites Terra e Aqua.

Nesse ponto da temporada de incêndios, as detecções ativas de incêndios do MODIS, em 2019, foram maiores em toda a Amazônia brasileira do que em qualquer ano desde 2010. As estatísticas de atividade de incêndio de 2019, distribuídas pela NASA e pelo INPE do Brasil, estão de acordo. O INPE também usa dados de incêndio ativos dos sensores MODIS da NASA para monitorar a atividade do fogo na Amazônia brasileira.

As detecções de incêndio MODIS são analisadas pelo projeto *Global Fire Emissions Database* (GFED), que inclui a NASA, a Universidade da Califórnia e a *Vrije Universiteit Amsterdam*. Ao longo dos anos, a equipe GFED processou 17 anos de dados de satélite da NASA para entender melhor o papel do fogo nas mudanças no sistema terrestre (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Tecnologia monitora a atividade do fogo na Amazônia



January 1, 2012 - August 21, 2019

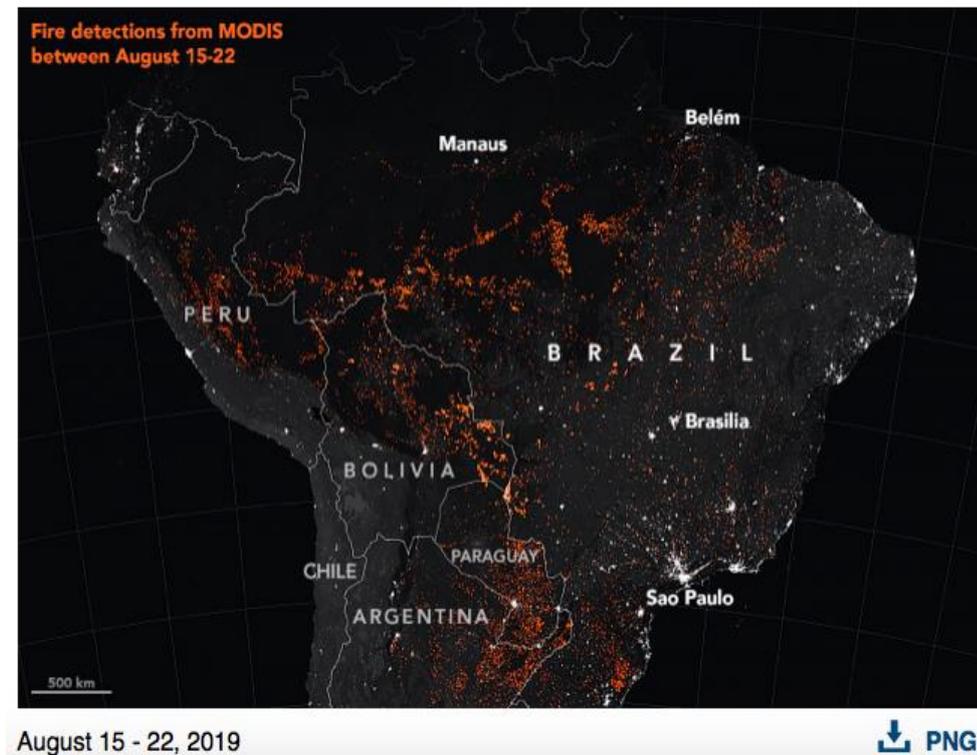


Fonte: NASA (2019).

O instrumento MODIS, no satélite Terra da NASA, é capaz de monitorar áreas mais específicas. Em agosto de 2019, por exemplo, foram capturadas imagens em cores naturais que mostram incêndios nas proximidades de Novo Progresso, no estado do Pará. A cidade está localizada ao longo da BR-163, uma rodovia longitudinal que conecta os estados do Mato

Grosso, maior produtor de grãos do Brasil, ao oeste do Pará, até a cidade de Santarém. Pastagens e áreas de cultivo estão agrupadas ao redor da rodovia, bem como uma extensa área de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. São, portanto, as evidências e as comprovações da relação entre os incêndios e as atividades do agronegócio de grande escala na Amazônia.

Figura 7 – Site da NASA mostra a dimensão do fogo em toda a Amazônia (2019)

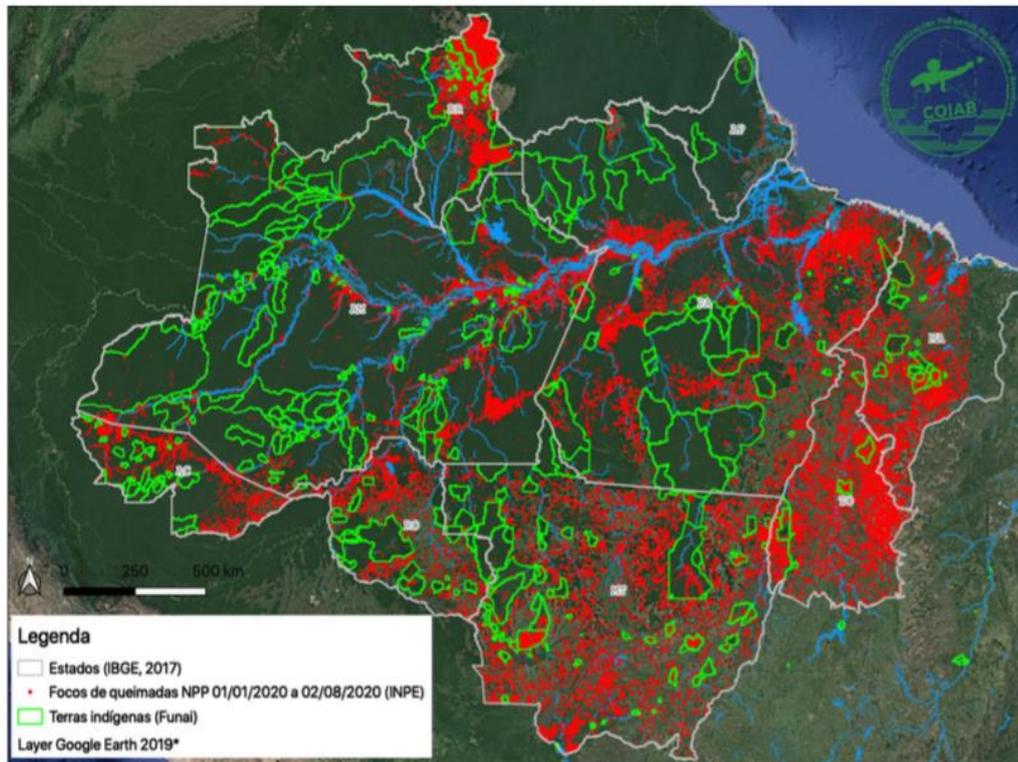


Fonte: Site da NASA (2019).

Todas as plataformas listadas, governamentais ou não governamentais, trabalham em rede e, em alguns projetos, ocorrem os cruzamentos de dados. A particularidade do IMAZON é atuar mais diretamente na Amazônia brasileira, com trabalho de monitoramento dos incêndios criminosos e desmatamento, em parceria com governos.

O instituto utiliza também dados gerados pela plataforma MapBiomias, que concentra o trabalho mais em tecnologia avançada e utilização do ciberespaço para armazenamento em nuvem através do *Google*. O MapBiomias recorre às imagens de satélites geradas pelo INPE e pela NASA para processar os mapas com o auxílio da tecnologia e disponibilizar em livre acesso. Assim, observa-se que a rede de Humanidades Digitais na Amazônia possui um caráter de compartilhamento e integração em prol de uma causa comum, que, em última análise, tem impactos na mitigação das alterações climáticas no planeta.

Figura 8– Terras indígenas (em verde) são áreas de proteção ambiental e pertencem aos povos indígenas, onde há focos de incêndios criminosos (em vermelho)

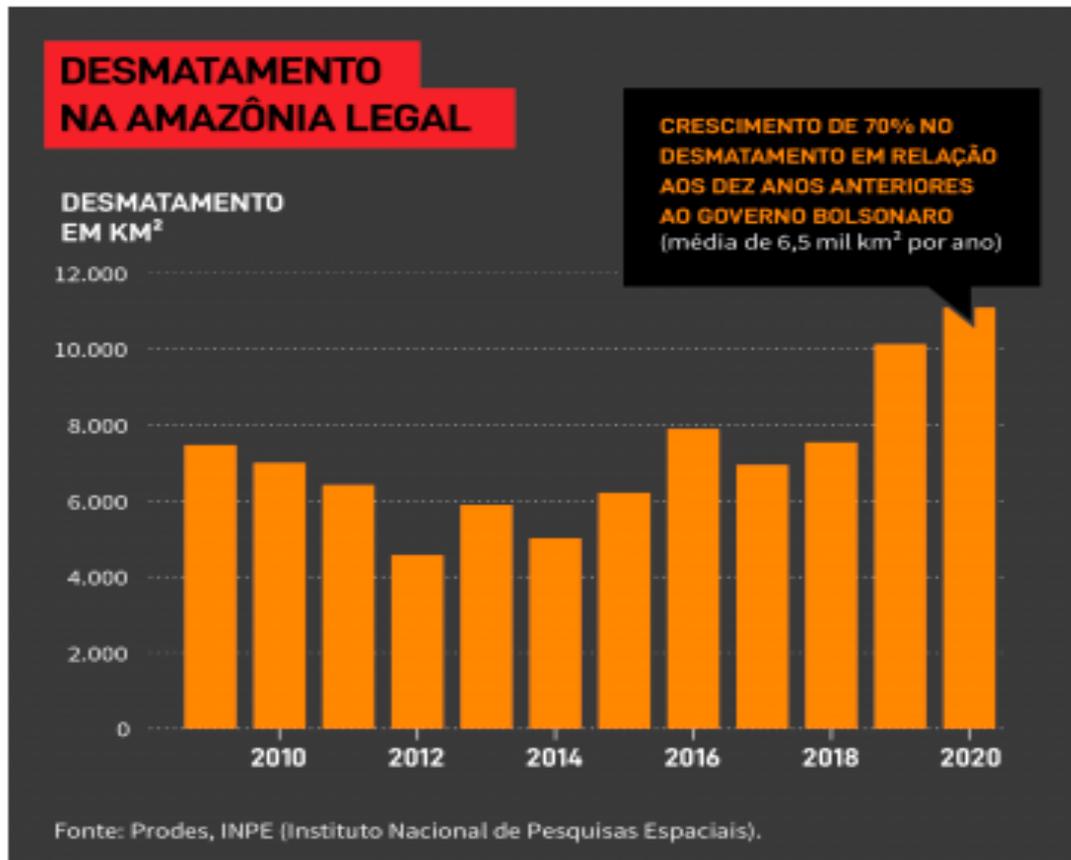


Fonte: COIAB (2020).

O desmatamento e os incêndios na Amazônia ultrapassaram as barreiras das terras protegidas. Na figura 8, o monitoramento por satélite constata a degradação nas terras indígenas. A marcação em verde demonstra as áreas de proteção ambiental e pertencem aos povos indígenas. Nessas terras protegidas por lei, aparecem os focos de incêndios criminosos, que são demonstrados no mapa pelos pontos em vermelho.

Em 2019 e 2020, a derrubada da floresta atingiu Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC), conforme constataram estudos feitos pelo Instituto Socioambiental (ISA). O Instituto alertou para a destruição de 188 mil hectares de floresta nesses territórios em 2020. Em 2019 foi pior, quando se registrou a destruição de 200 mil hectares de terras protegidas (figura 9).

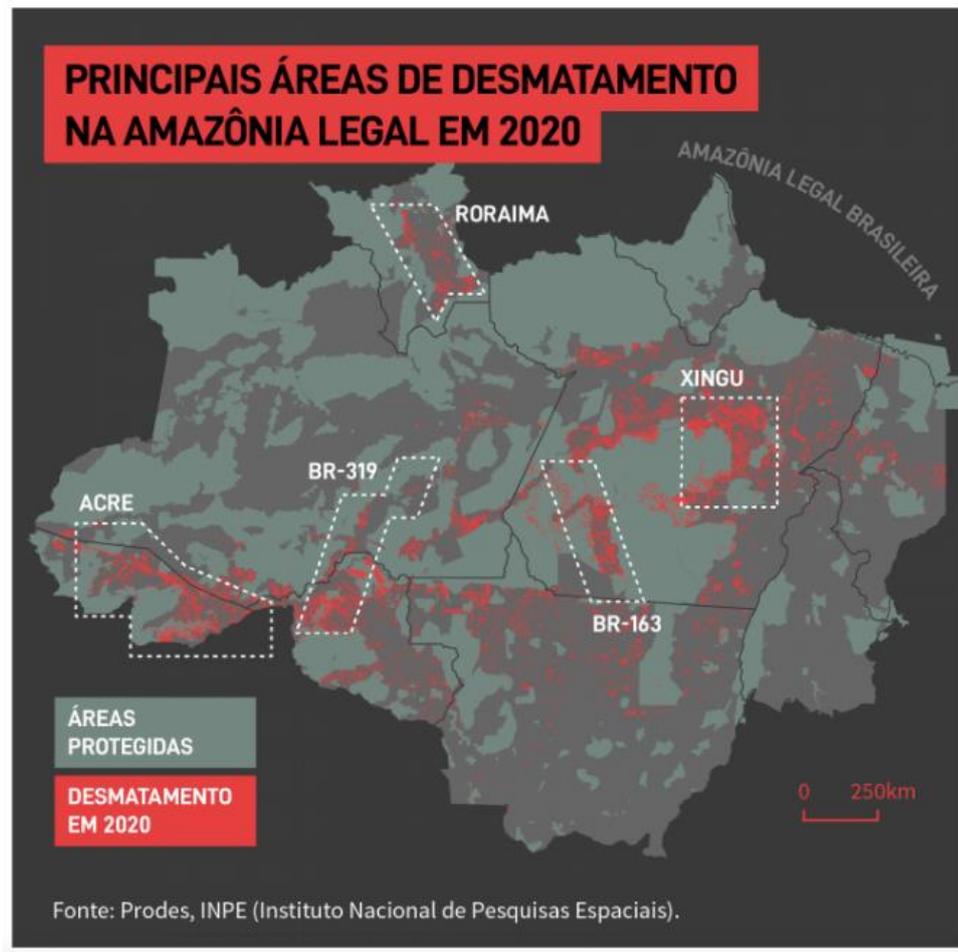
Figura 9 – O crescimento do desmatamento na Amazônia Legal



Fonte: ISA (2020).

O ISA alerta que o “desastre de 2018-2019 coincide com o momento entre a campanha eleitoral e o primeiro semestre da atual gestão, quando Jair Bolsonaro e seus aliados amplificaram o discurso contra as políticas ambientais, alimentando expectativas sobre a extinção ou redução de TIs e Unidades de Conservação (UCs)” (ISA, 2020, não paginado).

Figura 10 – Terras protegidas: áreas de desmatamento na Amazônia Legal em 2020



Fonte: ISA (2020).

Este trabalho buscou observar as publicações e as divulgações feitas no âmbito do debate proposto. A coleta exploratória evidencia o afloramento de novas resistências, a partir do ano de 2020, e a intensificação dos protestos no Brasil e no cenário internacional, protagonizadas pelas organizações dos povos indígenas. É bem evidente o corte histórico que existe entre 2019 e 2020¹⁴, em relação aos anos anteriores, no que tange às questões ambientais no Brasil e, especificamente, na Amazônia.

Ao analisar o Plano de Ação Emergencial de Combate às Queimadas ilegais em Terras Indígenas da Amazônia Brasileira (PACQ-COIAB), sob a liderança da Coordenação das COIAB, publicado em setembro de 2020, percebe-se a movimentação que os povos indígenas fizeram e continuam a realizar em contraponto à ampliação do desmatamento e das queimadas. O documento afirma que, em 2019, territórios protegidos foram devastados, de maneira que a gravidade se estendeu para 2020. Em vista disso, cada vez mais, os povos indígenas são afetados por incêndios criminosos nos territórios (PACQ-COIAB, 2020).

¹⁴ Acesso @CoiabAmazonia (desde abril de 2020).

O documento ressaltou que, em 2019, as queimadas na Amazônia brasileira aumentaram em 25% as internações hospitalares dos idosos indígenas, de acordo com estudo divulgado pelo Instituto Socioambiental (DANTAS, G1 - 2020)¹⁵. O Plano do COIAB analisa que parte da problemática é histórica, embora tenha piorado nos anos de 2019 e 2020, devido às ações governamentais, como o desmonte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e dos órgãos ambientais. Isso resultou na diminuição de atividades fiscalizatórias, no aumento de atividades ilícitas na Amazônia, na paralisação da demarcação das Terras Indígenas e no crescimento discrepante das taxas de queimadas. Além disto, houve a explosão de políticas anti-indígenas e a veiculação de notícias falsas por parte do governo brasileiro sobre os povos, afirmando, inclusive, sem provas, que os povos indígenas são responsáveis pelas queimadas¹⁶.

A resistência dos povos indígenas, nos anos pesquisados, no governo de extrema-direita, assemelha-se à luta dos povos da floresta para o reconhecimento de seus direitos previstos na CF de 88. Em 1988, por ocasião do I Congresso Internacional de Etnobiologia, pesquisadores das Ciências Sociais e naturais, ambientalistas e representantes indígenas de 25 países elaboraram a Declaração de Belém, com a participação do antropólogo Darrell Posey, que presidiu o evento. O documento norteou, durante 30 anos, o trabalho dos pesquisadores em relação à garantia dos direitos de povos indígenas e foi renovado em 2018 (Declaração de Belém, 2018).

A Declaração de Belém influenciou diretamente o Artigo 8 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), proposta por ocasião da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, que reconheceu o direito soberano dos Estados sobre os seus recursos biológicos, estes também reconhecidos como de interesse comum da humanidade. Especificamente, o Artigo 8 da CDB obriga os países signatários:

[...] a respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (Brasil, 2018, não paginado).

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2020/08/25/queimadas-aumentam-25percent-das-internacoes-de-idosos-indigenas-em-2019-estudo-preve-cenario-preocupante-junto-a-covid.ghtml>.

¹⁶ Por que é falso afirmar que as queimadas da Amazônia são praticadas por indígenas e populações locais? Terra de Direitos, 24 set. 2019. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/por-que-e-falso-afirmar-que-as-queimadas-da-amazonia-sao-praticadas-por-indigenas-e-populacoes-locais/23160>. Acesso em: 10 fev. 2022.

3.2 As novas formas de comunicação e o protagonismo dos povos indígenas

A comunicação na Amazônia foi, continuamente, um desafio por conta das distâncias e da complexidade geográfica. Devido os rios e mata densa, o transporte na região ocorre historicamente por meio das águas, com intenso trânsito de embarcações. Assim, os deslocamentos entre as cidades são lentos, à medida que o percurso entre algumas localidades pode durar semanas. Essa condição sempre dificultou os contatos físicos e a interação entre as pessoas.

Da mesma forma, até os anos 1990, os meios de informação e comunicação limitavam-se às grandes cidades. Nas cidades médias e pequenas, vilarejos, aldeias de populações tradicionais havia pouco acesso às tecnologias de telecomunicações e aos veículos difusores de comunicação.

Entre as décadas de 1930 até 1990, o rádio sempre foi o veículo de comunicação predominante na região e de maior acesso. Isso porque, mesmo nos locais nos quais não havia energia elétrica, o rádio movido a pilha era a solução de difusão de informações para os habitantes da Amazônia. Em relação a outras regiões do Brasil, os meios de comunicação chegaram tardiamente, a exemplo do rádio. Após o marco inicial do rádio no Brasil, datado de 1922, foram necessários cinco anos para que a população da Amazônia tivesse acesso, pela primeira vez, às ondas radiofônicas (Santiago; Rocha, 2020).

Até os anos 2000, a televisão, o rádio e os jornais eram os veículos de maior influência na Amazônia brasileira. Com as possibilidades de acesso à internet, os *sites* começaram a surgir na região, além dos *blogs* (Amaral Filho *et al.*, 2010). A partir de 2010, as redes sociais passaram a ganhar notoriedade. A comunicação predominante acontecia por intermédio dos veículos tradicionais e com a mediação das mídias tradicionais. O advento da internet na Amazônia trouxe a possibilidade de comunicação relacional e a interação mais direta entre os povos tradicionais, a comunidade científica e o público em geral.

Importante lembrar que, anterior à utilização da tecnologia e da internet, para o trabalho de pesquisa científica na Amazônia, eram utilizados somente os registros fotográficos e as observações em campo. Após a coleta de dados, ocorria a produção dos textos em publicações específicas de maneira a subsidiar a comunidade científica, as instituições de ensino e as políticas públicas. Sem desconsiderar o valor desses trabalhos para o progresso da ciência, entende-se que era um processo mais lento e com acesso restrito (Fotografia1).

Fotografia 1– Antropólogo Darrel Posey¹⁷ em pesquisas com o povo indígena Kayapó



Fonte: Museu Emílio Goeldi¹⁸ (2022).

O trabalho em campo e os registros fotográficos continuam a ser utilizados pelos pesquisadores, porém, nesse contexto da atuação das humanidades, entraram as tecnologias e a Internet. O encontro entre as humanidades tradicionais e os métodos computacionais (Burdick *et al.*, 2012).

Nas últimas quatro décadas, a comunicação evoluiu, saindo do modo simples de difusão de informações através da TV, Rádio e Jornal, para a comunicação relacional de sujeito a sujeito, no formato de autocomunicação de massa (Castels, 2015; Wolton, 2010). Os movimentos dos povos indígenas acompanharam essas transformações. Os indígenas sempre despertaram interesse da imprensa como fontes de notícia, em muitos casos, vistos como exóticos e selvagens. Com exceção da mídia alternativa, as reportagens eram produzidas a partir dos olhares dos jornalistas e suas interpretações dos fatos. Em muitos casos, as distorções e inversões eram inevitáveis, em coberturas envolvendo os povos indígenas (Revista veja 1992)¹⁹. A cobertura do caso Paiakan pela Revista Veja é um exemplo disso. O cacique era considerado um símbolo de defesa da Amazônia, quando foi acusado de estupro. O tratamento jornalístico dado por alguns veículos foi motivo de críticas na época. Paiakan foi condenado e cumpriu a

¹⁷ O cientista foi pioneiro na defesa dos conhecimentos indígenas como fundamentais para o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia.

¹⁸ Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/exposicao-sobre-o-conhecimento-dos-kayapo-e-o-legado-de-darrell-posey>.

¹⁹ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-25-Capa-da-revista-Veja-10-jun-1992-em-que-foi-publicada-a-materia-O-selvagem_fig6_273942584. Acesso em: 20 abr. 2023 –

pena na aldeia Kayapó. Mas, a exposição pública foi a maior punição imposta ao cacique.

Fotografia 2– Revista Veja sobre Paulinho Paiakan



Capa da revista Veja, 10 jun. 1992, em que foi publicada a matéria "O selvagem"

Fonte: Fotografia de Daniel Pureza.

A partir da década de 2010, além das possibilidades de comunicação direta entre os povos indígenas das aldeias, por meio de aplicativo de mensagem, a internet passou a ser ferramenta de informação e comunicação entre os Povos, por meio de plataformas como *Youtube*, sites, *blogs* e redes sociais. Em 2018, no Belém + 30, os representantes dos povos indígenas utilizaram a tecnologia para fotografias, filmagens e transmissões pela internet dos debates e protestos no multievento.

Fotografia 3 – Indígenas utilizam a tecnologia para informação e comunicação



Fonte: Fotografia de Daniel Pureza.

Em 2019, diante do aumento dos desmatamentos e incêndios na Amazônia, o uso da tecnologia para monitoramento e denúncia aumentou entre os povos indígenas. Este trabalho realizou pesquisa no *site* da COIAB, o qual identificou várias ferramentas tecnológicas, figura 11, entre as quais, o aplicativo CÔ, que foi criado dentro de um sistema de monitoramento pelos indígenas das queimadas. Este envolve diretamente o trabalho de campo através dos brigadistas indígenas, que localizam os focos de incêndios, realizam o combate ao fogo e também o uso da tecnologia.

O aplicativo CÔ²⁰ foi apresentado em 2020 e disponibiliza “[...] um histórico de mapas diários de queimadas, desde o dia 1º de julho de 2020, para 79 Terras Indígenas da Amazônia brasileira que têm registro da presença de povos em isolamento voluntário, e de brigadas indígenas formadas com apoio do Revogo/IBAMA” (COIAB, 2019, não paginado).

[...] busca auxiliar as comunidades indígenas na localização de queimadas que não tenham relação com as práticas tradicionais, e sim com as atividades ilícitas como garimpo, desmatamento, extração de madeira e caça. Pode ainda ajudar a prevenir incêndios descontrolados, dando subsídios para que os indígenas alertem os órgãos ambientais.

Os povos indígenas também passaram a utilizar os dados, os relatórios e o monitoramento de incêndios e desmatamento disponibilizados da plataforma do INPE.

²⁰ Água na língua do povo Timbira, família linguística Jê.

Figura 11 – Guardiões da floresta fazem monitoramento dos incêndios florestais criminosos e desmatamentos ilegais em terras protegidas



Fonte: COIAB (2022).

Nota: com auxílio da tecnologia e utilizando os conhecimentos tradicionais, os guardiões da floresta fazem monitoramento dos incêndios florestais criminosos e desmatamentos em terras protegidas.

Figura 12 – O aplicativo CÔ



O aplicativo "Cô", que significa água na língua do povo Timbira, família linguística Jê, foi desenvolvido pela COIAB, com o apoio da Land is Life, para o monitoramento das queimadas nas terras indígenas e da situação das brigadas indígenas.

Fonte: COIAB (2022).

Nota: o App foi criado para auxiliar no combate aos incêndios florestais diretamente pelos brigadistas indígenas.

Na primeira amostra da pesquisa, também foi analisada a página da COIAB no *Twitter*, criada em abril de 2020, na qual foram identificados 2.339 *tweets* (postagens)²¹. Na época, a rede tinha 10.400 seguidores. A maior frequência no perfil era de membros dos povos indígenas, da comunidade científica, de instituições de ensino e pesquisa, de pesquisadores nacionais e internacionais, de veículos de imprensa, de ativistas e de jornalistas independentes.

Nota-se, nesta primeira análise, que as questões indígenas já ganhavam amplificação a partir do ciberespaço. Considerando os dois esteios de observação elencados para este trabalho (desmatamento e incêndios florestais), que estão ligados diretamente à conservação da sociobiodiversidade, listamos os grupos de *tweets* a seguir:

a) Desmatamento na Amazônia

De maio de 2020 a janeiro de 2022, foram analisadas 22 postagens sobre desmatamento, envolvendo imagens e texto, com citações aos parceiros institucionais da comunidade científica, que, normalmente, apresentam os dados de pesquisa em apoio às constatações feitas na floresta diretamente pelos indígenas.

Percebe-se a interação entre os povos indígenas e seus saberes acerca da floresta e os conhecimentos científicos advindos da pesquisa de monitoramento da Amazônia e divulgação de dados do desmatamento.

²¹ Coleta em maio de 2021 *twitter* @CoiabAmazonia.

Figura 13 – Twitter: exemplos de tweets com citação da palavra “desmatamento”

COIAB
@CoiabAmazonia

Dados do @Imazon mostram o avanço do #DesmatamentoNaAmazônia. Importante lembrar que esse desmatamento vem com violência, ameaças, assassinatos e invasões, prejudicando também a manutenção de nossa cultura e de nossa segurança alimentar.

Translate Tweet

Imazon @Imazon · Jan 17

📊 @Imazon acabou de publicar os dados consolidados do #DesmatamentoNaAmazônia em 2021. E eles mostram que a floresta viveu seu pior ano em uma década, com 10.362 km² destruídos, o que equivale a metade de Sergipe. Leia mais em: bit.ly/DesmatamentoNa...

Desmatamento acumulado de janeiro a dezembro (km²)

folha.uol.com.br

Desmatamento e garimpo ilegal abriram caminho para Covid-19 em indígenas, ... Pesquisa de economista brasileiro aponta correlação clara em pelo menos 22% dos mais de 28 mil casos até final de agosto

via @folha | Uma ampla pesquisa publicada nesta sexta-feira (23) comprova o que se poderia desconfiar: o #desmatamento, o #garimpoilegal e os casos de #Covid19 estão relacionados ao facilitar o contato de povos indígenas com pessoas infectadas.

Translate Tweet

COIAB
@CoiabAmazonia

Por falar nisso, não deixe de ler sobre os monitoramentos, especialmente o de desmatamento que mostra que, mais uma vez, tivemos um mês de recordes na região de influência da rodovia.

Isso e muito mais você encontra no link: observatoriobr319.org.br.

Translate Tweet

5:20 PM · Jun 1, 2021 · Twitter Web App

COIAB
@CoiabAmazonia

Relatório técnico recente produzido pela Campanha #IsoladosOuDizimados, realizada pela Coiab e @OPI_Isolados, mostra que de 2019 a 2021 o desmatamento acumulado na TI Ituna-Itatá representou 84,5% do total de 22.076,6 hectares desmatados. Saiba mais:

Translate Tweet

Desmatamento (ha)

coiab.org.br

Devastada pela grilagem, terra indígena com isolados no Pará perde proteção L. Relatório técnico da Coiab e Opi revela escalada brutal do desmatamento na TI Indígena Ituna-Itatá a partir de 2017

1:23 PM · Jan 28, 2022 · Twitter Web App

COIAB
@CoiabAmazonia

URGENTE!
Hoje(25/01/22), vence a portaria que protege a Terra Indígena Ituna-Itatá, que vive uma escalada de invasões e desmatamento nos últimos anos. Assine a petição: isoladosoudizimados.org
Use: #AssinaFUNAI e #IsoladosOuDizimados

Translate Tweet

Indígenas isolados correm risco de vida!

A portaria que protegia a Terra Indígena Jacareubá/Katawixi venceu em dezembro de 2021 e NÃO foi renovada pela Funai

Hoje (25/01/2022) vence a portaria que protege a Terra Indígena Ituna-Itatá, que vive uma escalada de invasões e desmatamento

Isso significa que territórios destinados aos povos indígenas isolados estão completamente desprotegidos.

3:58 PM · Mar 9, 2021 · Twitter Web App

COIAB
@CoiabAmazonia

“Nosso povo está sofrendo ameaças pelo desmatamento, pela venda de terras, retirada de madeira”, diz o cacique Mobu Odo. “A gente está preocupado com nosso futuro, porque a gente está vendo que a nossa mata está sendo destruída”, completa. frenteparlamentarindigena.com.br/povo-arara-sof...

Translate Tweet

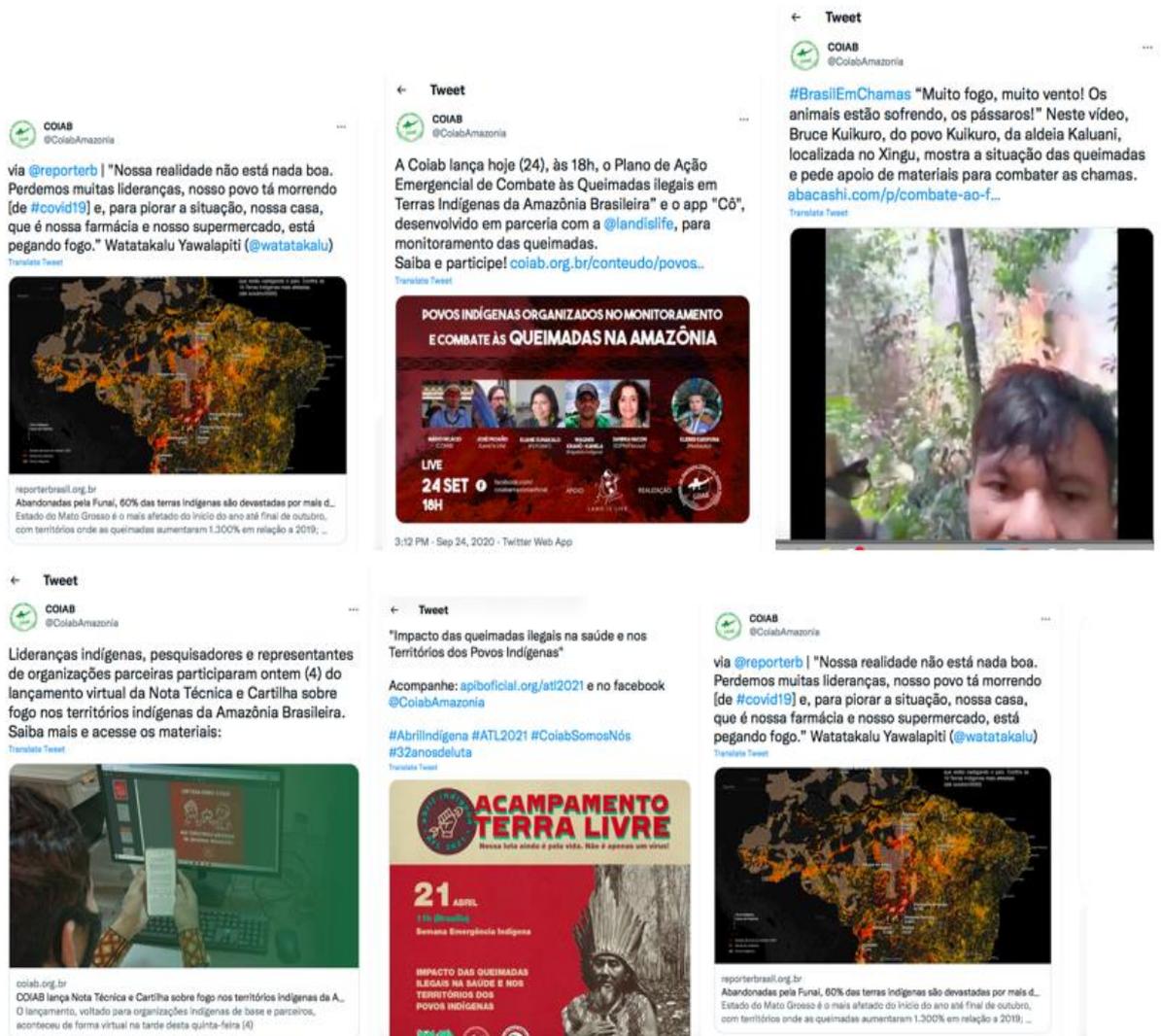
3 Retweets 1 Quote Tweet 3 Likes

Fonte: Twitter da @CoiabAmazonia (2021).

b) Incêndios florestais na Amazônia

No segundo esteio de observação, foram analisados 41 tweets citando diretamente as palavras “incêndios”, “fogo” ou “queimadas”.

Figura 14 – Twitter: publicações citando diretamente as palavras “incêndios”, “fogo” ou “queimadas”



Fonte: Twitter da @CoiabAmazonia (2021).

O *Twitter* da COIAB tornou-se um canal de amplificação das demandas dos povos indígenas. Junto com a @ApibOficial, a Confederação utiliza os canais virtuais para divulgar assuntos de interesse dos Povos, voltados à preservação social e ambiental. Assim, a comunicação através do ciberespaço emergiu nos contextos das relações entre os povos e continua ampliando-se, com resultados em curto prazo e ganhando dimensão global.

3.3 A trajetória de atuação dos povos indígenas no ciberespaço na proteção da sociobiodiversidade da Amazônia.

A partir da segunda coleta de dados na rede *twitter* da COIAB, APIB E ANMIGA, foi possível notar o crescimento da comunicação no ciberespaço feita diretamente pelos povos

indígenas²². Utilizando abordagens etnográficas para compreender as formas que esses grupos interagem e os resultados alcançados, listamos 42 *tweents*²³. As publicações são sobre degradação da floresta e ataques aos territórios e à cultura indígena na Amazônia, no período de 2020 a 2022.

Esses são os anos do auge da pandemia *Covid-19*, quando o desmatamento e os incêndios cresceram na Amazônia em patamares históricos. Além disso, os povos indígenas tiveram territórios invadidos por garimpeiros e foram atingidos pela pandemia, com as políticas genocidas do governo (APIB, 2020)²⁴. Os *tweents* coletados referem-se aos danos ao patrimônio material e imaterial da Amazônia, a luta pelos direitos dos povos originários e contra as mortes de indígenas na pandemia.

Para melhor compreender como os povos indígenas utilizaram a página do Twitter em prol da defesa da Amazônia, analisamos as postagens a seguir. Desmatamento, incêndios florestais, invasão de terras indígenas e *Covid-19* foram os principais assuntos abordados em 2020, no recorte estudado. Os povos indígenas utilizaram muitas informações das plataformas de monitoramento da Amazônia, principalmente INPE, MapBiomas e Imazon.

O desmatamento na Amazônia cresceu 279% em março de 2020, em comparação ao mesmo mês do ano passado, segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon. Leia a matéria no site do @amazonia_real - <https://bityli.com/Qxeur> (TWITTER @CoiabAmazonia em 04 de maio de 2020. Arquivo da pesquisa, não paginado).

As postagens buscam sempre fazer a relação entre os vários problemas e suas consequências para a floresta e para a sobrevivência dos povos. Os garimpeiros e grileiros que invadiram as terras indígenas e as Unidades de Conservação, além dos danos à biodiversidade da Amazônia, levavam o vírus SARS-CoV-2 para as aldeias. O assunto foi debatido ao vivo pelo Youtube @socioambiental.

O garimpo ilegal é uma das principais ameaças às TIs e UCs. Com a #COVID19, a invasão garimpeira representa, além do desmatamento, um risco de contágio para povos tradicionais”. Entenda essa tragédia anunciada, hj, às 18h, no Youtube do @socioambiental (TWITTER @CoiabAmazonia em 04 de maio de 2020. Arquivo da pesquisa, não paginado).

²² Coleta realizada em abril e maio de 2023.

²³ Formulário em *excel* – arquivo de pesquisa.

²⁴ Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB - Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena | novembro 2020. Acesso em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf, consultado em 10 de maio de 2023.

A formação de redes locais e globais dos povos indígenas, e em interação com vários públicos, está presente nas postagens selecionadas.

Os povos indígenas são essenciais para a proteção da floresta, porém sofrem com constantes conflitos envolvendo disputa de terra, desmatamento, queimadas e garimpo ilegal. Nessa linha de pensamento, Sonia Guajajara e Greta Thunberg realizaram uma live nesta sexta-feira (28) transmitida nas redes sociais, para relembrar sua importância e o quanto têm sido atingidos atualmente pela pandemia” (tweet publicado em 29 de agosto de 2020).

“Nós precisamos que a sociedade, que o mundo inteiro se engaje e exija do governo brasileiro uma maior responsabilidade, que exija do governo brasileiro ação e não somente uma retórica de que o Conselho da Amazônia vai resolver. É preciso agir agora”, disse Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (TWITTER @CoiabAmazonia em 30 de junho de 2020. Arquivo da pesquisa, não paginado)²⁵.

Nesta quarta-feira (26), às 14h (BSB), acontece a conferência virtual: Incêndios e Desmatamento nos Territórios Registrados de Povos Indígenas em situação de Isolamento - Bolívia, Brasil e Paraguai. O evento será transmitido pelo Facebook da @landislife” (TWITTER @CoiabAmazonia em 24 de agosto de 2020. Arquivo da pesquisa, não paginado).

Alguns *tweents* aparecem com destaque no número de apoio (curtidas) e compartilhamentos das informações. Todos os que tiveram maior visibilidade e engajamento referem-se aos grandes movimentos organizados pelos povos indígenas, como a marcha das mulheres indígenas nos protestos do julgamento do Marco Temporal, em Brasília. Dois pôsteres feitos pela liderança indígena Alice Pataxó, sobre o Marco temporal, contabilizaram, juntas, mais de 15 mil “curtidas” e mais de 2 mil *retweents*.

Não estaríamos aqui se não fosse necessário, se não fosse uma emergência pelas nossas vidas, dos nossos filhos, isso é mais que uma marcha, é o fortalecer de nossa luta, o momento de vencer essa batalha. #NaoAoMarcoTemporal Marcha contra o Marco Temporal - CURTIDAS: 7428 RETWETS: 890 @jornalistavitor @infoambiental @GAIATICAS (TWITTER: @alice_pataxo. 9 set. 2021, não paginado).

A luta continua, saímos em Marcha nessa manhã, mulheres, meninas e crianças indígenas na luta por seus territórios (CURTIDAS: 8401 RETWEETS: 1132 @jornalistavitor @infoambiental @GAIATICAS (TWITTER: @alice_pataxo. 10 set. 2021, não paginado).

As publicações acerca das invasões de territórios e violência contra os povos indígenas aparecem também com amplificação significativa. O sofrimento do povo Yanomami teve

²⁵ APIB. Disponível em: link: <https://terra.com.br/noticias/brasil/greta-thunberg-e-sonia-guajajara-apelam-por-pessao-global-a-favor-dos-povos-indigenas-e-da-amazonia,ee4a5911634ff18f9ac7780e0ebefd7e678rx57t.html>. Acesso em: 21 jun. 2020.

repercussão massiva com interações em vários outros perfis, incluindo imprensa nacional e internacional.

BASTA DE TANTA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS! É inadmissível o que o povo indígena Yanomami vem passando. Até quando o garimpo vai seguir matando os povos originários do nosso País? Garimpo mata!!! (CURTIDAS: 641 RETWEETS: 197 COMENTÁRIOS: 6 (TWITTER: @JoeniaWapichana 14 out. 2021, não paginado).

Outros destaques, no recorte estudado, ocorreram a partir da participação dos povos indígenas em grandes eventos, como a COP26²⁶. No tweet abaixo, foram mais de 17 mil curtidas, 1.939 retweentes e 123 comentários.

Nós, os povos indígenas, estamos na linha de frente da emergência climática lutando com nossas vidas e devemos estar no centro dessa discussão. Sem povos indígenas não existe equilíbrio climático#cop26 (CURTIDAS: 17,2 mil RETWEETS: 1939 COMENTÁRIOS: 123. TWITTER: @walela15 - Indígena Paiter Suruí, em 02 nov. 2022, não paginado).

Nota-se que, a partir dos perfis da COIAB, da APIB e da ANMIGA, os povos indígenas dão visibilidade às questões que envolvem a preservação da Amazônia, no que tange à proteção do patrimônio material e imaterial no bioma. Percebe-se que a linguagem utilizada é objetiva, focando na divulgação de informações, com vídeos e imagens. Do ponto de vista da técnica comunicacional na internet, os textos, fotos e vídeos possuem qualidade e as mensagens são bem elaboradas, incluindo o correto compartilhamento em outros perfis e em plataformas indígenas.

As publicações buscam a interação e engajamento local, nacional e internacional. Na análise dos *tweents* listados, nota-se que os maiores e melhores resultados ocorrem quando há participação das lideranças e comunicadores indígenas, e a partir de eventos presenciais. Isso demonstra que, ao comunicarem de forma coletiva, com a linguagem adequada, a partir de movimentos organizados pelos povos indígenas, os resultados atingem grandes patamares, repercutindo na governança dos movimentos dos povos originários.

²⁶ COP-26. Disponível em: <https://news.un.org.br>.

4 A APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA E DO CIBERESPAÇO PELAS MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA.

4.1 A evolução dos movimentos de mulheres indígenas na Amazônia em defesa da socio-biodiversidade.^[1]_{SEP}

A trajetória das mulheres indígenas da Amazônia não está dissociada dos movimentos feministas que defendem os direitos das mulheres no Brasil (Hollanda, 2019), porém tem particularidades inerentes à forma de viver dos povos da floresta. Neste trabalho, olhamos a atuação dessas mulheres guerreiras, considerando a noção de domínios de lugar apontada por Escobar e Harcourt (2002).

O campo de luta das mulheres está centrado nos quatro domínios - corpo, casa, ambiente e política (Escobar; Harcourt, 2002). Interessa a esta pesquisa observar os quatro domínios, de forma interligada, a partir dos movimentos de mulheres indígenas. A casa Amazônia vista aqui como um território singular e composto de complexidades sociais e ambientais, bem longe da imagem produzida, romantizada e orientalizada, como espaço verde e vazio a ser ocupado (Castro, 2019).

Sacchi (2003) aponta que as mulheres indígenas na Amazônia passaram a ocupar, mais intensamente, o seu lugar de manifestação política, a partir da criação das primeiras organizações na década de 1980, Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT). As mulheres indígenas fortaleceram ainda mais sua participação política por ocasião do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, em Manaus (AM), em 2002, que reuniu 70 lideranças, de 20 organizações e 30 povos indígenas. Nesse evento, foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (DMIAB/COIAB, com representantes de nove Estados da Amazônia brasileira (Sacchi, 2003, p. 98).

A presença das mulheres indígenas na arena política, portanto, tem complexificado a configuração de identidades étnicas e de gênero no contexto atual do movimento indígena. Neste processo, reestruturam as estratégias de representação política e almejam o diálogo com os diversos segmentos (obtendo conhecimento do mundo não indígena) para, deste modo, viabilizarem suas demandas num campo de interesses e universos simbólicos distintos (Sacchi, 2003, 2003. p. 103).

A criação da DMIAB/COIAB foi um marco para que as mulheres indígenas pudessem apresentar suas demandas, e ao mesmo tempo, dar visibilidade aos movimentos que surgiam em várias etnias da Amazônia.

Até os anos de 1990, em sua maioria, as mulheres indígenas assumiam papéis específicos nas aldeias relacionados à casa e aos filhos (Silva, M.; Silva, J Waram, 2021). Havia pouco espaço para manifestações políticas. Pude presenciar e entender um pouco das limitações dessas mulheres indígenas por ocasião da cobertura jornalística do Caso Paulinho Paiakan, na cidade de Redenção (PA), quando o cacique Kayapó foi acusado de crime de estupro contra uma professora da cidade, em 1992.

Eu era a única jornalista mulher entre os profissionais designados para a cobertura. Então, após uma série de protestos contra uma reportagem da TV Globo por parte da tribo Kayapó, estive como jornalista da antiga TV Manchete, atual TV Band, na aldeia Aukre, para ouvir a versão do cacique. A Globo foi acusada de editar e destorcer a entrevista exclusiva concedida por Paiakan sobre o estupro, afirmando que o cacique havia assumido que cometeu o crime, o que posteriormente Paiakan negou, afirmando que a emissora editou sua fala para parecer uma confissão (arquivo profissional da autora).

Ao chegar na aldeia junto com outros jornalistas, todos homens, o tratamento das mulheres indígenas foi estendido a mim. Somente os homens podiam se manifestar. As mulheres tinham que ficar caladas e, como mulher, fui orientada a não fazer perguntas no momento do ritual de reunião dos indígenas e dos protestos contra a reportagem da Rede Globo. Somente após o final da reunião, pude realizar a entrevista com o cacique Paiakan, que me chamou à parte, em um local afastado do grupo que estava em reunião (arquivo profissional da autora).

O exemplo de minha experiência profissional indica as restrições que as mulheres indígenas tinham na época, que parecia envolver questões de gênero, do ser mulher. Segundo a presidente da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), em entrevista concedida a Profa. Maria das Graças Silva Nascimento Silva em dezembro de 2016, tratou da importância dos projetos e das demandas das mulheres indígenas (informação verbal)²⁷.

Levar essa reflexão a estes homens não é tarefa fácil, pois o homem indígena não tem a vivência em sua cultura, da mulher que sair de casa para se tornar uma liderança, de estudar, de se profissionalizar, de se empoderar. Permitir essa abertura para as mulheres é difícil para uma organização cultural onde o machismo ainda impera, em sua forma simbólica e cotidiana em seus costumes, onde é trabalho da mulher cuidar da casa, dos filhos, do lar, de quando sair ter obrigação de levar os filhos. Também, a falta do próprio conhecimento delas a esse respeito, de poder participar, saber que são capazes de liderar, de adquirir novos conhecimentos. Por isso, muitas resistem e não querem essa mudança pelo fato de não conhecer, de não saber, não ter esclarecimento. Essa é uma das grandes dificuldades na questão do empoderamento (informação verbal)²⁸.

²⁷ Entrevista com Maria Leonice Tupari, dezembro de 2018.

²⁸ Entrevista com Maria Leonice Tupari, dezembro de 2018.

Contudo, algumas mulheres indígenas foram precursoras em quebrar as primeiras barreiras e assumir posições de liderança. É o caso da líder Tuíre Kayapó (chamada de Tuíra Kayapó fora da aldeia). Para citar um exemplo disso, lembramos o episódio ocorrido em 1989. Sem pronunciar nenhuma palavra em português, a mulher indígena Tuíre, chamou a atenção do mundo. Diante da ameaça de construção da Usina Belo Monte-Kararo, no Rio Xingu, Tuíre Kayapó protestou ao usar o seu facão e passar a lâmina no rosto do então presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes (Fotografia 4). Falando na sua língua Kayapó, Tuíre disse que o Kararao (a hidrelétrica) afogaria os filhos da terra.

Fotografia 4- Tuíre: na luta contra a Usina Belo Monte-Kararo, no Rio Xingu – Audiência pública no município de Altamira, no Estado do Pará



Fonte: Paulo Jares.

Na época, Tuíre Kayapó já dizia que os indígenas precisavam do rio fluindo naturalmente e não ser represado, demonstrando a necessidade vital que os povos indígenas têm nessa relação com a natureza. O ato liderado pela mulher Kayapó serviu para colaborar no adiamento do início da construção da obra e para rever alguns procedimentos nocivos para o povo indígena Kayapó (Memorial da democracia, não paginado)²⁹.

Porém, mesmo com os protestos, a hidrelétrica foi construída. 29 anos depois, em 2018, no evento Belém + 30, realizado em Belém, Estado do Pará, Amazônia, a líder Kaiopó voltou a protestar, desta vez contra os efeitos da já implantada Usina de Belo Monte. Em um determinado momento, por ocasião do Fórum dos Povos, que reuniu todos os povos em uma

²⁹ Acesso <http://memorialdademocracia.com.br/card/povos-do-xingu-se-encontram-no-para>. Consulta em 20 de abril de 2023.

espécie de conferência das populações tradicionais, Tuíre pediu para falar. Em língua Kayapó, precisou da ajuda de um intérprete para discursar no fórum. Tuíre pediu para que todos os veículos de comunicação, incluindo os que atuam somente na internet, registrassem o seu depoimento. Ao usar os canais a partir do aparelho de celular ligado à *Internet*, ela novamente protestou contra Belo Monte e as consequências da barragem para o seu povo.

Vim aqui para falar sobre a luta que travamos, defendendo terra indígena, cultura, linguagem. Queremos continuar índio Kayapó, quero ficar junto com quem quer que a Amazônia viva. Quem está lá somos nós indígenas, nós somos os donos da terra. Para construir uma obra grande temos que ser consultados. Vários presidentes que assumiram o Brasil e manipula nós indígenas querendo acabar com terra indígenas e vem ameaçando, tanto Governo do Estado, quanto Governo Federal. Nós não queremos que invada a nossa terra, é onde vivemos, nós queremos a terra para fazer a roça, nosso plantio, somos trabalhadores. Eu sou mãe do mato, sou mãe da terra, vou continuar lutando, vou defender terra indígena” (Tuíre Kayapó, Documentário em vídeo produção Belém + 30) (Coelho, 2019, p. 25, informação verbal).

Fotografia 5- Belém + 30



Fonte: Daniel Pureza (2018).

Porém, diferente do protesto de 1989, que teve amplificação a partir da “tradução” dos veículos de comunicação como rádios, Tvs e Jornais, neste novo momento, as palavras de Tuíre foram amplificadas instantaneamente no universo virtual. Assim, neste exemplo, percebe-se que o uso das redes no ciberespaço parece ter o potencial de ajudar a moldar processos globais, conforme observou Escobar (2005).

Nos anos 2000, cresceram os movimentos de mulheres indígenas da Amazônia, que surgiram em escalas locais e nacionais. Entre as organizações de abrangência regional, está a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), fundada em 2009, durante o III Encontro de Mulheres indígenas da Amazônia, no Maranhão, realizado pelo Departamento de Mulheres da COIAB. A UMIAB foi criada com o objetivo de fortalecer e

articular a participação das mulheres indígenas que vivem na Amazônia brasileira, nas instâncias de decisões e defender os direitos dos povos e mulheres indígenas (ISA, 2020)³⁰.

Em 2018, já figurava latente e crescente a presença de mulheres indígenas em vários espaços da sociedade brasileira. As mulheres indígenas passaram a se posicionar dentro e fora das aldeias, nas diversas áreas como educação, saúde e política. Um sinal disso foi a grande participação em mulheres em posições de liderança nos encontros e reuniões em todos o país, a partir dos anos 2010.

Isso ocorreu, por exemplo, no Belém + 30³¹. Na ocasião, criou-se a interação entre a academia e os conhecimentos tradicionais da ciência dos povos, em uma dimensão interdisciplinar singular, que teve a participação majoritária do público feminino. Mulheres de todos os continentes juntaram-se às mulheres da Amazônia.

Quadro 4 – Relatório de participação – Belém + 30

Sexo	Quantidade
FEMININO	1446
MASCULINO	1028
Total	2476

Fonte: Dados do sistema itarget de monitoramento de participação (2018).

No quadro acima, conforme informações do sistema de registro do multievento, dos 2.476 participantes 1.446 eram mulheres, significando quase 60% do público total. No Belém + 30, a presença de mulheres que assumem lideranças de movimentos em lutas por sobrevivência e contra as opressões mostrou bem a diversidade na atuação feminina no espaço político. Pesquisadoras, professoras, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, lideranças afro-religiosas, ribeirinhas, artesãs e muitos outros grupos de mulheres permearam os espaços do encontro, em todos os debates, levando conhecimento, experiências vivências, arte e cultura. Na liderança dos protestos, também ganhou destaque a atuação da vice-cacica, Luciana Ticuna, liderança indígena do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, um dos primeiros povos atingidos pelo aço, pólvora e doenças europeias. A líder indígena contou que, mesmo com as terras demarcadas, seu povo vive em constante luta.

³⁰ Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo>. Acesso em: 30 mar. 2023.

³¹ Um dos maiores encontros de sociobiodiversidade do planeta que ocorreu na cidade de Belém, Amazônia, em de agosto de 2018. O multievento reuniu o XVI Congresso Internacional de Etnobiologia, o XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, a IX Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e a I Feira Mundial da Sociobiodiversidade.

Nossos direitos não são respeitados, se a gente não cobra, os governos não fazem por si mesmo. Têm desmatamento e invasões. Nós resistimos no Alto Solimões e vamos continuar resistindo. A nossa língua é forte. Lá a gente se autovaloriza. A natureza significa a casa, a sobrevivência, tudo (LUCIANA TICUNA, informação verbal. Arquivo Belém + 30).

Fotografia 6- Luciana Ticuna, no Belém + 30. Protesto contra desmatamento e invasão de terras indígenas

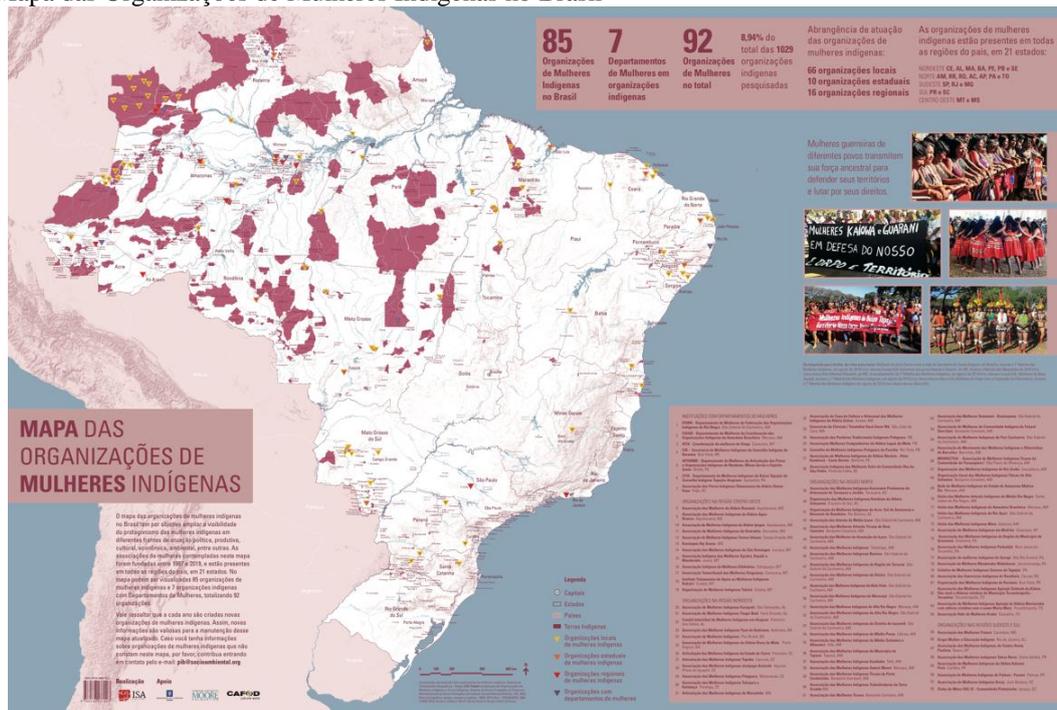


Fonte: Daniel Pureza (2018).

A líder Ticuna, que representou seu povo no encontro, tornou-se um exemplo de luta dentro de todos os domínios de lugar – corpo, casa/ambiente e política. O título de vice-cacica para uma mulher indígena também fazia parte da luta dentro da própria aldeia, onde as lideranças ainda eram, em grande maioria, assumidas por homens, sob as bases do patriarcalismo.

No ano de 2020, o ISA identificou no Brasil 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações indígenas que possuem departamentos de mulheres, totalizando 92 organizações, presentes em 21 estados do Brasil (ISA, 2020). O Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas produziu um mapa das organizações de mulheres indígenas e seus territórios de atuação, sendo a maior parte localizada na Amazônia.

Mapa 4 – Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil³²



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)³³.

A União de Mulheres da Amazônia agregou-se aos outros grupos de mulheres indígenas no Brasil, que também lutam pelas mesmas causas. Foi criada então a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que é um grande movimento de mulheres indígenas de todos os biomas brasileiros. Essas mulheres estão unidas pelos saberes, pelas tradições, em lutas convergentes pela garantia dos direitos indígenas e da vida dos nossos povos originários³⁴.

A ANMIGA ganhou grande dimensão em pouco tempo, impulsionada pela tecnologia e a internet, entre os anos de 2020 e 2021. Nesse período, auge da Pandemia *Covid-19*, os confinamentos obrigaram as pessoas no mundo inteiro a trocarem informações e se comunicarem a partir da tecnologia e do ciberespaço. O movimento passou a articular

³² O levantamento foi feito com base nos dados do Sistema de Informações de Áreas Protegidas (SisArp), banco de dados do Instituto Socioambiental (ISA), que contempla as principais informações sobre Terras Indígenas e Unidades de Conservação federais e estaduais no Brasil. As informações do levantamento no SisArp foram complementadas junto com mulheres indígenas presentes no Acampamento Terra Livre de 2019 e na 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em agosto do mesmo ano, em Brasília. O SisArp integra 11 Subsistemas temáticos e dois operacionais, que se relacionam com dados espaciais do Laboratório de Geoprocessamento do ISA. O sistema possibilita o resgate da informação em diversos recortes espaciais (UF, Área Protegida, Bioma, Jurisdição Legal) e temáticos (Terras Indígenas, Povos Indígenas, Unidades de Conservação, Notícias, Projetos, Organizações Indígenas, Pressões e Ameaças, Processos Judiciais, Atos Legislativos) – informações ISA, 2020.

³³ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2023.

³⁴ Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

mulheres indígenas nos seus biomas brasileiros - Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal.

Assim, unidas pela tecnologia, mesmo estando em locais diferentes e distantes, as mulheres passaram a atuar, também, a partir dos seus biomas e territórios, agregando significados aos corpos políticos das mulheres indígenas na vinculação entre territórios e Povos (ONU mulheres, 2021)³⁵.

Fotografia 7 – ONU Mulheres/Isabel Clavelin



Fonte: Foto: ONU Mulheres/Isabel Clavelin.

Na foto as lideranças Baniwa e Pankararu ganham destaque em meios de comunicação da ONU Mulheres na defesa dos povos indígenas. As mulheres originárias passaram a se movimentar em uma estratégia política de atuação em rede pelo seu protagonismo, liderança comunitária e incidência política.

A criação da ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade tece fios entre as mulheres dos 305 povos indígenas a partir de encontros on-line regulares, em que as telas de celulares e computadores e conexões de internet são recursos tecnológicos que facilitam interligações ancestrais em tempos de pandemia *Covid-19*” (ONU mulheres, 2021, não paginado)³⁶.

³⁵ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>. Acesso em: 20 abr. 2023 -

³⁶ Disponível e: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Na entrevista publicada pela ONU Mulheres Brasil, a líder indígena, doutoranda em antropologia Braulina Baniwa, e a geógrafa e doutoranda em antropologia social Cristiane Pankararu analisaram a trajetória do movimento de articulação.

Vinham acontecendo plenárias das mulheres, discussão de projetos voltados para os diretos das mulheres e construção de trazer na ANMIGA não somente grupo, mas todas as idades e de todos os conhecimentos. Vai desde a tia parteira, que nunca foi para a escola, mas tem conhecimento singular que transmite na forma dela à formação indígena. A gente quer que ela se sinta representada. Para nós, na ANMIGA, as mulheres estão sendo representadas por biomas. Todas as mulheres são água, semente, elemento ar, fogo, a gente começa essa discussão da importância da mulher nos territórios (ONU mulheres, informação verbal).

A antropóloga ressaltou os atributos políticos e comunitários das mulheres indígenas como “guardiãs de vários conhecimentos e geração de vida. A partir da ANMIGA, formou-se uma grande rede de mulheres indígenas, que passaram a interagir também através da tecnologia e da internet.

Somos redes de mulheres. As mulheres sempre fizeram atividades, como emergência indígena, a campanha “Vacina, Parente” e representação política. Em março, se consolidou o nome ANMIGA. A partir da consolidação do entendimento de luta por direitos indígenas e enquanto mulheres, pessoas que podem falar por si e reivindicar os seus espaços na construção coletiva no sentido de continuar os nossos conhecimentos. É muito fortalecimento da identidade a partir do território e corpo das mulheres indígenas (ONU mulheres, 2021, informação verbal).

A ANMIGA realiza reuniões semanalmente com as mulheres indígenas. E as redes formadas a partir das tecnologias e da internet crescem todos os dias com as interações no ciberespaço.

As novas tecnologias são aliadas, pois “as redes sociais são usadas como instrumento de mobilização. Descobrimos a internet como uma das principais ferramentas. No ano passado, se tornou a ferramenta porque só amplia as nossas possibilidades de nos comunicarmos e formas de conexão. Teve mobilização do movimento indígena para a realização do primeiro ATL On-line. Realizamos Assembleia de Mulheres on-line. Começamos com a campanha da vacinação, dando eco à campanha da APIB da Emergência Indígena. Até que conseguimos as vacinas. Demos ênfase ao “Vacina, Parente” todo organizado por mulheres indígenas. Em março, organizamos o Março das Mulheres Originárias, das mulheres-bioma. Somos mulheres-semente, mulheres-água, mulheres-raízes, mulheres-tronco, árvores, frutos, folhas. É isso o que falamos sobre Mulheres Originárias. A mãe do Brasil é indígena (ONU mulheres, 2021, informação verbal).

O crescimento das redes a partir da atuação das mulheres indígenas evidencia uma mudança de paradigma nas relações entre os povos indígenas. Isso vem acontecendo internamente entre aldeias e externamente em interação com a sociedade como um todo.

Já reunimos mais de 4 mil mulheres on-line”. Estamos mapeando redes, coletivos no sentido de ouvir o que fazem nas suas comunidades e o que precisam para fortalecer, porque, às vezes, as discussões do centro não chegam às bases. Temos comunicadoras indígenas, fonte de informação para chegar às comunidades”. Entre os próximos passos da ANMIGA, está a ampliação da rede. A ideia é ter um banco de dados com a especialidade dessas mulheres, principalmente fortalecendo o conhecimento ancestral que a gente fala da questão da semente, informação. São valorizações de conhecimentos múltiplos que passam pelas mãos das mulheres, como o parto. A nossa identidade enquanto ANMIGA é uma mulher gestando e por trás várias raízes, ela não anda só. Ela é coletiva. Então, corpo e território, que foram trazidos na primeira marcha, continuam na identidade e vão continuar nesse processo de cura, afeto e cuidado coletivo (ONU mulheres, 2021, informação verbal).

Fotografia 8- ONU Mulheres/Isabel Clavelin



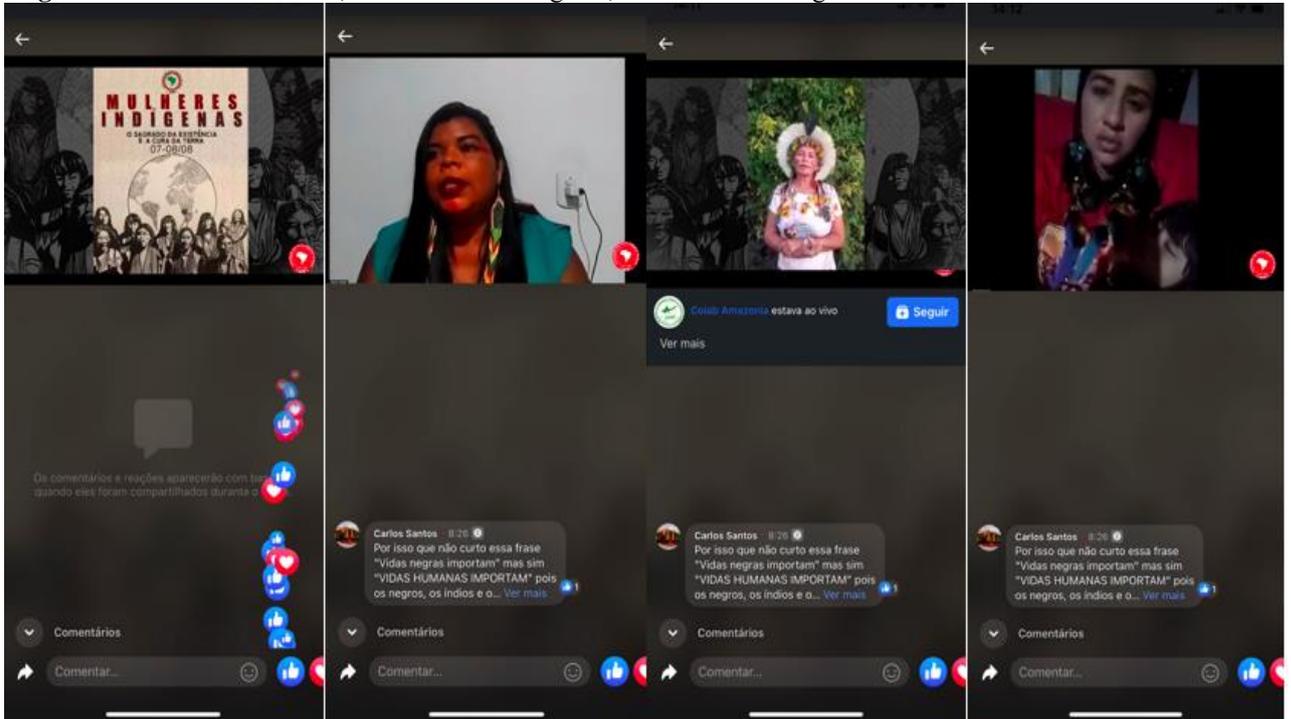
Fonte: Foto: ONU mulheres/Isabel Clavelin.

“Já reunimos 4 mil mulheres on-line”. A partir da constatação de Braulina Baniwa, é possível perceber o poder da tecnologia e a internet como instrumentos de mobilização social. A articulação no ciberespaço resultou em movimentos nacionais nas ruas de Brasília, materializados nas Marchas das Mulheres Indígenas. A primeira Marcha foi em agosto de 2019, com a participação de 2500 mulheres de 130 povos originários, em Brasília. A I Marcha das Originárias teve o tema: “Território Nosso Corpo, Nosso Espírito”.

Com intuito de enraizar e empoderar o protagonismo das mulheres indígenas, as guerreiras não pararam suas articulações e mobilizações. As mulheres indígenas ocuparam, em abril de 2022, o 18º Acampamento Terra Livre (ATL), com o registro da primeira Assembleia das Mulheres Indígenas. A atividade teve um dia de programação voltado para as mulheres, com pautas como: a violência de gênero dentro e fora dos territórios; silenciamento enquanto

corpo território sagrado; e o protagonismo das mulheres nas mobilizações. Em agosto de 2020, diante do agravamento das violências aos povos indígenas na pandemia *Covid-19*, aconteceu a maior mobilização de mulheres indígenas nas redes virtuais. Foi uma grande assembleia online, nos dias 7 e 8 de agosto, com o tema “O sagrado da existência e a cura da terra” (acesso em anmiga.org).

Figura 16- Assembleia online, nos dias 7 e 8 de agosto, com o tema “O sagrado da existência e a cura da terra”



Fonte: Facebook Coiab Amazônia. (20 abr. 2023).

Com uma mobilização ainda maior, aconteceu a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, com tema “mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da terra”. As mulheres originárias utilizaram a cultura indígena como linguagem para expor as problemáticas dos povos indígenas. A imagem foi encontrada na rede Coiab Amazônia. As lideranças participaram de vários locais em uma grande rede de união das mulheres em prol das causas em comum.

Figura 17 – 2ª Marcha das Mulheres Indígenas



Fonte: site ANMIGA.

Figura 18 – Nós por nós



Fonte: site ANMIGA (30 abr. 2023)

As próprias plataformas das mulheres indígenas no ciberespaço registraram o alcance da segunda marcha: cinco mil pessoas acampadas em Brasília, representantes de 172 povos e de sete biomas brasileiros. Foram mais 7 milhões de pessoas alcançadas no ciberespaço (aceso anmiga.org).

Em maio e novembro de 2022, a ANMIGA coordenou a Caravana Originárias da Terra. Foram realizadas atividades em 27 territórios brasileiros, mobilizando as mulheres indígenas para debater a importância dos biomas e territórios do Brasil. A proposta da Caravana foi de promover o entendimento do papel e da autonomia das mulheres para a ocupação nos espaços de poder e tomada de decisão. As eleições de 2022 também foram um marco para a história das mulheres indígenas no Brasil. Para a Câmara dos Deputados, em

Brasília, foram eleitas quatro parlamentares mulheres indígenas e um parlamentar homem indígena.

O protagonismo das mulheres indígenas ocupa o domínio da política nos espaços de poder no Brasil³⁷ (SAMAÚMA, 2023).

Quadro 5 – Deputados indígenas eleitos

DEPUTADOS INDÍGENAS ELEITOS		
Nome	Partido	UF
CÉLIA XAKRIABÁ	PSOL	MG
JULIANA CARDOSO	PT	SP
PAULO GUEDES	PT	MG
SILVIA WAIÃPI	PL	AP
SÔNIA GUAJAJARA	PSOL	SP

Fonte: Agência Câmara de Notícias (3 out. 2022).

A 3ª marcha das mulheres começou a ser preparada no 19º Acampamento Terra Livre e pontua a importância do fortalecimento da UMIAB. Percebe-se que o maior protagonismo das mulheres em nível nacional ocorreu a partir da ANMIGA, com apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da COIAB. Nos estudos feitos, nota-se que a participação da Umiab, enquanto mobilizadora das mulheres indígenas da Amazônia, acontece mais por meio da COIAB, diferente da ANMIGA, que criou redes próprias e de grande visibilidade no ciberespaço. A fotografia 10 mostra o momento que as mulheres originárias se reuniram para debater sobre a importância de políticas públicas voltadas à infância e juventude indígena.

³⁷ Publicado em 05 de maio de 2023 – acesso em <https://sumauma.com/mulheres-terra-mulheres-semente/>.

Fotografia 9 – Falar sobre gênero é cuidar da infância, da juventude e do território: mulheres indígenas debatem importância de políticas públicas na tenda da Amazônia no ATL 2023



Fonte: Acesso em coiab.org.br³⁸.

A União de Mulheres Indígenas da Amazônia (UMIAB) foi precursora nos movimentos das mulheres guerreiras no Brasil (SACCHI, 2003). Porém, a partir da análise no corpus desta pesquisa, percebe-se que, mesmo consolidado, esse movimento não entrou no ciberespaço da forma que fez a ANMIGA, a partir da reunião das mulheres indígenas do Brasil como um todo e assumindo o protagonismo dos movimentos.

A nível regional do bioma amazônico, nota-se que a utilização da tecnologia e da internet pelas mulheres indígenas ainda enfrenta barreiras. Somente para ilustrar como amostra desta reflexão, o perfil da UNIAB no *Twitter*, desde a sua criação em dezembro de 2020, tem oito seguidores e segue uma pessoa, enquanto que a ANMIGA tem 3554 seguidores e segue 146 perfis e as interações são constantes. Essa interação ocorre devido à grande produção de conteúdos com a capacidade de mobilizar. Também, mais de dois anos após sua criação, em dezembro de 2020, o perfil da UMIAB não teve nenhuma publicação. Nos tweents da AN-

³⁸ Disponível em: <https://coiab.org.br/conteudo/falar-sobre-genero-e-cuidar-da-infancia-da-juventude-e-do-territorio-1682645906741x495034355348144100>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MIGA, que foram coletados para a pesquisa, entre 2021 e 2022, a UMIAB não foi citada (figura 19).

Figura 19 – TWEENTS da ANMIGA



Fonte: Perfil UMIAB AMAZÔNIA e perfil ANMIGA (3 maio, 2023).



Independentemente dos motivos dos movimentos de mulheres indígenas da Amazônia não terem entrado diretamente no ciberespaço, é importante analisar a questão: a menor visibilidade da UMIAB no ciberespaço, de forma sistematizada e estratégica, tem repercussão na governança do movimento de mulheres na Amazônia ou não faz diferença?

Uma resposta mais embasada requer aprofundamento da pesquisa. Porém, o fato de a 3ª marcha das mulheres programada para 2023 inserir na sua pauta a necessidade de fortalecimento da UMIAB, parece uma sinalização de que o movimento de mulheres em nível

regional, a partir do bioma Amazônia, busca mais engajamento nas políticas públicas e protagonismo. Isto indica ser fundamental para as mobilizações regionais, que inclua a política de lugar, com a voz indígena sendo ecoada direto dos territórios onde ocorrem os problemas, indo do local para o global, com o feedback natural inerente à internet.

Nesta pesquisa, nota-se que ainda existe necessidade de fortalecimento dos movimentos regionais no ciberespaço. Percebe-se que a participação das mulheres indígenas da Amazônia nos movimentos enfrenta as dificuldades de mobilização até os locais de encontros, como Brasília. E há vulnerabilidades de acesso à internet entre os povos indígenas. Na ausência dos governos, os povos indígenas recebem apoio de instituições não governamentais e até de outros países, como Estados Unidos, que continuam mantendo grande interesse em fornecer tecnologia norte-americana para a Amazônia (AMIN, 2015).

Em 2020, por ocasião do período mais severo da *Covid-19*, a UMIAB, que une mulheres de nove estados da Amazônia brasileira, recebeu apoio dentro do projeto Pact da Colômbia, que é financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). De acordo com um vídeo publicado no Youtube do Pact, foi instalada internet nas aldeias e foram desenvolvidos treinamentos por meio de workshops.

Quando a *Covid-19* atingiu o Brasil, a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) buscou apoio para instalar internet nas aldeias, e também para apreenderem a utilizar ferramentas tecnológicas e virtuais, como *Zoom*, *e-mail* e outras plataformas.

As mulheres indígenas da Amazônia desejavam aprender a usar as tecnologias no ciberespaço, a diagnosticar suas necessidades virtuais e entender como usar as ferramentas tecnológicas, mas não tinham apoio do governo brasileiro. Em um vídeo publicado pelo Pact da Colômbia na internet, as lideranças mulheres indígenas relatam essas experiências³⁹.

A tecnologia vem adentrando e somando dentro, né? Na forma de comunicação das mulheres. Ela é uma ferramenta também, de luta. É uma ferramenta de soma” (O-É Kaiapó – Coordenadora Secretária – UMIAB, 2020, não paginado).

É através da tecnologia que a gente tem voz. As pessoas sabem o que está acontecendo nos nossos territórios, né? (Eliane Xunakalo – Vice-presidente do Conselho – UMIAB, 2020, não paginado).

A gente conseguiu chegar com essa tecnologia dentro das aldeias. As mulheres hoje têm uma participação mais ativa né, tem um conhecimento de algumas situações, que precisam estarem atentas ali para alguma defesa, até dos próprios territórios (Telma Taurepang – Coordenadora Geral – UMIAB, 2020, não paginado).

³⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C9jGC65rTyw>. #usaid #pact #scioa #ieb #UMIAB.

E hoje facilita muito a tecnologia, né. Para vir como uma soma de força das mulheres né, para fazer um grande chamado, para fazer uma grande mobilização, para trazer e levar informação à base (O-É Kayapó – Coordenadora Secretária – UMIAB, 2020, não paginado).

A USAID, junto com a Pact., junto com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), eles trouxeram para nós, mulheres indígenas, um conhecimento de como lidar com a tecnologia. Foi um projeto que trouxe a tecnologia, uma forma de comunicação com as mulheres indígenas (Telma Taurepang – Coordenadora Geral – UMIAB, 2020, não paginado).

A atuação das mulheres partir dos locais onde vivem mostra-se, nestas observações, como um caminho para a preservação da sociobiodiversidade na Amazônia. Os impactos das publicações diretamente a partir dos territórios, mostrando os problemas, nas vozes indígenas, são visivelmente maiores nos territórios virtuais. Isso parece ter impacto direto na visibilidade dos povos indígenas como protetores do patrimônio material e imaterial da Amazônia. Um exemplo disso ocorreu no 15 de abril de 2022, quando a cacica Juma Xipaia, da aldeia Karimãa, em Altamira no Pará, fez uma transmissão, ao vivo, denunciando invasão de garimpeiros e os riscos que os indígenas estavam correndo naquele momento.

Fotografia 10- Imagem do momento em que a cacica Juma Xipaia



Fonte. Instagram: juma_xipaia.

Neste exato momento garimpeiros estão invadindo o nosso território, entraram com uma balsa super gigante. Estou aqui aflita, com muito medo, porque não sei o que vai acontecer com os meus parentes. Podem matar o meu pai, meus irmãos que estão no território. É um pedido de socorro. Isso acontece agora, neste momento” (Trecho

da transmissão ao vivo feito pela cacica juma xipaia, da aldeia karimãa, em Altamira no Pará, em seu perfil pessoal no instagram Juma_Xipaia, informação verbal).

A transmissão ao vivo pela rede social *Instagram* foi replicada no *twitter* e em todas as plataformas e nos meios de comunicação de TV, Rádio e Jornal. O pedido de socorro “viralizou” e chegou rápido até o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que reforçou a segurança na aldeia. A transmissão em tempo real pela internet fez a diferença para impedir o conflito com os garimpeiros. Juma Xipaia é uma liderança regional na luta dos povos indígenas contra os danos causados pela Hidrelétrica de Belo Monte. Ela tem, atualmente, visibilidade global pela defesa da Amazônia.

Figura 20– Participação na Cop26 em protesto contra os danos das hidrelétricas na Amazônia



Fonte: twitter @CoiabAmazonia

Excluindo os impactos que a tecnologia pode causar na preservação da cultura indígena, que é um outro debate importante a ser feito (Moreira, 2014; 2022), este trabalho indica que as ferramentas tecnológicas podem ser um caminho para formatar uma política de lugar, entre o local e o global, a partir das “glocalidades” já existentes. Ao analisar estes novos caminhos no ciberespaço, Escobar e Harcourt (2007) concluíram que nada é puramente global ou local nominando os novos locais como “glocais”. Assim, mesmo de forma introdutória, nota-se que o uso da tecnologia nos territórios indígenas é um caminho sem volta e, por isso, precisar estar presente nas Políticas Públicas que objetivam a preservação do patrimônio material e imaterial da Amazônia.

Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato. Índio ou indígena hoje pode ser sinônimo de alguém fazendo uma consultoria para a Comissão de Direitos Humanos da ONU, analisando violações de direitos de populações tribais na Ásia, na Oceania ou na América Latina. Existem consultores indígenas hoje trabalhando com esses organismos internacionais, com a Unesco. Então, como é que se pode dizer que essa gente tem algum grau de visibilidade deficitária em relação a um holandês que vem jogar bola no Rio de Janeiro? Ou a um italiano? (Krenak, 2022, não paginado).

4.2 A luta das mulheres indígenas no ciberespaço

Para compreender melhor a atuação das mulheres indígenas nos territórios virtuais, centramos a pesquisa mais diretamente na luta que as mulheres guerreiras travam a partir de suas presenças no ciberespaço. Isso inclui o movimento intitulado Marcha das Mulheres Indígenas, que fará a sua terceira edição em 2023. No momento de finalização deste trabalho, as mulheres indígenas encontram-se reunidas na 19ª Acampamento Terra Livre, em Brasília, onde ocorrem também os eventos preparativos da marcha.

As observações com abordagem etnográfica ocorreram na rede *twitter* da ANMIGA, no período de março de 2021 a março de 2022. O método adotado incluiu a coleta qualitativa em um formulário *excel*, que faz parte dos arquivos desta pesquisa.

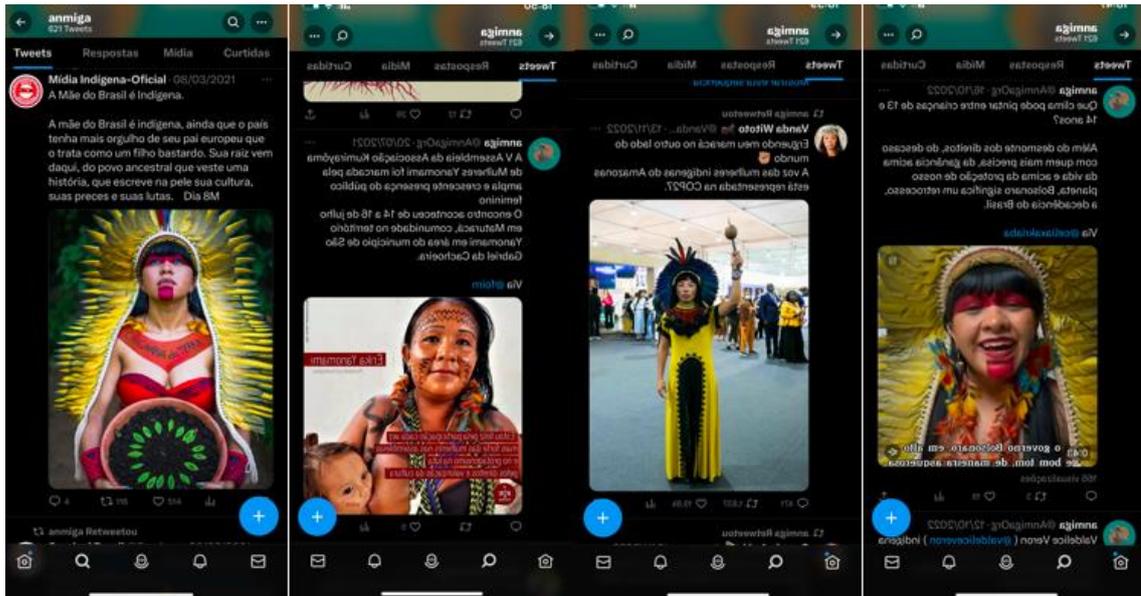
O primeiro *tweent* da ANMIGA foi em 05 de março de 2021. O assunto postado era sobre o manifesto concebido após a I marcha nacional das mulheres indígenas, em 2019⁴⁰. Os *tweents* seguintes chamavam atenção para acompanhamento da programação do evento “Março das Originárias da Terra: a mãe do Brasil. “Somos sementes plantadas através dos nossos cantos. Conheça as nossas guerreiras da ancestralidade”, diziam as postagens que tiveram de 1 a 2 curtidas. A mesma mensagem foi repetida em um total de quatro *tweents*, uma evidente estratégia de repetição com objetivo de fixar a mensagem.

No mesmo mês, outros *tweents* chamavam a atenção para a existência das mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade: “nós, mulheres indígenas, também somos terra, pois a terra se faz em nós. A terra é a irmã, é a filha, é a tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo” (*tweent* no perfil ANMIGA em 06 de março de 2021).

Aos poucos, as mulheres indígenas foram apresentando-se através de linguagem própria dos povos e de forma inovadora. Além dos textos que falam da maneira de viver indígena, as imagens têm muita cor, através das vestimentas e pinturas indígenas. Nos vídeos, são produzidos com os cantos e as danças das mulheres. Percebe-se a presença da cultura indígena nos textos, nas imagens, na voz e nos gestos.

⁴⁰ Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

Figura 21 – Mulheres indígenas utilizam a cultura como linguagem na rede ANMIGA no *twitter*



Fonte: Rede ANMIGA no *twitter*

A linguagem visual figura 19, parece ter o propósito de chamar a atenção para as vozes e as resistências contra os problemas que assolam os povos indígenas no Brasil. As mulheres, que já lideram os grupos em muitas aldeias, assumem a liderança no ciberespaço, com firmeza e coragem. No dia 08 de março, dia internacional da mulher, um vídeo gravado pela cacica Cullung Vei-Tcha-Teie do povo Xokleng dentro da aldeia e postado no ANMIGA denuncia a invasão de terra indígenas e cobra providências do governo federal. O tweet foi replicado em todas as redes sociais, plataformas como o Youtube e também na mídia tradicional (TV, Rádio e jornal, ano, não paginado).

Não fomos nós indígenas que fizemos a lei, quem fez a lei foi o Brasil, as autoridades. Quem assinou foi o presidente da República, que hoje não está mais reconhecendo essa lei que dá direito para nós, povos indígenas. Quantas lideranças caciques estão morrendo pela luta de suas terras, de seus territórios. E hoje como mulher cacique eu me levanto aqui neste lugar. Eu me levanto e desafio o nosso governo brasileiro, o Bolsonaro. Morre um, morre dois, mas, aqui eu não vou desistir de lutar pelo nosso território Xokleng Konglui (declaração da cacica Cullung Vei-Tcha-Teie, arquivo da pesquisa, informação verbal, na figura 22).

Figura 22- Cacica Cullung Vei-Tcha-Teie



Fonte: *Twitter* Anmiga.

A ANMIGA também passou a agregar e ganhar participação de mulheres indígenas, que mantêm perfis nas redes sociais e também utilizam plataformas no ciberespaço. Assim, formou-se a rede virtual das mulheres indígenas. É o que se entende como o envolvimento dos atores na conexão em rede (LATOURE, 2005). Quando Bruno Latour e Michel Callon falaram da Teoria Ator-Rede (TAR), na década de 1980, as redes sociais não existiam da forma atual no ciberespaço. Porém, a reflexão de Latour e Callon cabe nesta análise, pois se nota que as redes de atores, a partir das conexões entre as mulheres indígenas, formaram-se com a internet e continuam em pleno crescimento. Esses movimentos seguem em dimensões espacial e temporal, em escala local ou global (multiescala), entre os territórios virtuais e presenciais.

O mapeamento feito na rede *twitter* da ANMIGA revela os principais assuntos abordados. Raramente as mulheres indígenas falam delas mesmas. As mensagens são sempre no coletivo, envolvendo homens e mulheres dos povos indígenas como um todo. As mulheres posicionam-se no ciberespaço com as mulheres guerreiras que defendem a causa indígena, em contribuição e em paridade com os homens indígenas.

O que fica claro, ao analisar a amostra, é a posição de destaque que as mulheres indígenas ganharam nos movimentos, e em pouco tempo. Da formação da primeira associação, na década de 1980, passaram-se 40 anos. Porém, nota-se, a partir da pesquisa exploratória, que somente a partir de 2010 esses movimentos ganharam corpo. De 2018 até 2023, em cinco anos, as mulheres assumiram o protagonismo em lutas que anteriormente tinham como líderes somente os homens indígenas.

O uso da tecnologia e da internet alavancou os movimentos de mulheres no Brasil. A amostra coletada na rede *twitter* da ANMIGA revela isso. São textos pequenos e diretos, com as cópias de links para interações e raramente não têm imagens (fotografias ou vídeo). Os temas identificados nas mensagens são todos ligados à luta indígena no Brasil. Os textos fazem analogias com a natureza, os corpos, o bem viver e a os conhecimentos dos povos.

Somos sementes plantadas através dos nossos cantos. Conheça nossas guerreiras da ancestralidade (TWEENT ANMIGA, ,6 mar. 2021).

Já estão presentes na II Marcha das Mulheres Indígenas as mulheres do povo Arara. No dia de hoje, mais de 14h00 mulheres indígenas de todos os biomas estarão chegando (TWEENT ANMIGA, ,7 set. 2021).

A II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas segue sua programação com a força ancestral das mulheres originárias, que trouxeram para o segundo dia de atividades pautas fundamentais em defesa de seus corpos-territórios: não à violência de gênero e não ao marco temporal” (TWEENT ANMIGA 7 set. 2021).

Para nós indígenas mulheres, a água representa o nascer de saberes e tradições milenares de ciência indígena. Seguimos, protegendo e cuidando de nossos rios, lagos, igarapés, da nossa água. Água é vida! Siga a @AnmigaOrg nas redes e fortaleça a luta das mulheres indígenas (TWEENT ANMIGA 22, mar. 2022 - CURTIDAS: 20 @ChirleyPankara @AgroeFogo @amb_feminista RETWETS: 6 @AgroeFogo).

Olá gente, compartilho com vocês um texto meu, espero que gostem: em cada traço, da minha face, em cada olhar, carrego a força dos meus ancestrais [...]”. (@ANMIGAORG 16 jan. 2022 - CURTIDAS: 40 @Fxakriaba @KaroMunduruku @elianexunakal RETWEETS: 5 @AnmigaOrg).

Os chamamentos para participação nos movimentos, seja de forma presencial ou através da internet, são frequentes nas publicações. Isso parece indicar que a internet é vista pelas mulheres como uma ferramenta de interação entre os povos, para alavancar os movimentos e para a atuação direta nos territórios.

Chamamento: “as reuniões do Grupo de Estudos Jurídicos sobre criminalização de lideranças e organizações indígenas, promovido pelo Observatório de Justiça Criminal e Povos Indígenas se iniciará na próxima sexta-feira, 4 de fevereiro de 2022, das 14 às 17 horas [...] (@ANMIGAORG, 3 fev. 2022 - CURTIDAS: 11 @amb_feminista @proindio RETWEETS: 3 @amb_feminista).

Chamamento: “a ANMIGA é composta pelas mulheres indígenas, originárias da Terra. Esta semana, estou no território kanidé Jenipapo no Ceará com outras mulhe-

res indígenas potência na construção do planejamento da nossa articulação”.@AnmigaOrg (TWEENT ANMIGA, 15 fev. 2022).

Chamamento: o Abril Indígena é o mês das grandes mobilizações populares do movimento indígena. Ocuparemos a capital do Brasil para reivindicar nossos direitos garantidos na Constituição de 1988. O Acampamento Terra Livre (ATL) acontecerá de 4 a 14 de abril de 2022, em Brasília” (18 03 2021 - CURTIDAS: 85 @liamahyalu @socioambiental @AmazonMiller @Fxakriaba RETWETS: 30 @socioambiental VÍDEO: 2638 visualizações (informação verbal).

O estudo da rede *twitter* da ANMIGA demonstra que a atuação das mulheres no ciberespaço está estritamente ligada aos movimentos organizados, seja nos territórios, em dimensão regional ou nos movimentos nacionais. As marchas de mulheres Indígenas, iniciadas em 2019, demonstram isso. A partir dos eventos presenciais, a internet ganhou importância no sentido de mobilizar, organizar e dar maior visibilidade às lutas dos povos indígenas. Assim, algumas postagens, sobre as marchas de mulheres tiveram grande repercussão. No campo pesquisado, os dias de maior impacto no *twitter* da ANMIGA foram 07 08, 09 e 10 de setembro de 2021.

Twitter destaque 1. “Mulheres indígenas do povo Karo e Arara do estado de Rondônia, dizem não ao PL 490 e ao Marco temporal. Dos territórios para as parentas em Brasília, forças das aldeias. Segunda marcha das mulheres indígenas. Mulheres originárias, reflorestando mentes para a cura da terra” - CURTIDAS: 973 RETWEETS: 184, vídeo com 14,6 mil visualizações @GutaHegarty @infoambiental @FumacaSinal @SurvivalBrasil) (TWITTER ANMIGA, 9 set. 2021).

Twitter destaque 2. “Brasília sendo abençoada pelas rezas, cantos e ritos dos povos originários, na II Marcha das mulheres indígenas, mandando pra longe as energias ruins que tão rondando a capital federal nesses dias” - CURTIDAS: 740 RETWEETS: 198. Vídeo com 13,3 mil visualizações @euzaribeiro @malaladias @infoambiental) (TWITTER ANMIGA, 9 set. 2021).

Twitter destaque 3. “Começou a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, "Reflorestando mentes para curar a terra". As mais de 5 mil mulheres de todos os biomas de tremem a capital” -CURTIDAS: 825 RETWEETS: 249 , vídeo com 18 mil visualizações, 📹: Alass Deriva / Deriva JORNALISMO AO VIVO no site da (@ANMIGAORG: <https://anmiga.org/marcha-das-mulheres/> #MulheresBiomass #mulheresbiomas #mulheresancestrais #mulheresindigenas) (TWITTER ANMIGA,10 set. 2021).

Twitter destaque 4. “MULHERES INDÍGENAS OCUPAM BRASÍLIA!172 povos de todos os biomas do Brasil e de todas as gerações. As mais de 5 mil mulheres guerreiras preparam seus cantos e energias para iniciar a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, com o tema "Reflorestando mentes para curar a terra". - CURTIDAS: 3780 RETWEETS: 898 COMENTÁRIOS: 43 Airnéa @Airna60460259. FOTO: @kamikiakisedje. Siga a @AnmigaOrg nas redes sociais! #MulheresBiomass #MulheresAncestrais #PeloDireitoaVida #MarchaDasMulheresIndigenas) (TWITTER ANMIGA, 10 set. 2021).

Outro assunto constante no perfil da Anmiga, sob liderança das mulheres, é a violência contra os povos indígenas, seja assassinatos, invasão de terra e agressões por parte de garimpeiros e grileiros.

Indígenas da etnia pataxó estão na mira de bandidos na Bahia. Homens espreitam as casas de lideranças pataxó da Aldeia Novos Guerreiros/TI Ponta Grande, em Porto Seguro. A situação é de tensão. O alerta foi dado na noite da terça-feira (15/3) pelo latido dos cães. Via @J_LIVRES (16 03 de 2021 - CURTIDAS: 107 @MMariposaSirena @ChirleyPankara @juremawerneck RETWETS: 44 @MMariposaSirena @AnmigaOrg @juremawerneck @Indigenista8 @JosHelio2. (TWITTER ANMIGA, 16 mar. 2021).

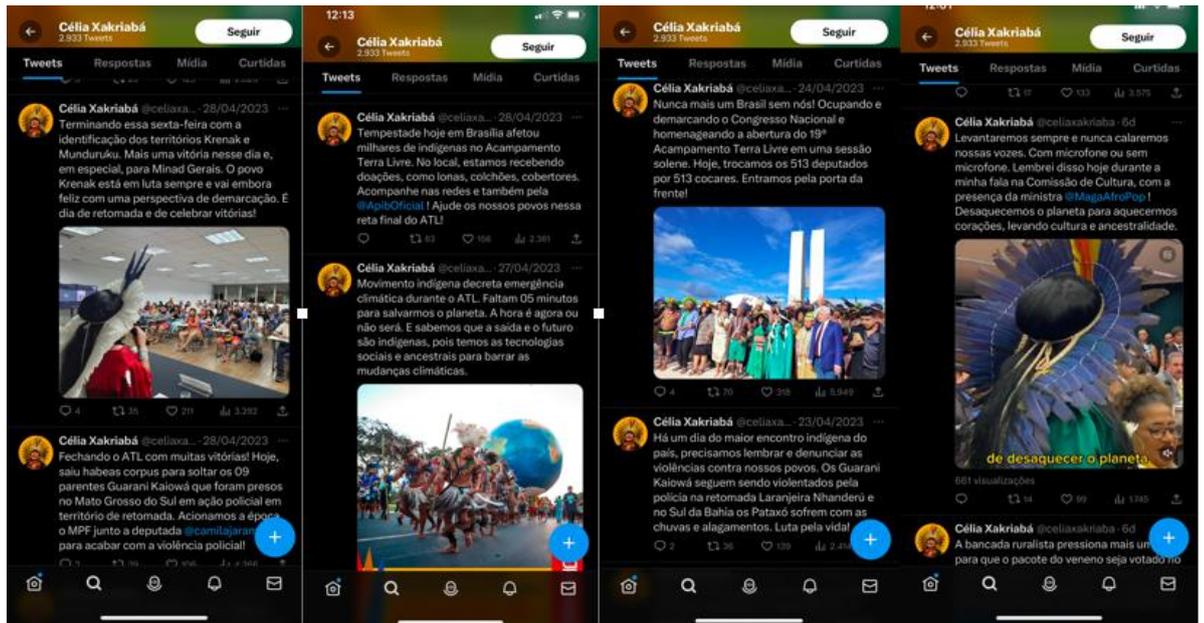
Dois jovens indígenas, de 15 e 19 anos, mantidos em trabalho análogo à escravidão no Amapá por um pastor e sua esposa, retornaram a aldeia após quase seis meses. Com informações de @portalselesnafes - #Indígenas #Amapá #TrabalhoEscravo. CURTIDAS: 285 @petramarrie @proindio @ChirleyPankara @juremawerneck @TxanuNawa @MidiaNINJA @forodaamazonia @RainforestUS @ayira__ RETWETS: 91 @AnmigaOrg @juremawerneck @TxanuNawa @Indigenista8 @ayira__(TWITTER ANMIGA, 16 mar. 2021).

A LINGUAGEM INDÍGENA NO CIBERESPAÇO E OS QUATRO DOMÍNIOS

Neste trabalho, olhamos a atuação dessas mulheres guerreiras, considerando a noção de domínios de lugar apontada por Escobar e Harcourt (2002). O campo de luta das mulheres está centrado nos quatro domínios - corpo, casa, ambiente e política (Escobar; Harcourt, 2002). Interessa a esta pesquisa observar os quatro domínios a partir dos movimentos de mulheres indígenas: a casa Amazônia, vista como um território singular e composto de complexidades sociais e ambientais, bem longe da imagem produzida, romantizada e orientalizada, como espaço verde e vazio a ser ocupado (Castro, 2019); as casas biomas, degradadas pela mercantilização da natureza (Leff, 2003; Krenak, 2019); os ambientes territoriais invadidos pelo capital, com expropriação e apropriação dos bens comuns e dos modos de vida nos biomas brasileiros (Hazeu; Goncalves; Costa, 2020); os corpos indígenas atingidos pela violência física e pela destruição do corpo-território (Xakriabá, 2018; Krenak, 2020). E no domínio da política, a resistência, a luta e a superação com força e expressão.

Foi na política que Célia Xakriabá figura 23, encontrou um caminho de luta como líder indígena mulher. Em 2022, ela foi uma das parlamentares federais indígenas eleitas para a Câmara dos deputados. No Twitter, Célia Xakriabá mantém um perfil com mais de 26 mil seguidores, onde se expressa sobre problemas gerais do país e, principalmente, contra as problemáticas que atingem os povos indígenas e o planeta, como o aquecimento global.

Figura 23 - Célia Xakriabá no campo da política

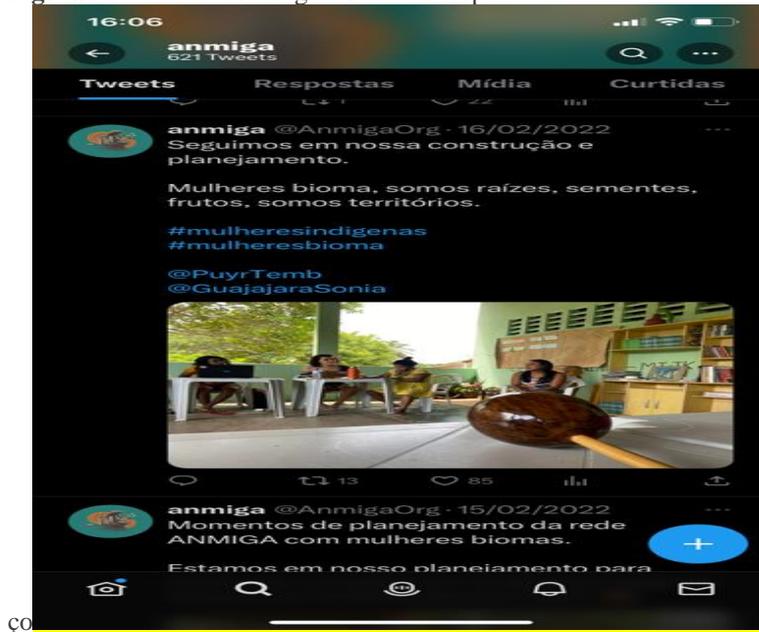


Fonte: Rede ANMIGA no twitter

Centradas nos quatro domínios - corpo, casa, ambiente e política, em seus campos de luta, as mulheres indígenas utilizam o ciberespaço de maneira distinta dos critérios das redes sociais e coerente com o modo de vida indígena e seus universos simbólicos. É um campo que podemos considerar interdisciplinar, mas, no contexto dos conhecimentos tradicionais indígenas (Meneses, 2021). Observa-se, na coleta específica sobre a atuação das mulheres indígenas, os diferenciais quanto à linguagem utilizada na comunicação virtual. Nos textos, faz-se alusão à cultura indígena e a forma de viver nos territórios. Também as imagens postadas mostram as vestimentas, as cores, o visual que remonta à ligação que os povos têm com a natureza. As vozes incluem a diversidade de cantos indígenas e suas sonoridades.

[...]as forças coletivas ancestrais em nós é uma força além do que podemos controlar. As mulheres biomas me conduziram a ser a interlocução no caule da árvore entre as frentes políticas das mulheres raízes, sementes, biomas e terra. #ancestralidade @AnmigaOrg @CXakriaba @GuajajaraSonia @JKaingang (CURTIDAS: 22 @mundo_guarani @MariannaOlinger @Indigenista8 @ApibOficial @AnmigaOrg RETWEETS: 1 @AnmigaOrg). __ (TWITTER ANMIGA, 16 fev. 2022).

Figura 24 – Mulheres indígenas no ciberespaço



Fonte: Rede ANMIGA no twitter

Seguimos em nossa construção e planejamento. Mulheres bioma, somos raízes, sementes, frutos, somos territórios⁴¹ (Twitter anmiga, 16 fev. 2022).

Em todos os tweets analisados, as mulheres indígenas fazem alguma relação com a natureza e chamam a atenção para o corpo-território. A ligação com a biodiversidade é a essência da linguagem utilizada nas postagens.

Para nós indígenas mulheres, a água representa o nascer de saberes e tradições milenares de ciência indígena. Seguimos, protegendo e cuidando de nossos rios, lagos, igarapés, da nossa água. Água é vida! Siga a @AnmigaOrg nas redes e fortaleça a luta das mulheres indígenas (Twitter anmiga, 16 fev. 2022).

⁴¹ #mulheresindigenas #mulheresbioma @PuyrTemb @GuajajaraSonia CURTIDAS: 86 @GofTomorrow @mundo_guarani @ChirleyPankara @Mayrawapichanaa @IPRightsIntl @lutafeminista @SurvivalBrasil @sam_sateremawe @LidiaGuajajara @ApibOficial RETWEETS: 13 @ChirleyPankara @sam_sateremawe @GuajajaraSonia @ApibOficial @ayhuasca.

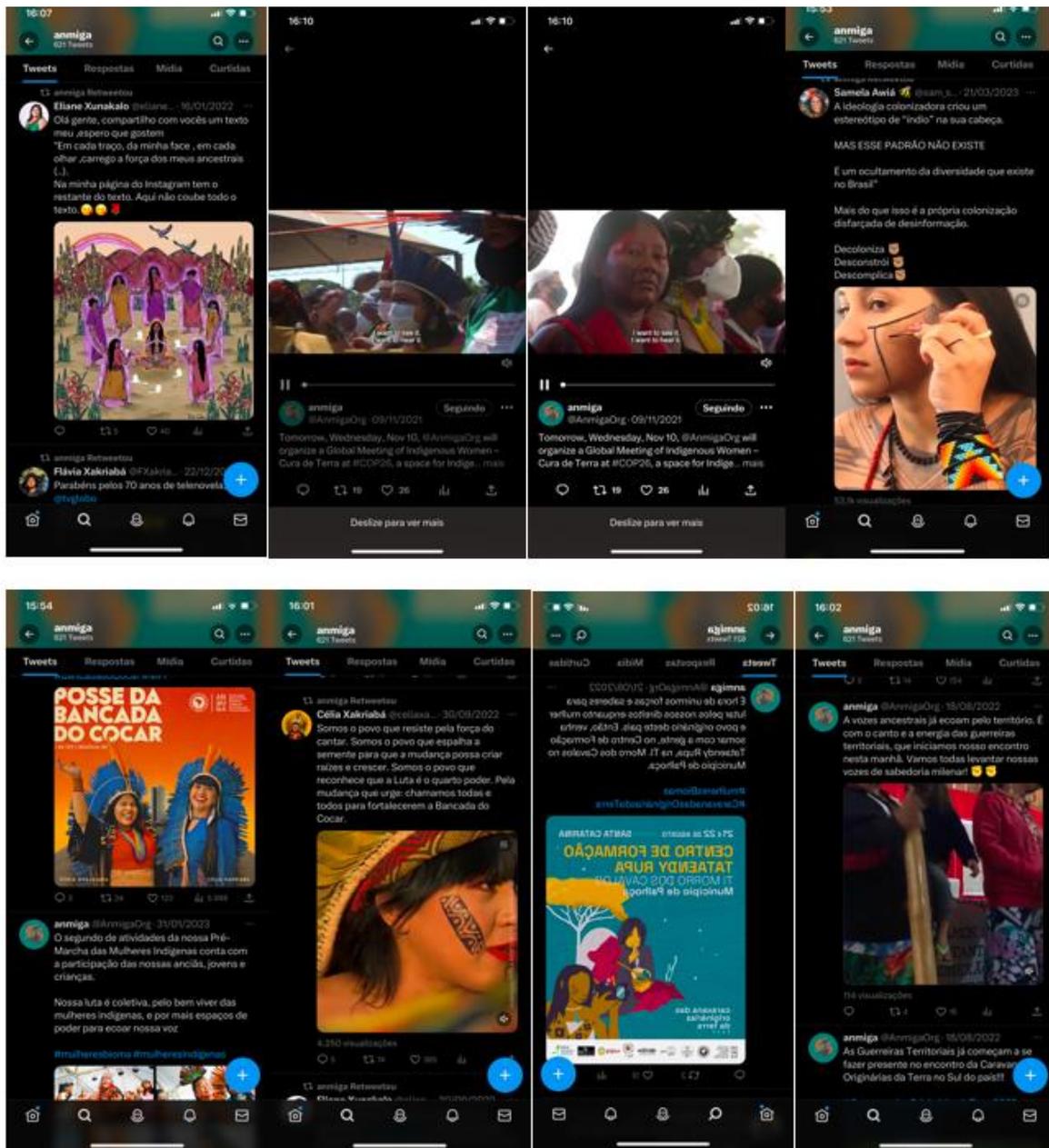
Figura 25– Mulheres indígenas usam domínio do corpo como linguagem



Fonte: Rede ANMIGA no *twitter*

Os elementos da cultura indígena estão presentes na comunicação no ciberespaço. As cores das imagens possuem apelo visual entre os indígenas e também entre o público não indígena, em dimensão local, nacional e internacional (figura 26).

Figura 26 – Mulheres indígenas ocupam as redes virtuais



Fonte: Rede ANMIGA no twitter

A atuação das mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil teve avanços a partir de 2019. Nesse período, alguns fatos históricos ocorreram, como a troca de governo federal e a adoção de uma política de perseguição aos povos indígenas, com a negação de seus direitos e violência nos territórios. Também, em 2020, a Pandemia da *Covid-19* deixou povos originários em situação de maior vulnerabilidade.

Nesse contexto, afloraram as resistências. Devido aos isolamentos na pandemia, os povos indígenas passaram a utilizar mais ainda as tecnologias e a internet para comunicação. Considerando esses fatores, percebe-se que a utilização do ciberespaço pelos indígenas deu

um salto. Em apenas quatro anos, os povos indígenas ocuparam os territórios virtuais e nota-se que com muito senso de pertencimento.

Nesses quatro anos, as mulheres indígenas passaram a ocupar os espaços de poder e decisão em todo o país figuras 27, 28, 29 e 30. Seja na liderança das aldeias como cacicas, nas organizações indígenas, na gestão pública, nos centros de ensino e pesquisa ou na atividade parlamentar. Além de buscarem as organizações de mulheres indígenas, elas perceberam a importância das ferramentas de comunicação e se apropriaram da tecnologia e da internet, sem precedentes.

Figura 27 – Mulheres indígenas ganham notoriedade nos espaços de poder



Fonte: Rede ANMIGA no twitter

Essa Articulação de mulheres terra, sementes, raízes e água está conectada e ramificada com nossas bases, fortalecendo todas as mulheres de dentro e fora do território. A mãe do Brasil é Indígena, e entendemos a suma importância de uma articulação de mulheres na política em busca de mais espaços dentro do Congresso Nacional” (Manifesto ANMIGA, não paginado).

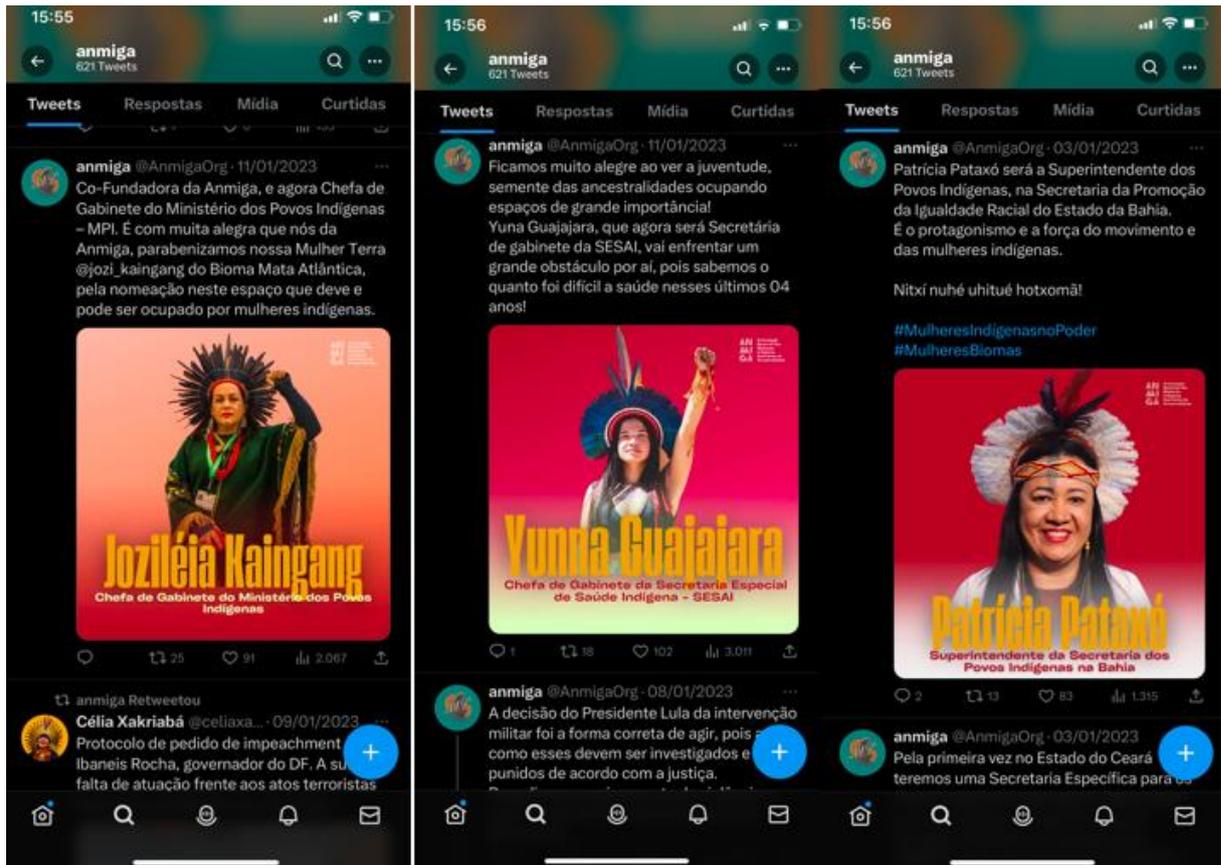
Figura 28 – Mulheres indígenas em vários campos de atuação



Fonte: Rede ANMIGA no twitter

[...]Mesmo antes da rede ANMIGA existir o movimento de mulheres ancestrais sempre fortaleceu a luta dos povos indígenas! Somos corpos territórios, somos de todos os biomas desse Brasil, somos a ANMIGA, e buscamos sempre o espaço que é um direito nosso. Nós somos nós porque nossas ancestrais já foram (Manifesto ANMIGA, não paginado).

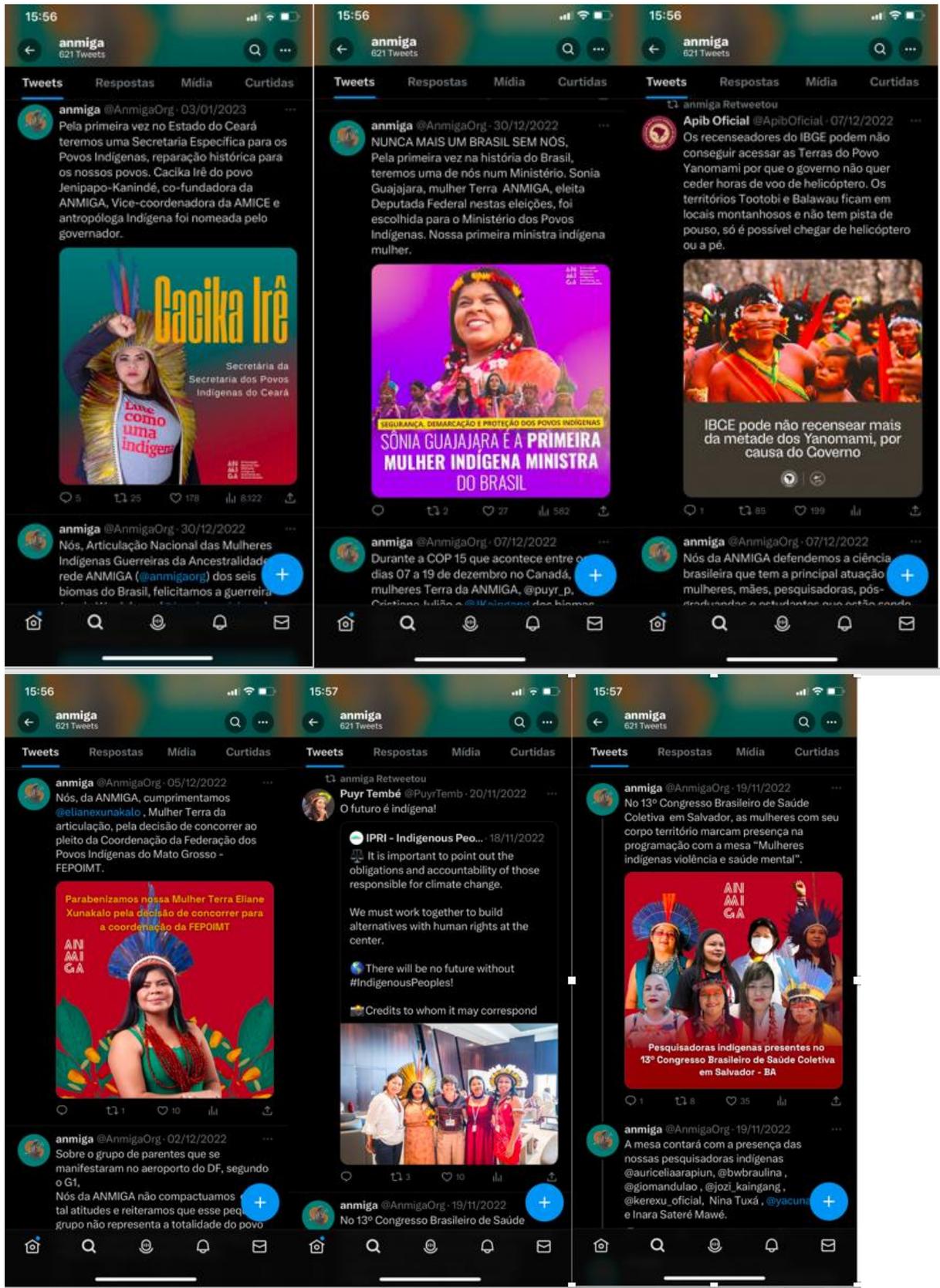
Figura 29 – Mulheres indígenas ocupam espaços de poder



Fonte: Rede ANMIGA no twitter

[...]Que sejamos fortes diante das dificuldades, pois somos mulheres, árvore, semente, água, raiz[...] Somos mulheres TERRA! Continuaremos em luta por todas e todos, a ANMIGA hoje se completa um ano, de muitos que virão! Vamos seguindo com essa força ancestral buscando cada vez mais espaços de poder!#8MIndígena #AsPrimeirasBrasileiras #VozesDaAncestralidade (Manifesto ANMIGA, não paginado).\

Figura 30 – Mulheres indígenas em luta pelos direitos dos povos originários



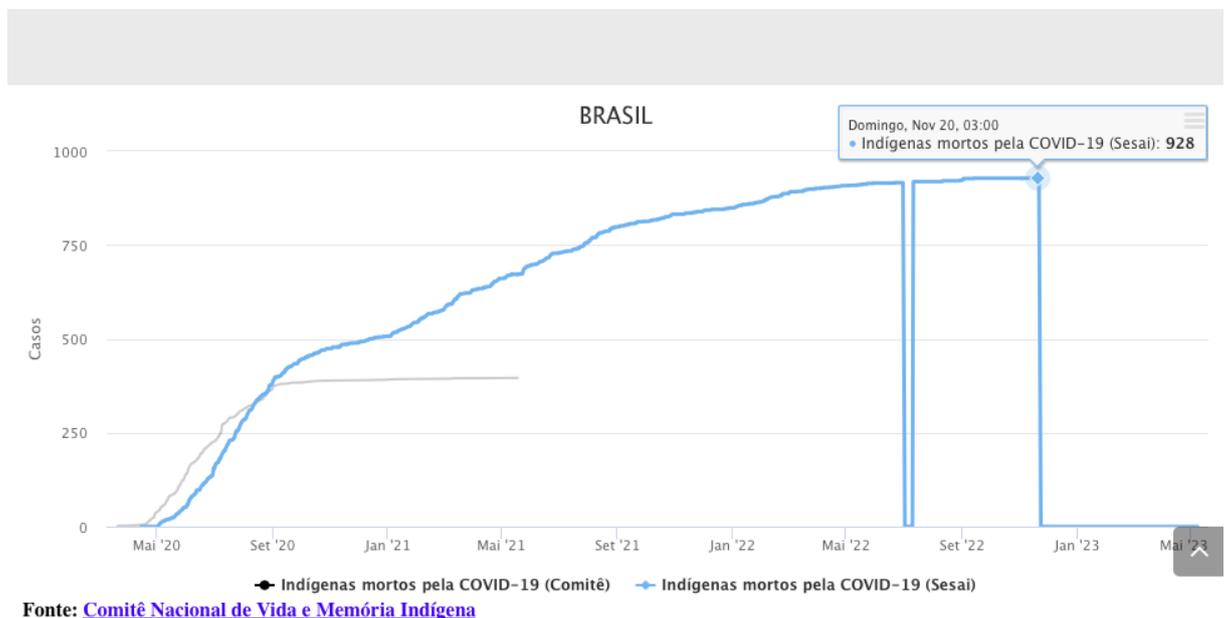
Fonte: Rede ANMIGA no twitter

4.3 Mulheres indígenas e a pandemia *covid-19*.

Para os povos indígenas, a pandemia *Covid-19* trouxe muito mais que a morte física. Representou também o extermínio do conhecimento ancestral e patrimônio imaterial dos povos originários do Brasil. Foram 928 mortos⁴², até janeiro de 2023, de acordo com os dados oficiais da Secretaria especial de Saúde Indígena (SESAI).

O epistemicídio como resultado da morte desses sábios, conhecedores, daqueles que detém os conhecimentos particulares de seus povos, que conhecem as suas cosmologias, os mitos, as histórias ancestrais, as línguas maternas, os conhecimentos tradicionais. Isso representa uma perda irrecuperável no processo de transmissão oral que fundamentam as identidades étnicas, o reconhecimento de si próprio por esses povos, o reconhecimento enquanto um povo diferente, enquanto um povo específico, de todos os demais, de todos os povos indígenas e da sociedade branca (emergência-indígena, 2020, não paginado)⁴³.

Mapa 5- Indígenas mortos pela *Covid-19*.



Fonte: APIB

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) criou uma página no ciberespaço ([emergenciaidigena.apiboficial](http://emergenciaidigena.apiboficial.org)), com objetivo de monitorar os dados. Isso porque, segundo a Apib, o número de vítimas seria maior, devido à ausência de registro dos indígenas que habitavam áreas urbanas. De acordo com a APIB, o primeiro caso confirmado de contaminação

⁴² Disponível em: https://emergenciaidigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 10 maio, 2023.

⁴³ Palestra na Mesa a Redonda “Genocídios na Amazônia e epistemologias para pensar o amanhã”, parte da programação do 3o Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas – SIALAT 2020.

por *Covid-19* entre indígenas brasileiros foi de uma jovem de 20 anos do povo Kokama, no dia 25 de março, no município de Santo Antônio do Içá, no estado do Amazonas. O contágio teria ocorrido pelo contato com um médico de São Paulo a serviço da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que estava infectado com o vírus. Os Kokama foram um dos povos mais afetados em casos de mortes⁴⁴.

A partir de 2020, o uso da tecnologia e da internet foi essencial para o acompanhamento dos doentes e mortos pela doença entre os povos indígenas. Além dos impactos da *Covid-19* serem bem maiores entre os povos originários, principalmente os mais isolados, a política do governo Bolsonaro, por ocasião da pandemia, causou mais violência, invasões de territórios e degradação ambiental, em particular na Amazônia.

As invasões aos territórios estão mais intensas, o desmatamento aumentou, missionários fundamentalistas continuam sendo incentivados a cometer crimes e a mineração ilegal avança dentro das terras indígenas. Diante de um governo omissivo em relação à proteção dos povos, não nos calaremos diante das ameaças que a *Covid-19* representa para nossa sobrevivência (Comitê Nacional pela Vida e Memória dos Povos Indígenas).

Nesse contexto de resistência, as mulheres indígenas tiveram um papel importante. Elas se uniram para atendimento e cuidados nas aldeias e também em campanhas para arrecadar materiais de higiene e alimentos. Ganhou destaque o trabalho da técnica de enfermagem indígena Vanderlecia Ortega dos Santos, conhecida como Vanda, da etnia Witoto, fotografia 12. Ela prestou assistência à sua comunidade, cerca de 700 famílias, no Parque dos Trios, em Manaus, na época a cidade epicentro da doença. No Parque das Tribos, viviam os descendentes de 35 comunidades indígenas⁴⁵.

⁴⁴ Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 10 maio, , 2023.

⁴⁵ Acesso em 10 de maio de 2023. <https://www.publico.pt/2020/05/10/p3/noticia/amazonia-enfermeira-indigena-pede-ajuda-combater-covid19-1915671> e https://oglobo.globo.com/celina/coronavirus-tecnica-em-enfermagem-indigena-ajuda-700-familias-em-manaus-sobreviverem-covid-19-24417783?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo.

Fotografia 11- Indígenas na linha de frente da *Covid-19*



Vanderlecia Ortega dos Santos, de 32 anos, é da etnia Witoto. Técnica de enfermagem, ela dá a primeira assistência de saúde para a sua comunidade, no Parque dos Trios, em Manaus, que tem 700 famílias. Na foto, ela atende a Apolônia Antônia Martins Bare, da etnia Baré Foto: REUTERS/Bruno Kelly

Fonte: REUTERS/BRUNI KELLY

Neste momento de pandemia, os parentes que estão morrendo vítimas dessa doença continuam com essa identidade negada, uma vez que o Estado e a Sesai não reconhecem a morte deles enquanto indígenas", diz Vanda, membro da etnia witoto, do extremo norte do Rio Amazonas, na fronteira com a Colômbia. Vanda dá analgésicos e outros medicamentos básicos aos seus pacientes, além de orientações para evitar o contágio. Ela faz visitas domiciliares nas horas vagas usando um avental, luvas e máscara, às vezes com um cocar tradicional dos witotos com penas de arara" (trecho de reportagem no globo.com, não paginado).

Além do atendimento direto nas suas comunidades, no início da *Covid-19*, em 2020, as mulheres indígenas foram para a linha de frente da gestão e utilizaram os ambientes acadêmicos para denunciar a situação que os povos foram submetidos. Foi o caso de Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe, do povo Mëbêngôkré/Kayapó, filha do cacique Megaron e neta do cacique Raoni, na época também secretária executiva do Conselho Distrital de Saúde Indígena Kayapó/MT (CONDISI/KMT). O cacique Raoni foi contaminado, mas, sobreviveu. A indígena participou do na Mesa a Redonda "Genocídios na Amazônia e epistemologias para pensar o amanhã", parte da programação do 3º *Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas – SIALAT 2020*. O evento foi online por conta das restrições na pandemia.

Então em março, soubemos do vírus no Mato Grosso (BR). Nosso povo ficou muito assustado. Meu pai (cacique Megaron) inclusive ficou bem preocupado, porque nossos mais velhos já têm a experiência antiga de uma gripe devastar uma população toda. E não foi diferente com os Kayapó aqui do Mato Grosso. Meu pai, Megaron, fala isso, conta a experiência que eles tiveram lá no passado. Então, ele já tendo isso em memória, o quão devastador uma gripe pode ser para nossa população, eles ficaram muito preocupados, se sentindo acuados (relato Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe por ocasião do SIALAT – arquivo em relatório de pesquisa, informação verbal).

Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe relatou que, no início, o medo foi grande pela falta de informações. Muito indígenas, no caso do Kayapó, buscaram o isolamento voluntário, uma prática antiga entre os povos originários para proteção contra as ameaças.

Então, pela falta de informação do que esse vírus era, como ele se manifestava no ser humano, do medo de tudo isso, fez com que meu pai, meus tios fizessem o isolamento voluntário, porque é uma prática antiga do meu povo onde eles vão para o mato né, eles saem da aldeia e vão para o mato ficando um tempo indeterminado lá, até que a ameaça passe. Então, no início foi dessa maneira que ocorreu, diante de um vírus que é novo. A gente não sabia o que era. A minha família toda, a gente se preocupa muito com a questão do nosso povo, então eu como trabalho na saúde indígena, nosso dever era procurar informações sobre isso. Ajudar nosso povo que estava na aldeia, assustados e vulneráveis. Muito severamente nós cobramos e pedimos que olhassem com carinho para a nossa população nas aldeias (relato Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe por ocasião do SIALAT – arquivo em relatório de pesquisa, informação verbal).

Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe contou em seus relatos que os povos indígenas eram vítimas de etnocídio, que ocorria naquele momento. Com a morte física dos mais velhos pela *Covid-19*, acontecia também a morte da oralidade e dos conhecimentos tradicionais.

O povo realmente é muito vulnerável, e não vulnerável só de saúde física, mas o medo do não conhecido, porque sofremos invasões territoriais. O difícil acesso a saúde pública também em questão da logística, porque as aldeias são muito longe das cidades daqui na nossa região. Então, a preocupação em relação a isso foi muito grande, e a maior preocupação era justamente com os mais velhos, os conhecimentos que eles têm tradicionalmente, as músicas, as histórias. Tivemos mortes aí de pessoas mais velhas, pessoas muito importantes, como Payakan (cacique), meu tio Aritana, meu tio Nikaiti Mekranotire que é da nossa população. Então foi muito doloroso ver esse vírus abater essas pessoas tão incríveis e tão essenciais em nossas vidas. Então diante disso é que nós jovens vemos a importância de preservar os nossos velhos, as nossas crianças, as nossas mulheres que vem batalhando muito para poder manter a casa, porque são elas, nós, as mulheres, somos as que colocamos a comida, que cuidamos dos nossos filhos (relato Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe por ocasião do SIALAT – arquivo em relatório de pesquisa, informação verbal).

Nos relatos da liderança indígena Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe, percebe-se melhor como a pandemia atingiu os povos indígenas de forma diferenciada. Para os povos originários os conhecimentos que morrem com os mais velhos são vitais para a sobrevivência desses povos e impactam também na preservação ambiental. Porém, a pandemia fez aflorar

mais resistência e as mulheres fizeram parte desse momento histórico. Nota-se que o movimento de mulheres indígenas se fortaleceu na pandemia na defesa dos povos e dos territórios, em um momento de grande retrocesso com a chegada da extrema direita no governo brasileiro.

É muito complicado ser indígena, e nos dias atuais fica mais difícil ainda porque temos o governo, a bancada ruralista, eles vêm batendo muito forte, e eles estão se fortalecendo porque eles sobem no poder, mas enquanto indígena, enquanto mulher, enquanto jovem, meu dever é de estar com meu povo. E é isso que tenho feito desde o início da minha trajetória, desde os primeiros passos que eu tive como ativista (relato Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe por ocasião do SIALAT – arquivo em relatório de pesquisa, informação verbal).

A Anmiga concentrou várias ações, a partir das mulheres indígenas, na tentativa de mitigar os impactos da pandemia, frente a ausência do governo.

Somos muitas, somos múltiplas, somos mulheres, caticas, parteiras, benzedoras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo (Manifesto das primeiras brasileiras. As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena. Acesso ANMIGA.org, informação verbal).

As organizações de mulheres assumiram o protagonismo em iniciativas de campanhas de arrecadação de fundos para o enfrentamento a *Covid-19* junto aos povos indígenas. Na tabela, listamos as principais iniciativas lideradas por mulheres indígenas no Brasil.

Quadro 6- Campanhas realizadas por mulheres indígenas na *Covid-19*.

A ATIX-Mulher lança esse chamado para levantar fundos com a finalidade de adquirir materiais básicos de higiene, ferramentas e produtos alimentícios para complementar a alimentação das famílias que estão isoladas em suas aldeias. Há a necessidade apoio, especialmente para as mulheres indígenas, que tem a sua contribuição fundamental como guardiãs do bem-estar das famílias indígenas.
A Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes solicita apoio para aquisição de materiais para dar continuidade a confecção de máscaras de proteção, destinadas aos mais de 20 mil indígenas que vivem nessa região no Amazonas.
A Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia-AGIR está fazendo campanha para a compra de cestas básicas em benefício das famílias das mulheres indígenas do estado de Rondônia.
Maria Valdelice Amaral de Jesus Cacique do Povo Tupinambá de Olivença (BA) lança apelo por doações urgentes para a compra de alimentos e itens de higiene: “ Aqui a fome já chegou ”.
Mulheres Indígenas da FOIRN (AM) lançaram a campanha “ Rio Negro, Nós Cuidamos ” direcionada à segurança alimentar, promoção de saúde e direito à informação para enfrentar a <i>Covid-19</i> .

Fonte: amiga.com.

Anmiga buscou mobilizar e criar os espaços de conexão para fortalecer a articulação de Mulheres Indígenas na pandemia. Para isso, buscou-se retomar os valores e memórias matriarcais, agregando os conhecimentos de gênero e geracionais para a proteção dos seus territórios e o enfrentamento da *Covid-19*. Assim, as mulheres indígenas formaram redes de apoio e

de presença nas barreiras sanitárias na pandemia. Elas construíram planos territorial – regionais e nacional, para o enfrentamento da *Covid-19*.

Em virtude das violações de direitos, que foram aprofundadas na pandemia, as mulheres mobilizaram-se para a defesa dos territórios e dos povos com ações nos espaços de participação política e decisão, como protagonistas e multiplicadoras.

Somos muitas, somos múltiplas, somos mulheres, cacicas, parteiras, benzedoras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo. Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres, guerreiras da ancestralidade (Manifesto das primeiras brasileiras. As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena. Acesso ANMIGA.org, informação verbal).

Além de buscarem a articulação em rede as organizações de mulheres indígenas se apropriaram da tecnologia e da internet, em dimensão sem precedentes. A pandemia veio apressar a virtualidade nos territórios atingidos.

Figura 31- Mulheres indígenas no enfrentamento da *Covid-*



Fonte: Rede Twitter anmiga.

Com a chegada da *Covid-19*, as mobilizações passaram a ser pela internet figura 30. O exemplo foi a Assembleia online com tema “O sagrado da existência e a cura da terra” (acesso em na mga.org).

Nós decidimos demarcar as telas e realizar a maior mobilização de mulheres indígenas nas redes virtuais. Assim, nos dias 7 e 8 de agosto, acontecia a nossa grande assembleia online com o tema “O sagrado da existência e a cura da terra”. Como calar diante de um ataque? Diante de um Genocídio que faz a Terra gritar mesmo quando estamos em silêncio? Porque a Terra tem muitos filhos e uma mãe chora quando vê, quando sente que a vida que gerou, hoje é ameaçada. Mas ainda existe a chance de mudar isso, porque nós somos a cura da Terra! (Manifesto das Mulheres indígenas, 2020, não paginado)⁴⁶

As lideranças das mulheres indígenas se apropriaram da tecnologia e da internet para expor a situação dos povos indígenas na pandemia. Do local de território para o global a partir de quem tem lugar de fala, com o protagonismo dos indígenas. Elas se manifestaram nos momentos de maior preocupação, quando havia ausência do governo no atendimento de saúde e aumento do contágio e mortos. Diretamente de seus territórios as mulheres originárias denunciaram o colapso do sistema de saúde para atendimentos de toda a população incluindo os povos indígenas. A internet e as tecnologias propiciaram as manifestações em tempo real e com as interações em todo o planeta. Na figura 32, Juma Xipaia, uma das lideranças mais atuantes na defesa da Amazônia no Estado do Pará, falou da situação alarmante de mortes por *covid-19* na região e anunciou a campanha @respiraxingu em mobilização pelas redes do ciberespaço.

⁴⁶ Disponível em: <https://anmi.org/manifesto/>. Acesso em: 10 maio, 2023.

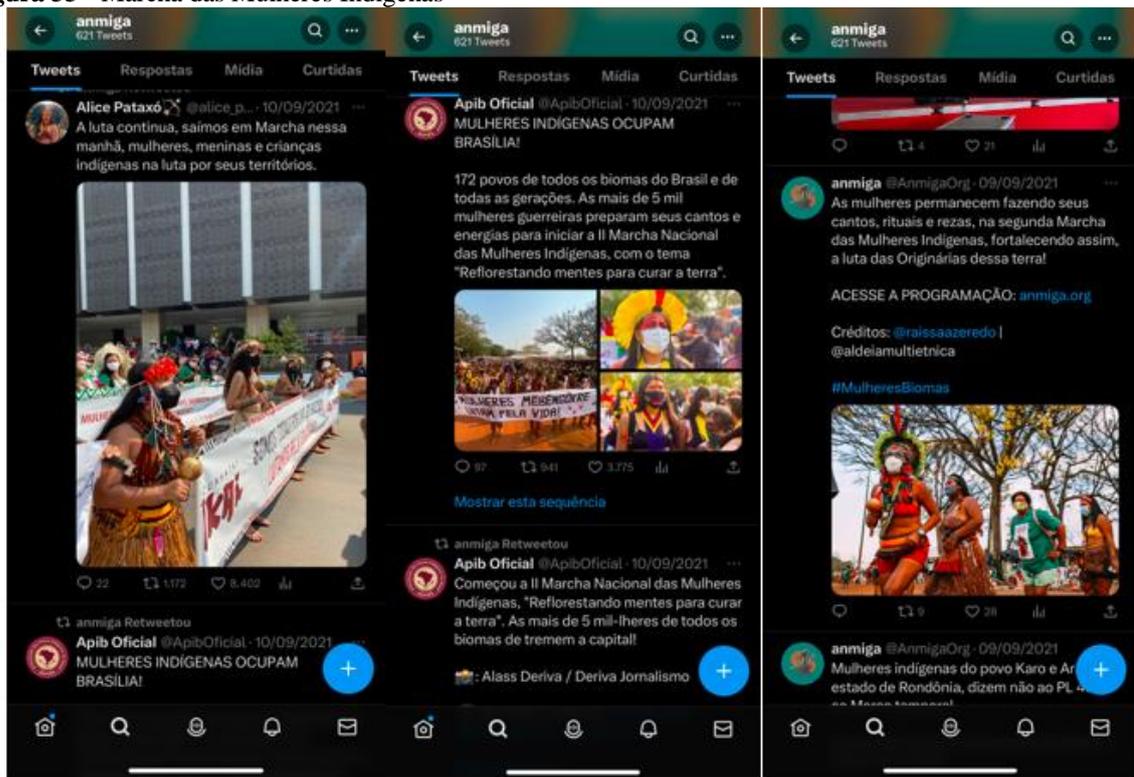
Figura 32- Juma Xipaia mostra a situação dos povos indígenas na *Covid-19*



Fonte: Facebook Juma Xipaia

As mulheres se mobilizaram a partir das redes virtuais para os encontros e manifestações presenciais. Na II Marcha de Mulheres Indígenas, em Brasília, elas tomaram as ruas utilizando as máscaras de proteção e seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde e dos cientistas figura 32. Não se percebe no material analisado a negação da doença. Pelo contrário. Os povos indígenas reconheceram a gravidade e utilizaram as recomendações da ciência e os conhecimentos ancestrais, como o isolamento voluntário, como sempre fizeram diante das ameaças. As mulheres deixaram as aldeias e foram para as ruas.

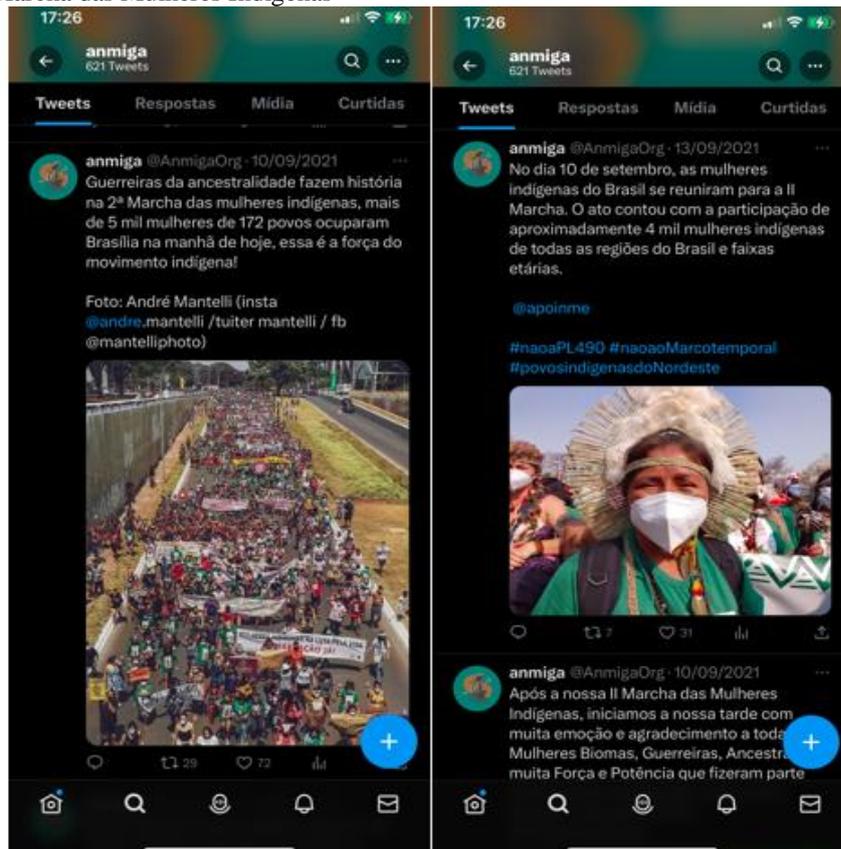
Figura 33 - Marcha das Mulheres Indígenas



Fonte: Rede Twitter anmiga

O movimento divulgou a presença de mais de cinco mil mulheres na marcha em Brasília. A presença nas ruas foi conectada à presença no ciberespaço em uma articulação de complementariedade. Percebe-se que o uso da internet e dos canais virtuais ocorre mais nos momentos de maior mobilização presencial. Além disso, nota-se que as mulheres indígenas reforçam, a cada postagem, a cultura indígena e as causas que as levaram a protestar. Elas assumem posições coletivas de todos os povos, incluindo homens e mulheres.

Figura 34 – 2ª Marcha das Mulheres Indígenas



Fonte: Rede Twitter anmiga

Um aspecto importante identificado na análise deste trabalho é a presença de mulheres jovens indígenas. Elas assumem lideranças nas aldeias como cacicas ou se apropriam das ferramentas de comunicação e tornam-se comunicadoras indígenas, figura 35. As jovens mantêm perfis em redes sociais e nas plataformas. O diferencial é que essas jovens falam da cultura indígena, dos problemas que assolam os seus povos e influenciam no ciberespaço pessoas nos territórios locais e no nível global, com grandes impactos. É o caso das comunicadoras indígenas Samela Sataré Mawé do povo Sataré Mawé e Anaramdá da Etnia Guarai Kaiowá. Santaré Mawá esteve na COP 26 e na COP27 e fez cobertura das Marchas de Mulheres Indígenas, a partir de 2020. Foi na pandemia que Samela Sataré Mawé ganhou visibilidade com defesa da vacina e de outras causas indígenas, como proteção da cultura e a demarcação dos territórios indígenas.

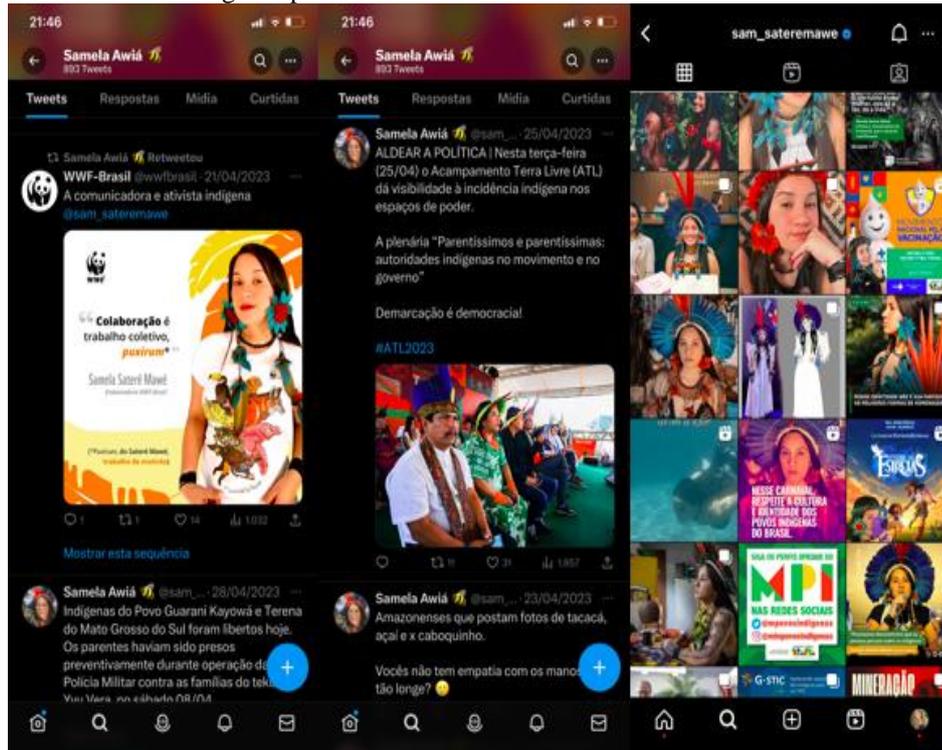
Figura 35 – Rede de comunicadoras indígenas



Fonte: Rede Twitter

Visibilidade à causa indígena: Samela Sataré Mawé no Twitter e no Instagram, em que posta com mais imagens e vídeos, dá visibilidade à causa indígena, figura 36. Ela cresceu na periferia de Manaus, no Amazonas, mas mantém as tradições do seu povo e segue a mesma linha do movimento de mulheres indígenas. Tornou-se uma liderança como comunicadora indígena impulsionada pela onda digital da pandemia. Samela Sataré Mawé tem perfil no Instagram com mais de 100 mil seguidores. Ela tornou-se referência como comunicadora indígena.

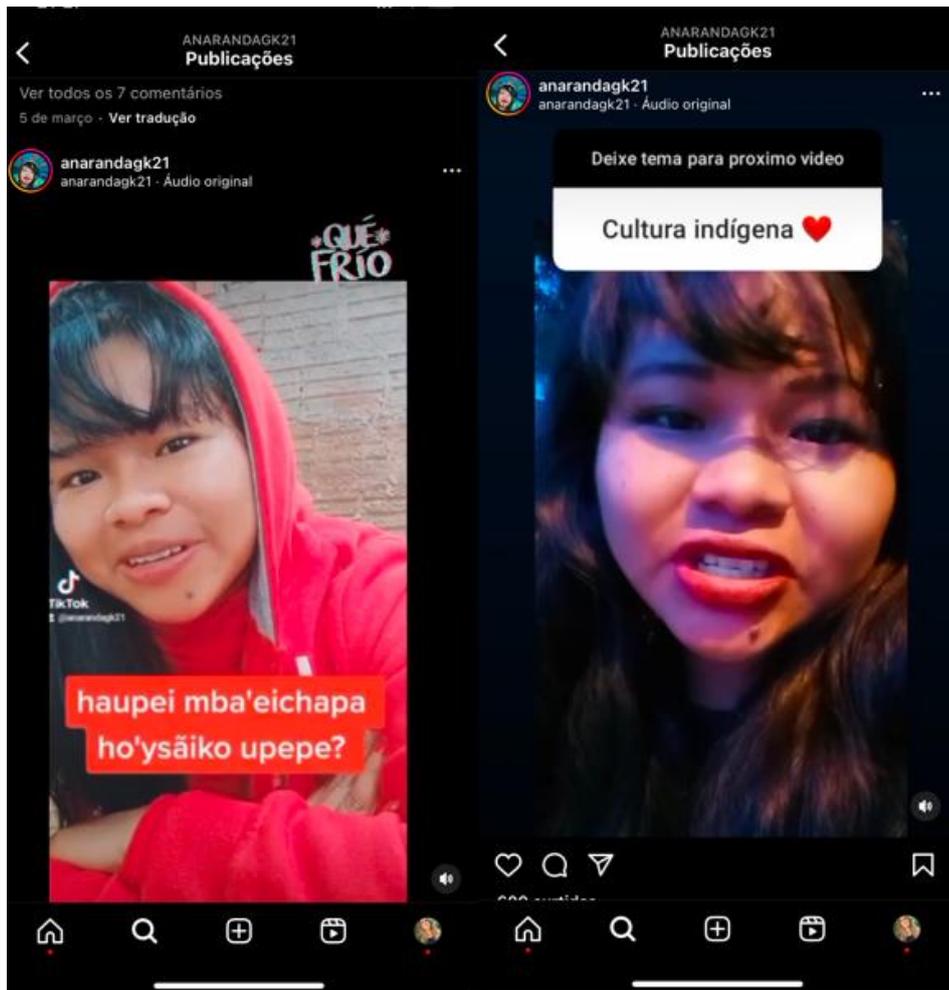
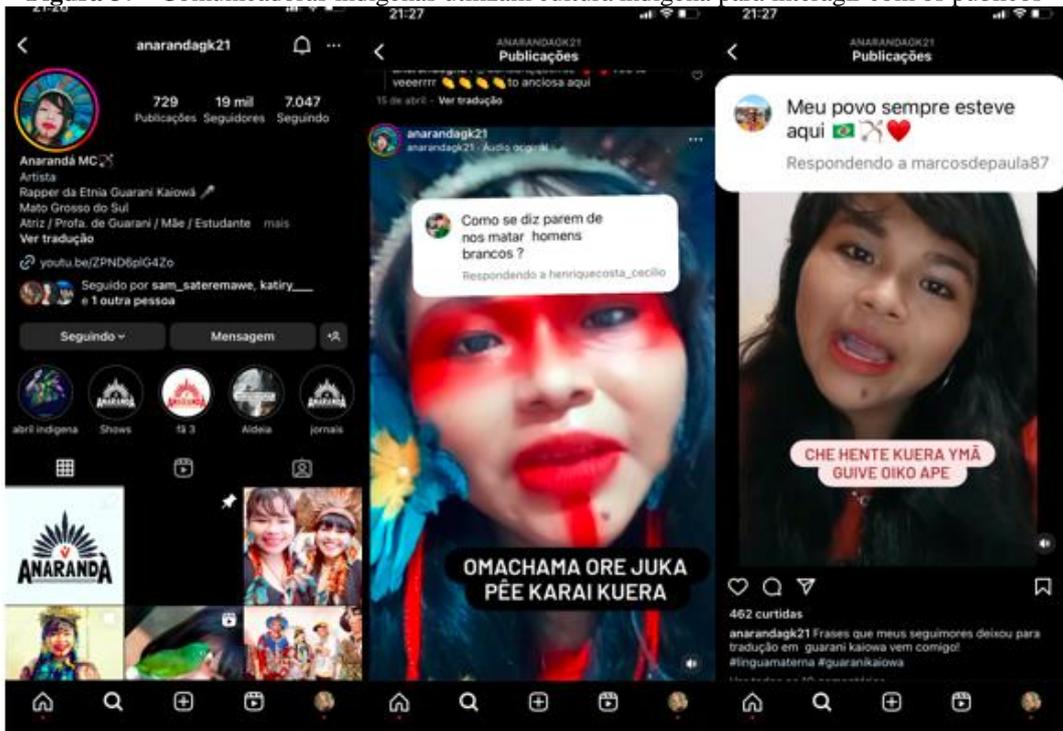
Figura 36 - Comunicadoras indígenas pelos direitos do Povos

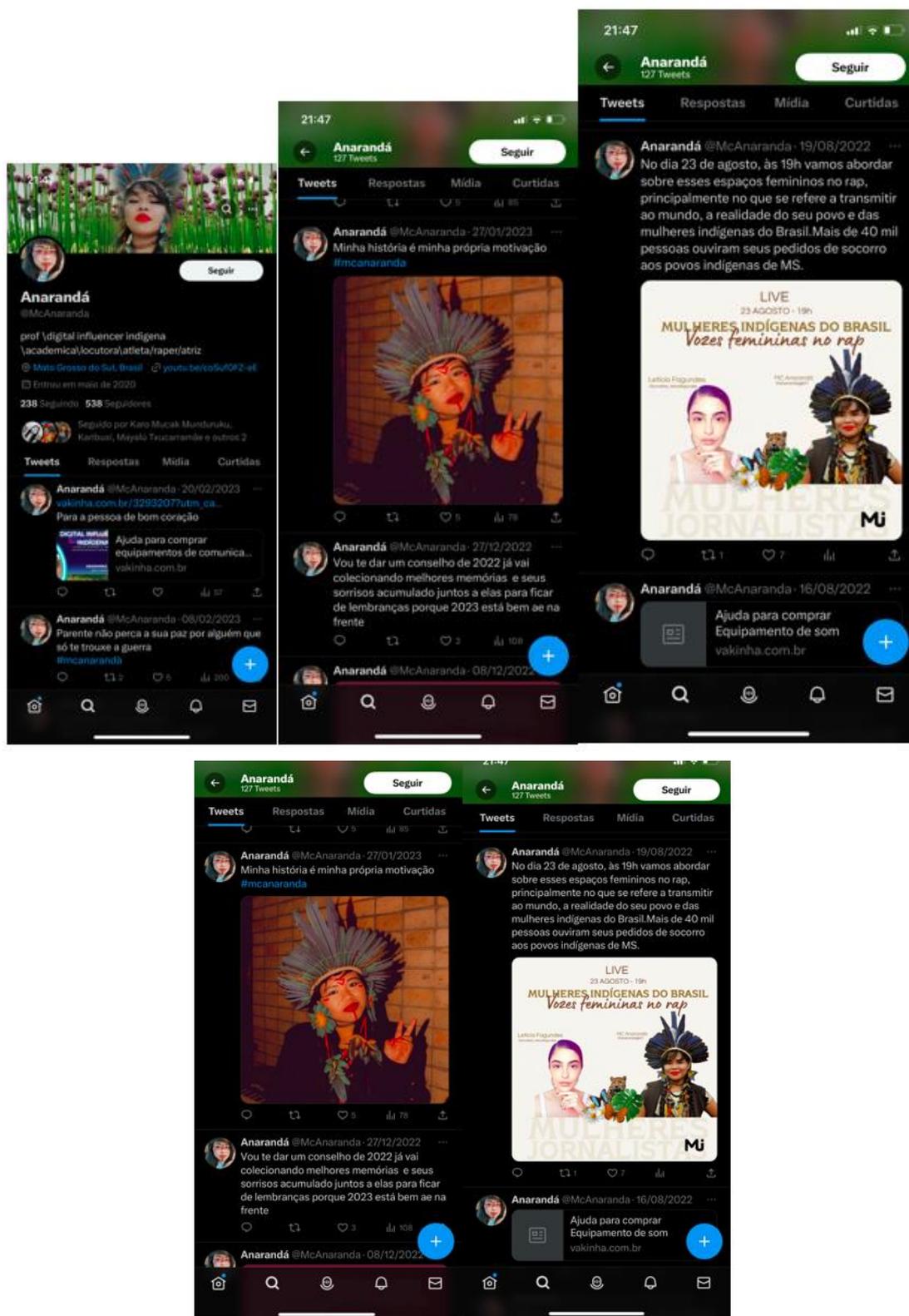


Fonte: Rede Twitter

Anarandá da Etnia Guarani Kaiowá também é uma referência entre as jovens indígenas mulheres. Ela mantém perfis nas redes sociais com destaque no Instagram, figura 37. A indígena comunica-se a partir da arte indígena. Nos pôsteres, ela faz traduções do português para a língua Guarani Kaiowá. É a forma de se sobressair com um tema específico, mas, que envolve a tradição indígena.

Figura 37 - Comunicadoras indígenas utilizam cultura indígena para interagir com os públicos





Fonte: Rede Twitter

Em uma entrevista ao site Mongabay⁴⁷, em 2022, Samela Sataré Mawé se apresenta

⁴⁷ Site Mongabay, Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2022/12/samela-satere-mawe-jovem-ativista->

como liderança indígena na luta pelos direitos dos povos. Se considera parte do movimento e demonstra entender a luta histórica das mulheres indígenas no Brasil e na Amazônia. Samela Sataré Mawé revelou seguir exemplos dos antepassados e das mulheres indígenas que chegaram aos espaços de poder.

A gente ainda sofre muitas violências e violações dentro desse espaço, a maioria dos povos é patriarcal, e as mulheres indígenas têm a força, têm o cuidado, têm a ancestralidade do que é ser mulher, né? E trazer isso para o movimento indígena, ter protagonistas bem fortes, como Sônia Guajajara e a Célia [Xakriabá], que foram eleitas deputadas federais e agora representam os nossos povos num âmbito um pouco maior, que é o âmbito da política. Para mim é muito importante ter essas mulheres ocupando esses espaços, é uma questão de representatividade, mesmo (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

A jovem comunicadora Samela Sataré Mawé, 26 anos, reproduz a história das ancestrais e demonstra orgulho da história de seu povo.

As mulheres indígenas têm alcançado um protagonismo cada vez maior dentro do movimento indígena. Antes a gente via só homens saindo das aldeias, saindo dos territórios, falando sobre as pautas dos povos indígenas, como saúde, educação, demarcação de Terras Indígenas e tudo o mais. Mas quando a gente vê o levante das mulheres indígenas, a gente se sente mais representada no que tange à luta do movimento indígena (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

Sobre a comunicação em territórios virtuais, Samela Sataré Mawé utiliza a expressão “demarcação de telas” referindo-se aos territórios virtuais no ciberespaço.

Na verdade, foi no ano de 2020, quando a gente, na pandemia, não conseguiu fazer o nosso Acampamento Terra Livre [evento de mobilização dos povos indígenas do Brasil em torno de seus direitos constitucionais], que é realizado há 17 anos, a gente teve que fazer ele de forma online. Então, Sônia Guajajara criou o termo: “vamos demarcar as telas e ocupar as redes”. Daí, a gente fez o maior Acampamento Terra Livre online que já teve. Foi um mês de programação, um mês onde as mulheres indígenas aprenderam o que era live, aprenderam o que era meet, o que era zoom, o que eram as redes sociais, a importância da internet para a luta do movimento indígena (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

Sataré Mawé disse considerar importante demarcar as telas e ocupar as redes, porque “além de ser uma ferramenta de luta e resistência de preservação dos biomas, é uma forma também de descomplicar, desconstruir, descolonizar a cultura, do que as pessoas pensam em relação aos povos indígenas.

Para mim, a presença indígena é essencial dentro das redes sociais. Eu sempre falo que os nossos antepassados lutaram com as ferramentas que tinham e, agora, a gente tem uma ferramenta que alcança muitos espaços, que é a internet, as mídias sociais, que é a tecnologia, e a gente precisa usar isso a nosso favor. Então, é isso que representa esse território virtual. Nós somos guerreiros digitais (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

Sataré Mawé reconhece as vulnerabilidades existentes nas aldeias. Trata-se de recursos tecnológicos novos, com o afloramento da internet entre os povos indígenas mais a partir de 2020. Ela percebe que os povos originários entenderam que a ocupação dos territórios do ciberespaço é importante para a luta dos Povos (figura 38).

Para o meu povo específico, ainda é muito difícil a produção audiovisual. Poucas aldeias têm o acesso à internet, quanto mais o acesso ao Instagram. O que mais eles têm acesso é ao Whatsapp e ao Facebook. Então, é muito nova a criação de conteúdo, o ingresso no território digital. Mas eles veem como uma forma importante de alcançar outros povos e ter uma representação do nosso povo nesse âmbito (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

Estar em outros países, ter que sair da sua aldeia, do seu território, da sua cidade, para falar sobre os efeitos das mudanças climáticas e sobre os efeitos que as consequências das ações de outras pessoas sobre o seu território causam é muito dolorido, porque a gente não queria ter que sair de casa para falar: “Nossa, olha aqui o que vocês estão fazendo”, as consequências das ações, “vocês precisam parar, precisam consultar, precisamos dialogar, precisamos entrar em debate”. É muito difícil, mas eu acredito que com o novo governo a gente possa ter um diálogo mais aberto, e que os nossos territórios sejam mais preservados (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

Quando a gente fala que o futuro é ancestral é que a gente busca que as pessoas se voltem para dentro de si, se voltem para o seu eu, e entendam que a gente também é floresta, também é planeta, que a gente faz parte da Terra. E que nós somos o futuro e que isso está totalmente ligado à nossa ancestralidade, porque quando a gente se entende enquanto parte de um bioma, enquanto parte de um ecossistema, enquanto parte de um todo, a gente não vai se degradar (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

É por isso que a gente fala que o futuro é ancestral. E é isso que eu desejo para as próximas gerações, para os outros que virão. Que eles nunca se esqueçam de quem eles são: que eles são Terra, que eles são bioma, que são Amazônia, e que a gente não pode se autodestruir (Samela Sataré Mawé em entrevista concedida ao site Mongabay. Carolina Conti, 2022, informação verbal).

Figura 38 - Comunicadora indígena usa as redes digitais para ensinar e desconstruir termos pejorativos



Fonte: rede Twitter anmiga

4.4 Territórios e vulnerabilidades digitais.

A partir de 2020, com as necessidades que surgiram decorrentes da pandemia, a inclusão digital ganhou mais importância para educação, relações interpessoais e acesso à saúde entre adultos e jovens. Os povos indígenas fazem parte das populações no Brasil que seguem excluídas do mundo digital. Isso porque a distribuição de acessos à internet é desigual no Brasil como um todo, isso inclui também os povos indígenas, conforme apontamentos do Ministério das Comunicações do governo federal, a partir do Programa de Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). O Gesac é responsável em formular e propor políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à inclusão digital no Brasil (Programa *Wi-Fi* Brasil, acesso em www.gov.br).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação 2021, aponta que, mesmo com aceleração digital trazida pela *Covid-19*, 7,28 milhões de famílias brasileiras ainda permaneciam sem conexão à rede em casa em 2021. Isso significa, segundo a pesquisa, que 28,2 milhões de brasileiros de 10 anos ou mais de idade não usavam a internet (3,6 milhões deles estudantes) em 2020, ou seja, 15,3% da população, nessa faixa etária, faziam parte dos excluídos digitais no Brasil (IBGE, 2021)⁴⁸.

⁴⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação 2021- acesso em www.ibge.br.

A Amazônia ainda continua sendo uma das regiões do Brasil com maior exclusão digital. Isso se estende aos povos indígenas. É o caso da aldeia Tekoa Pyau, da etnia Guarani Mbyá, localizada no município de Jacundá, no estado do Pará. É a única aldeia do povo Guarani Mbyá existente na Amazônia. Os Guarani Mbyá estão entre os primeiros povos indígenas do Brasil que foram identificados por ocasião da colonização. São muito ligados à religiosidade com culto à natureza. Os Guarani são bilíngues. Eles mantêm a língua materna, mas procuraram aprender o português para a comunicação com os não indígenas nas cidades próximas. Os mais velhos, que raramente saem da aldeia onde vivem, fazem questão em manter a comunicação na língua tupi-guarani Mbyá⁴⁹.

Aplicamos, nesta pesquisa, um formulário por meio do Google Forms entre indígenas Guarani Mbyá no Pará. Não existe acesso à internet na aldeia, que fica em área isolada do município com acesso por estradas de difícil acesso e ramais (pequenos caminhos abertos na floresta). Foram elaboradas 14 perguntas no formulário virtual. Como os indígenas não acessam internet na aldeia, foi necessário o contato com a indígena Arai Guarani, que fez a distribuição do formulário via WhatsApp para os demais. O retorno foi aos poucos por conta da dificuldade de internet. Somente os que estavam fora da aldeia puderam responder o formulário, porque não há sinal de internet na comunidade.

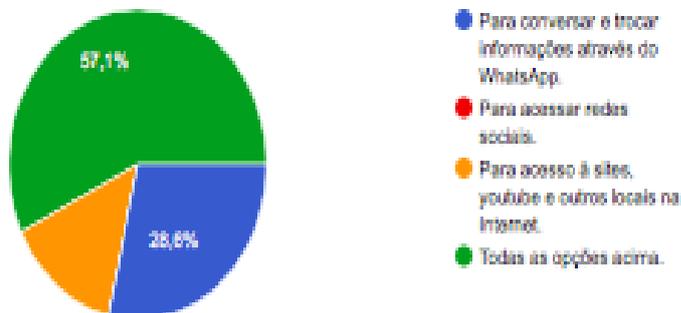
Sete indígenas Guarani Mbyá, entre 18 e 47 anos responderam às perguntas. Todos responderam que utilizam aparelho de celular ou tablete com acesso à internet para comunicação e busca de informações. 57,1% dos consultados responderam que têm acesso restrito à internet com quedas e oscilações, somente nas cidades próximas. Os mesmos 57,1% responderam que utilizam a internet para trocar informações pelo WhatsApp, acessar redes sociais, acessar sites, Youtube e outros locais na internet (gráfico 2).

⁴⁹ Acesso em https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya. Consulta em 10 de maio de 2023.

Gráfico 2- Consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará

Quando tem acesso, como utiliza a Internet?

7 respostas



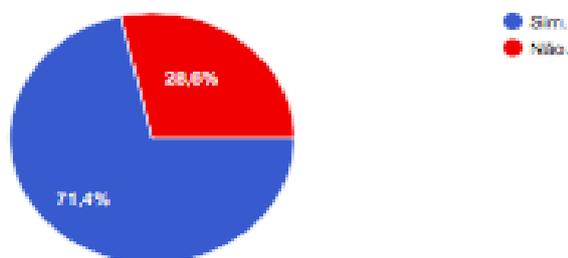
Fonte: formulário Google Forms – arquivo de pesquisa.

Sobre que conteúdos acessa na internet, responderam os seguintes: “informações sobre o mundo, vídeos no Youtube e aulas online”. Sobre as informações que recebem pela internet responderam que “saúde, notícias, aulas e informações sobre o mundo”. Se já utilizam a internet para manifestações contra desmatamento, incêndios e invasão de terras indígenas, a maioria respondeu que sim. Mas, 20,6% disseram que não (gráfico 3).

Gráfico 3- Consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará

Já utilizou a Internet para manifestações contra desmatamento, incêndios e invasão de terras indígenas?

7 respostas



Fonte: formulário Google Forms – arquivo de pesquisa.

Sobre que tipo de manifestação já fizeram na internet, responderam o seguinte: “fiz manifestação sobre racismo e fui ouvido por alguns”, “contra maus tratos a animais”, “não sei dizer, porque com as quedas da internet não sei informar que rumo tomou o manifesto”. Perguntamos se sentem falta da internet, 100% responderam que sim (gráfico 4).

Gráfico 4- Consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará



Fonte: formulário Google Forms – arquivo de pesquisa.

Os indígenas Guarani listaram porque a internet faz falta:

1. “Porque através da internet tenho informações sobre o mundo”.
2. “Às vezes tô falando em saúde, aí cai a internet”.
3. “Para trocar mensagens, ver redes sociais, ver notícias, pesquisa, estudo”.
4. “Para ficar por dentro do que acontece no mundo”.
5. “Porque tenho parentes longe e preciso falar com eles”.
6. “Comunicação com os parentes distantes”.

Que tipo de assunto trata ou gostaria de tratar na internet sobre a sua vida na aldeia?
Sobre preconceito, saúde, sobre os poucos recursos que recebemos, sobre desmatamento e descaso do poder público, sobre tudo, sobre meio ambiente.

Se considera importante a internet na aldeia, as respostas foram as seguintes:

Figura 39 – Respostas à consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará

Considera importante ter Internet nas aldeias,? Diga porque.

6 respostas

Sim porque podemos fazer manifestação e obter informações sobre o mundo

Sim,por que sem a internet dificulta muito a comunicação

Sim, Para nos comunicar com os agentes de saúde que ficam na cidade

Sim,pois é importante ter informações, estudar

Sim

Sim, pq podemos ficar mais informados

Fonte: formulário Google Forms – arquivo de pesquisa.

Se consideram importante a internet para os povos indígenas, eles justificam:

Figura 40 – Respostas à consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará

Considera que o acesso à Internet é importante para os Povos Indígenas? Diga porque.

6 respostas

Sim

Sim porque nós comunicamos com outros parentes e temos informações

Nela tamos conectado falando com os parentes e tratando assunto referente a melhoria

Sim,pois os povos precisam

Pq é um meio de ficar informado

Fonte: formulário Google Forms – arquivo de pesquisa.

Sobre o que é mais importante: a tecnologia e a internet ou as formas de comunicação ancestrais, entre os indígenas e a natureza, as respostas fora as seguintes:

Figura 41 – Respostas à consulta aos indígenas Guarani Mbyá no Pará

O que é mais importante na sua opinião: a tecnologia e a Internet ou as formas de comunicação ancestrais entre os indígenas e a natureza? Diga porque,
6 respostas

Ambos são importantes porque obtemos informações
No momento que vivemos seria a internet tecnologia
As formas de comunicação ancestrais
Ambas são importantes, as comunicações ancestrais entre nosso povo mantém viva a cultura, mas atualmente o poder de proteção está também nas informações obtidas na Internet.
Hoje pode se dizer que a internet é muito importante
Forma de comunicação ancestrais

Fonte: formulário Google Forms – arquivo de pesquisa.

A consulta, apesar de ter amostra pequena, revela um aspecto bem relevante no contexto de uso das tecnologias e da internet pelos povos indígenas. Aldeias da Amazônia, principalmente as mais isoladas, não têm sinal de internet. Esses indígenas estão excluídos e fora das redes. No período da pandemia *Covid-19*, a ausência de contato virtual, deixou os indígenas da aldeia Tekoa Pyau, da etnia Guarani Mbyá, mais isolados ainda.

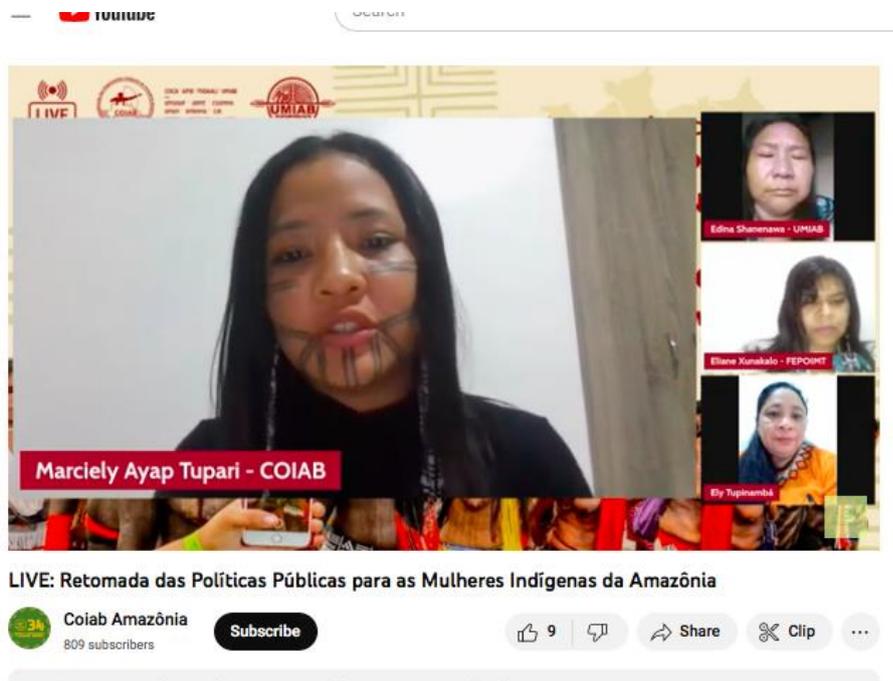
Com a necessidade de confinamento físico na pandemia, as pessoas migraram dos territórios reais para os virtuais. O povoamento súbito dos territórios da internet cresceu no mesmo ritmo da pandemia, assumindo dimensões multiescalares. A participação e o envolvimento das pessoas durante a crise sanitária ocorreram no em um espaço relacional, entendido como o espaço de uma rede de relações no ciberespaço.

Com as medidas de confinamento e distanciamento físicos, os territórios reais tornaram-se virtuais. Notou-se um emaranhado de redes de comunicação ativas, em escalas diversas, que se cruzavam e, por vezes, se confrontavam. Na maioria dos países, as quarentenas transformaram o mundo real em um mundo virtual e as pessoas passaram a acessar mais as informações pelos meios de informação de massa tradicionais e pelos meios digitais, através da internet. Os povos indígenas, em particular as mulheres originárias em rede, acompanharam esse movimento e passaram a atuar no ciberespaço através de participações diretas e com grande amplitude (figura 42).

No olhar de Morin (2016), “as interações entre os diferentes internautas acionam trocas de informações, de conhecimentos, de ideias, de pensamentos entre pessoas de culturas diferentes. [...] criam condições preliminares para o conhecimento e a compreensão no seio de uma sociedade-mundo” (Morin,2016, p. 193). A “autocomunicação de massa” forma redes de

peças (Latour, 2005), mas também deixa na invisibilidade quem está fora das redes (Mendes, 2010). A pandemia expôs a vulnerabilidade digital nos territórios virtuais⁵⁰.

Figura 42- Live mulheres indígenas



Fonte: Youtube

⁵⁰ No início da pandemia, entre os Jovens brasileiros, 4,8 milhões não possuíam acesso à internet (UNICEF, 2020).

5 POVOS INDÍGENAS, POLÍTICA DE LUGAR E O DEBATE DAS HUMANIDADES DIGITAIS GLOBAIS

5.1 Humanidades digitais globais

Juntar o humano e o digital pode soar contraditório. Mais ainda se as ciências continuarem calcadas, epistemologicamente, na hierarquização dos saberes e na homogeneidade do conhecimento (Castro, 2015). Embora em um ambiente de pluralidade de conhecimento caiba muito, as humanidades, mesmo com suas verdades (Foucault, 1999), aos poucos, rendem-se às mudanças na epistemologia do conhecimento (Castro, 2019).

A denominação para esse novo momento está longe ser consensual; desse modo, é importante considerar, na análise, alguns pontos da literatura e, em particular, o Manifesto das Humanidades Digitais, editado em Paris, há 13 anos. A declaração dos atores ou observadores das *Digital Humanities*, em maio de 2010, soa como uma tentativa de conceituar esse fenômeno, que se impõe e vem mudando a forma de produzir e divulgar ciência. Sob tal panorama, no contexto do Manifesto, é possível notar as dúvidas existentes em relação ao tema. “Durante estes dois dias, discutimos, trocamos ideias, refletimos juntos sobre as *digital humanities* e tentamos imaginar e inventar o que poderiam ser” (Manifesto das humanidades digitais, 2010, não paginado).

Imaginar e inventar introduz a reflexão, tanto que, além do Manifesto de Paris, este trabalho se valerá do olhar de Sousa (2015, não paginado) e de suas anotações para avançar na análise sobre as Humanidades Digitais no contexto amazônico. A autora declara tratar as “Humanidades Digitais como um ‘campo’ apenas por acomodação a um vocabulário corrente” (Sousa, 2015, não paginado). Isso porque, na visão dela, as Humanidades Digitais transformaram o novo tempo das humanidades.

Entendo que as tecnologias de difusão digital da informação transformaram profundamente o trabalho tradicional das humanidades. Entretanto, essa profunda transformação ainda não é plenamente percebida. Não se trata de uma mudança homogênea – ao contrário, varia no tempo, varia no espaço, e varia em diferentes especialidades (Sousa, 2015, não paginado).

Alguns pontos do Manifesto de Paris são importantes para a compreensão que procuramos neste trabalho: primeiro, a multiplicação de experimentações no domínio do digital em Ciências humanas e sociais. Depois, a intitulação de uma comunidade sem fronteiras, multilíngue e multidisciplinar, a partir da coexistência de métodos diferentes e concorrentes, para o enriquecimento da reflexão e das práticas. E também se considera a

declaração feita no MHD de que as HDs têm como objetivos o progresso do conhecimento e o enriquecimento do saber e do patrimônio coletivo.

Contudo, as Humanidades Digitais ainda são um tema em plena ebulição de definições. Isso ocorre de tal forma que vem suscitando questionamentos e indagações: seria um campo de estudo ou um conjunto de práticas, envolvendo a interconexão das tecnologias com as disciplinas das humanidades? O termo remonta ao ano de 2004, com o lançamento do livro *A Companion to Digital Humanities* (Schreibman; Siemens; Unsworth, 2004, não paginado), quando os editores da publicação denominaram como Humanidade Digital o conjunto de trabalhos voltados para o uso do computador nas humanidades (Sousa, 2015).

A pesquisadora chama a atenção para os conflitos nas definições: “esse termo tem sido usado para designar ora um conjunto de práticas, ora um novo campo de estudos ou até mesmo uma nova disciplina, ora, simplesmente, a nova face das antigas humanidades” (Sousa, 2015, p. 3).

O tema passou a ser estudado amplamente em centros de pesquisa, universidades, associações, publicações, eventos científicos e páginas da *web* associado ao rótulo *Digital Humanities* no mundo inteiro, impulsionado pelo crescimento das ferramentas tecnológicas e da internet e do uso dos recursos pelas humanidades.

Um levantamento realizado em 2015 identificou um número aproximado de centros de pesquisa e projetos relacionados à *Digital Humanities*: 114 centros no mundo (Terra, 2012); 62 centros na francofonia (Carte des digital humanities francophones, 2014); 32 centros nos Estados Unidos da América (EUA) (Zorich, 2008); 79 projetos no mundo (Gil, 2014); e 16 projetos e grupos na lusofonia (AHDig, 2014).

Um marco na legitimação do tema e nas reflexões acerca de definições das HDs é o (MHD). De acordo com o documento, o manifesto foi direcionado “às comunidades de pesquisa e aos que participam da criação, da edição, da valorização ou da conservação dos conhecimentos” (Manifesto das humanidades digitais, 2010). Nas definições, o manifesto afirma que a opção da sociedade pelo digital altera e questiona as condições de produção e divulgação dos conhecimentos.

Para nós, as *digital humanities* referem-se ao conjunto das Ciências humanas e sociais, às Artes e às Letras. As humanidades digitais não negam o passado, apoiam-se, pelo contrário, no conjunto dos paradigmas, *savoir-faire* e conhecimentos próprios dessas disciplinas, mobilizando simultaneamente os instrumentos e as perspectivas singulares do mundo digital. As *digital humanities* designam uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências humanas e sociais (Manifesto das humanidades digitais, 2010, não paginado).

O documento relata pontos importantes relacionados à situação, às constatações declaradas e também às orientações acerca das *digital humanities global* na época do encontro em 2010 (Quadro 7).

Quadro 7- Digital humanities global – Visão dos atores reunidos em Paris em 2010

Quadro 1 – Digital humanities global – Visão dos atores reunidos em Paris em 2010	
<p>II. Situação (2010)</p> <p>II</p>	<p>Constatamos que: se multiplicaram experimentações no domínio do digital em Ciências humanas e sociais nos últimos cinquenta anos; emergiram, mais recentemente, centros das digital humanities, que são todos, atualmente, protótipos ou lugares de aplicação específica de uma abordagem das digital humanities;</p> <p>- o digital induz uma presença mais forte dos aspectos técnicos e econômicos na pesquisa; que esta obrigação é uma oportunidade para fazer evoluir o trabalho coletivo;</p> <p>- existem diversos métodos provados, conhecidos e compartilhados desigualmente;</p> <p>- existem múltiplas comunidades específicas, oriundas de interesses por diversas práticas, instrumentos ou objetos transversais (codificação de fontes textuais; sistemas de informação geográfica; lexicometria; digitalização do patrimônio cultural, científico e técnico; cartografia da web; gari mpa g em de dados; 3D; arquivos orais; artes e literaturas digitais e hipermediáticas etc.), que convergem atualmente para formar o campo das digital humanities.</p>
<p>III. Declaração (2010)</p> <p>III</p>	<p>Nós, atores do digital humanities, constituímos-nos de uma comunidade de prática solidária, aberta, acolhedora e de livre acesso;</p> <p>- Somos uma comunidade sem fronteiras. Somos uma comunidade multilíngue e multidisciplinar;</p> <p>- Além da esfera acadêmica, nossos objetivos são o progresso do conhecimento, o reforço da qualidade da pesquisa em nossas disciplinas e o enriquecimento do saber e do patrimônio coletivo;</p> <p>- Convocamos a integração da cultura digital na definição da cultura geral do século XXI.</p>
<p>IV. Orientações (2010)</p> <p>IV</p>	<p>Nós lançamos um apelo ao acesso livre aos dados e aos metadados. Estes devem ser documentados e interoperáveis, tanto técnica como conceitualmente;</p> <p>Somos a favor da divulgação, da circulação e do livre enriquecimento dos métodos, do código, dos formatos e dos resultados da pesquisa;</p> <p>Convocamos a integração de formações em digital humanities nos currículos em Ciências humanas e sociais, Artes e Letras. Desejamos, igualmente, a criação de diplomas em digital humanities e o desenvolvimento de formações profissionais específicas. Por último, desejamos que tais competências sejam consideradas nos recrutamentos e nas evoluções de carreira.</p> <p>Compro metemo-nos com a edificação de uma competência coletiva que se apoie em um vocabulário comum, competência coletiva que procede do trabalho do conjunto dos atores. Essa competência coletiva deve se tomar um bem comum. Constitui uma oportunidade científica, mas também uma oportunidade de inserção profissional em todos os setores;</p> <p>Desejamos participar da definição e da divulgação de boas práticas, correspondentes às necessidades disciplinares e transdisciplinares identificadas, que são evolutivas e procedentes de um debate e de um consenso nas comunidades interessadas. A abertura fundamental das humanas digitais assegura, no entanto, uma abordagem pragmática dos protocolos e das visões, que mantemo direito à coexistência de métodos diferentes e concorrentes para o enriquecimento da reflexão e das práticas;</p> <p>Chamamos a construção de ciber-estruturas evolutivas que respondem às necessidades reais. Estas construir-se-ão de maneiras iterativas, apoiando-se sobre a constatação de métodos e de abordagens comprovadas nas comunidades de pesquisa.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base no Manifesto das Humanidades Digitais (2021).

Porém, mesmo a literatura mais recente acerca das HDs, não arrisca uma definição única e também considera as Humanidades Digitais como globais (Sílvia, M; Silva, J.; Waram, 2022, não paginado) ⁵¹. Então, parece repetir o mesmo padrão excludente imposto pela globalização e a hierarquização dos saberes, sem considerar os conhecimentos regionais e a política de lugar (Castro, 2019; Escobar, 2005).

Isso se revela um pouco na análise feita pelo atual coordenador nacional de ciência aberta no ministério de pesquisa da França, Marin Dacos. Em 2012, o autor fazia do grupo especialistas que debatia humanidades digitais globais, em Luxemburgo, quando foi lançada a pesquisa “quem são vocês, humanistas digitais?” 850 pessoas de vários locais do mundo responderam o questionário.

Os resultados fazem parte de um artigo de autoria de Marin Dacos, publicado em 2013. A investigação revelou uma diversidade linguística e geográfica muito grande entre os participantes, e ainda indicou que alguma coisa estava fora do lugar em relação aos debates sobre Digital Humanities Global. Dacos (2013) observou pontos revelantes para esta pesquisa, que tenta identificar os sinais das HDs na Amazônia.

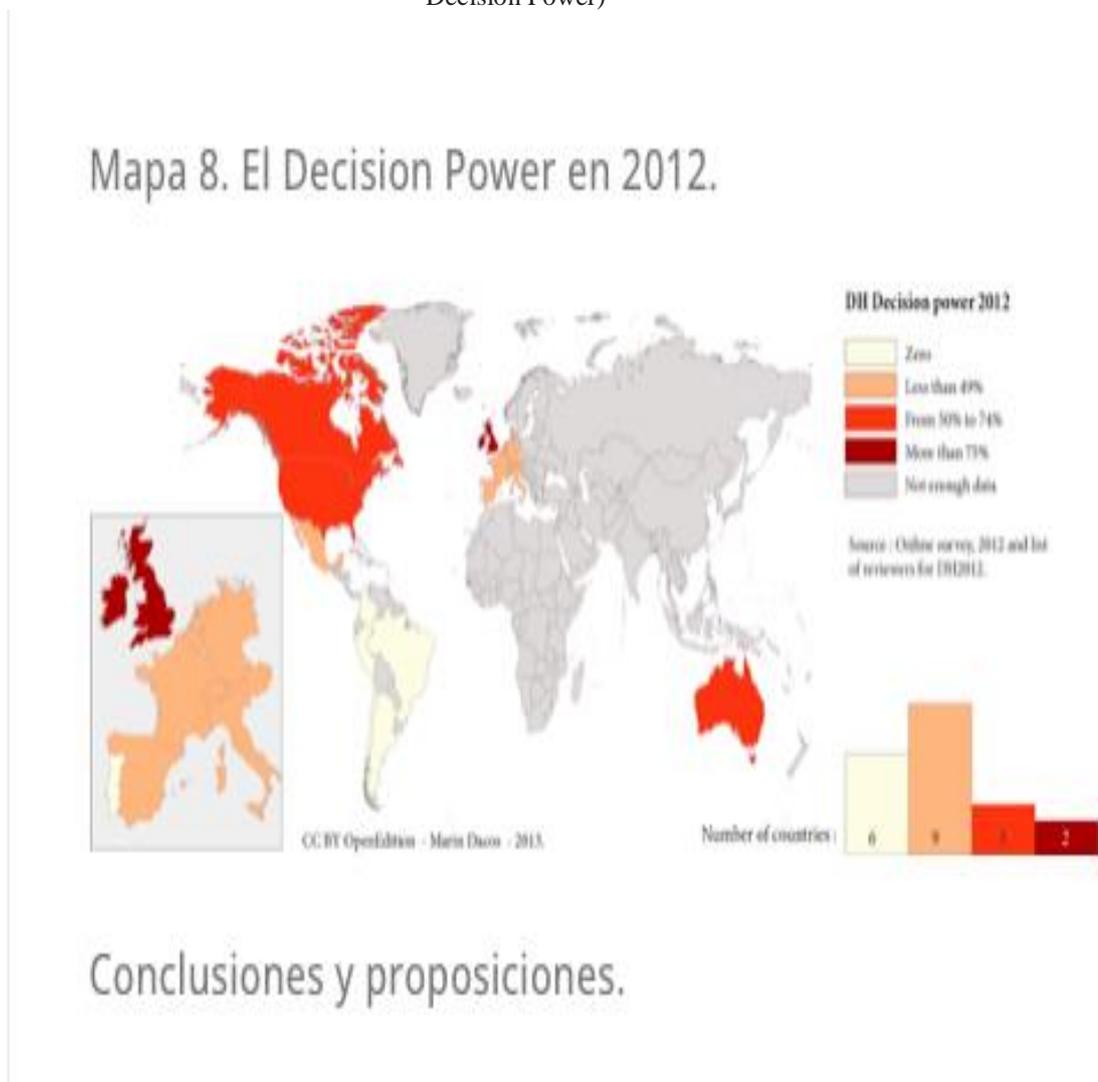
A publicação revelou que a comunidade à frente dos debates acerca das definições e progressos das Humanidades Digitais estava sendo liderada pelo norte global, mais diretamente pelo Reino Unido e suas ex-colônias (Irlanda, Canadá, Estados Unidos da América, Austrália). Com intuito de medir o progresso da diversidade no centro do poder das comunidades de HD global, Dacos propôs, na publicação, a criação de um indicador, o Digital Humanities Decision Power (DHDP), que permite medir a diferença entre o tamanho dos grupos de Humanistas Digitais e seu poder em avaliações científicas e seus procedimentos de seleção. O objetivo foi criar um indicador que permitisse o debate coletivo para tornar a comunidade mais aberta à diversidade linguística e geográfica.

Para criar o DHDP, autor relacionou o número de pessoas que responderam à pesquisa e número de especialista localizados geograficamente. Dacos identificou, na época, que os países que têm DHDP superior a 75% contribuem com $\frac{3}{4}$ de seus membros identificados pela pesquisa: “Quem são vocês, humanistas digitais?”. Era o caso da Irlanda (75%) e do Reino Unido (100%). Assim, o Reino Unido alcança bons resultados na participação na pesquisa (49 participantes) e consegue colocar o mesmo número de pessoas nos painéis de especialistas (DACOS, 2013).

⁵¹ Disponível em: <https://www.dicas.sas.uminho.pt/noticias/academia/2022/05/humanidades-digitais-se-o-desafio-e-digital-o-designio-e-humanista>. Acesso em: 4 de maio, 2023.

A pesquisa demonstrou que o poder de decisão estava todo nos países do norte global, países do sul global, incluindo Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Peru e Portugal (único do norte do planeta) não tinham nenhum poder de decisão (Mapa 6 e Tabela 1).

Mapa 6- Concentração do poder de decisão dos especialistas em Digital Humanities Global (Digital Humanities Decision Power)



Fonte: Marin Dacos (2013)

Tabela 1 – Poder de decisão HDs

Tabla 1: El Decision Power en 2012

País de residencia	DH Decision Power
Argentina	0%
Brasil	0%
Chile	0%
Colombia	0%
Perú	0%
Portugal	0%
Suiza	4%
Francia	5%
México	5%
Italia	7%
España	8%
Austria	14%
Bélgica	20%
Alemania	26%
Países Bajos	39%
Australia	46%
Canadá	50%
Estados Unidos	61%
Irlanda	75%
Reino Unido	100%

Fonte: Marin Dacos (2013).

No Brasil, o Grupo de Pesquisas Humanidades Digitais da Universidade de São Paulo realiza projetos e pesquisas acerca das HDs, desde 2009. Pesquisadores interessados em explorar e interrogar a produção, a organização e a difusão da informação no meio digital. Em 2020, o grupo de pesquisadores fundou o LaViHD – Laboratório Virtual de Humanidades Digitais, que está trabalhando junto ao C4AI – Centro de Inteligência Artificial da USP na construção do Carolina – Corpus Aberto para Linguística e Inteligência Artificial.

Mesmo com o surgimento dos grupos regionais, os estudos de humanidade digitais, estão bem direcionados à pesquisa que envolvem práticas de humanidades no mundo digital. Como é um tema relativamente novo, o grupo de São Paulo também debate o que seriam as humanidades digitais globais. São as humanidades do momento atual (Reid, 2011) ou um campo de estudos é a própria aplicação da tecnologia digital nas investigações em humanidades? (Cummings, 2011).

Então, considerando as observações no campo de estudo sobre a apropriação da tecnologia pelos povos indígenas, já é possível notar que os termos atuais usados para definir as HDs são limitantes. Primeiro, as definições ainda estão sob o olhar dos pesquisadores e

especialistas do norte global. Depois, existe uma lacuna entre os países chamados desenvolvido e os que estão em desenvolvimento e carregam as marcas da colonização e das desigualdades, como é o caso do Brasil. Nos países do sul global a exclusão digital, como este trabalho mostrou, é grande, principalmente nas áreas rurais e nos territórios indígenas.

Percebe-se que a presença das HDS na Amazônia, da forma globalmente conceituada, parece presente mais diretamente nos trabalhos de monitoramento da degradação ambiental da floresta, como mostrado no capítulo 1. Isso porque, para as digital humanities global, interessa considerar no universo digital somente os trabalhos que foram concebidos pelas humanidades, do ponto de vista acadêmico e referendado pela ciência moderna. Isso exclui a oralidade praticada pelos povos originários para transmitir os seus conhecimentos ancestrais.

Então, considerando a hipótese deste trabalho, não é possível classificar a apropriação da tecnologia e da internet pelos povos indígenas como práticas de humanidades digitais globais. Os exemplos que unem a pesquisa e a tecnologia para combater desmatamento estão mais próximos da classificação de Digital Humanities Global na Amazônia, como visto no capítulo 1.

5.2 Entre o global e o local surgem as “glocalidades digitais”.

Ainda de forma introdutória, conclui-se que as definições das HDs globais são insuficientes para compreender o fenômeno de apropriação da tecnologia e do ciberespaço pelos povos indígenas. Então, faremos o caminho inverso, partindo do local para o global, no intuito de começar a compreender os movimentos que os povos originários vêm construindo nos últimos três anos. Escobar (2005) sugere “reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de múltiplas práticas baseadas em lugares” (Escobar, 2005, p. 160). Uma política baseada no lugar deve enfrentar as complexidades das possibilidades de lugares, em um tempo no qual nada é puramente local ou global, mas, em um novo processo, podem ser entendidos como “glocals” (Escobar; Harcourt, 2007). Assim, Escobar (2005) propõe um novo conceito para as regiões, considerando o lugar e sua diversidade cultural.

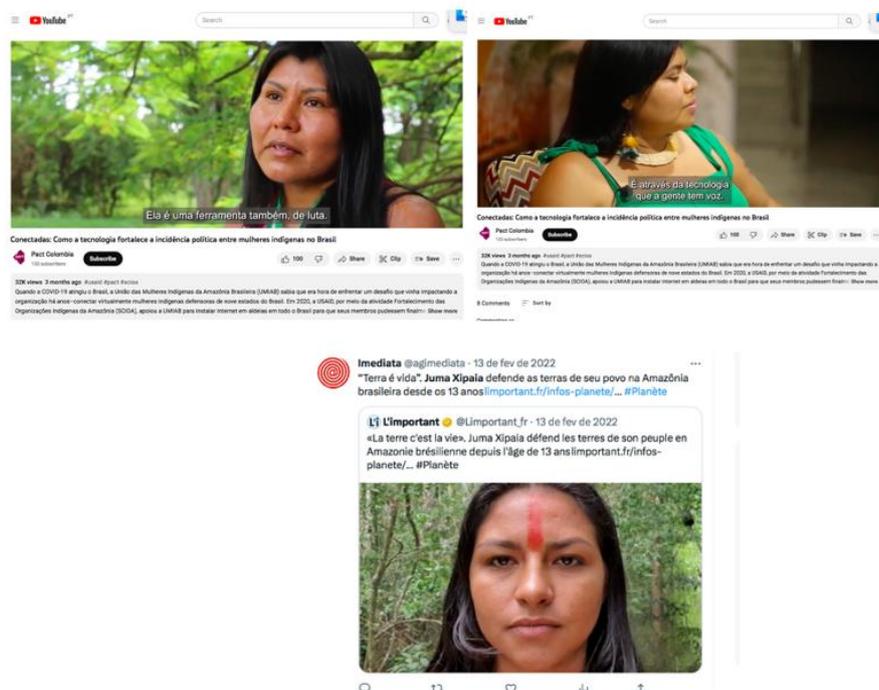
Em conjunto com Harcourt (2007), Escobar reflete que, para contrapor a globalização excludente, as glocalidades são potencialmente estratégicas, ou seja, os espaços “glocals”, entendidos como estratégicos, têm um potencial para novas políticas e identidades transformadoras. Para o escritor, as glocalidades são, simultaneamente, globais e baseadas em locais, em que os movimentos sociais desempenharam um papel proeminente.

A partir desse ponto, duas questões são importantes e surgem nesta reflexão: primeiro, “a política baseada no local sugere que precisamos levar em conta muito mais aspectos de nossas localizações sociais e culturais ao construir um movimento em busca da mudança social” (Escobar; Harcourt, 2007, p. 11); e segundo, a política feita a partir do local ganha outras dimensões quando ecoa em redes.

Escobar (2005) enfatiza a importância das redes do ciberespaço. De acordo com o autor, esses caminhos podem reinventar a dinâmica da emancipação social, pensados em termos de redes auto-organizadas. Ao se adaptarem ao ambiente em mudança do ciberespaço, os movimentos poderiam levar a uma alternativa contra à globalização excludente, assim, haveria uma política de ciberespaço, que se tornaria uma alternativa aos mundos real e virtual dominante (Escobar, 2005).

Nesse sentido, entende-se que a liderança dos povos indígenas em suas localizações sociais e culturais, têm a capacidade de moldar processos globais dentro da política de lugar, para a construção de movimentos de mudanças (Escobar; Harcourt, 2002). Usando redes globais como a Internet e Organizações não Governamentais (ONGs) transnacionais, os movimentos sociais estão trabalhando para afirmar suas próprias visões, lutar por justiça e moldar os processos globais (Escobar; Harcourt, 2002, p. 13).

Figura 43- Lideranças indígenas mulheres defendem seus territórios em seus locais em “glocalidades virtuais”



Fonte: Youtube e Facebook

Como vimos nos capítulos anteriores, os povos originários criaram redes digitais, que vêm crescendo no Brasil e, em particular, na Amazônia. Essas redes no ciberespaço estão sendo utilizadas para fazer valer seus direitos e garantir a preservação socioambiental. Eles vão do local para o global e formam o que podemos classificar como “glocalidades virtuais” figura 42. Isso poderia ser parte de uma nova política de lugar a partir de identidades transformadora, como ensinou Escobar (2005); uma política de ciberespaço que considere o lugar e sua diversidade cultural. Analisaremos esse outro ponto a partir de agora.

5.3 As práticas dos povos originários na internet e a política de lugar

Os povos indígenas em seus territórios, utilizam as tecnologias e a internet para expor suas problemáticas e, ao mesmo tempo, recebem as informações externas em tempo real e em grande volume e velocidade.

Nesse sentido, em um caminho dialético de interpretação da realidade, Santos (2005, p. 49) definiu o espaço globalizado da seguinte forma: “a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala do mundo”. Os anos que se passaram desde a reflexão do geógrafo brasileiro, com a popularização da internet, acentuaram as relações e as comunicações em territórios virtuais, em interação com os territórios reais.

A tecnologia e a *Internet*, inseridas em uma política de lugar, a partir das redes organizadas no ciberespaço, poderiam abarcar o conhecimento construído no passado em interação com o presente do planeta? Não nos referidos apenas ao conhecimento científico e acadêmicos, mas, também e principalmente os conhecimentos tradicionais, advindo do universo simbólico expressados na oralidade

As indicações do MHD em Paris foram postas nesta pesquisa apenas como ponto de partida das práticas envolvendo as humanidades e o digital na Amazônia. Como vimos, as HDs globais mostram-se insuficientes para explicar o fenômeno envolvendo os povos indígenas e suas práticas no ciberespaço a partir do uso das tecnologias. É fato que a internet uniformiza, une e amplifica as presenças de forma global e instantânea. Porém, o Brasil, como parte do sul global, reúne características socioambientais que não se encaixam em uma caixa global. Porto - Gonçalves (2017) apontou que a Amazônia tem conflitos e r-existências: de um lado, o padrão político geográfico de poder, o enfrentamento do padrão histórico, da origem, caracterizado pelo fator primário e biológico; e de outro, o padrão estabelecido pelo

mercado capitalista internacional, questões essas enfrentadas pelos grupos sociais (Porto-Gonçalves, 2017). Nesse contexto, o contato com a tecnologia que transporta as populações originárias da região, em segundos, ao mundo digital por meio da internet, parece um processo dialético do local para o global.

Fotografia 12 – O menino indígena em contato com a tecnologia.



Fonte: Mariluz Coelho Batista (2018).

Em contato com a tecnologia, o menino indígena entra no mundo digital a partir do aparelho de celular (Fotografia 13). O registro foi feito em um evento que reuniu populações tradicionais e povos indígenas na cidade de Belém, na Amazônia, em agosto de 2018 (BELÉM+30, 2018, não paginado). O menino faz parte de uma nova geração dos povos originários, que vivem em territórios locais e em “glocalidades” virtuais.

Porém, a partir das observações deste trabalho, nota-se que as práticas em torno da tecnologia no ciberespaço envolvendo os povos indígenas, possuem características voltadas aos seus locais naturais, que são os territórios dos povos originários já descritos ao longo desse trabalho. Isso ocorre, principalmente, porque a linguagem praticada pelos povos e utilizada no ciberespaço remete aos territórios, como parte do patrimônio material e imaterial da Amazônia e de outros biomas brasileiros.

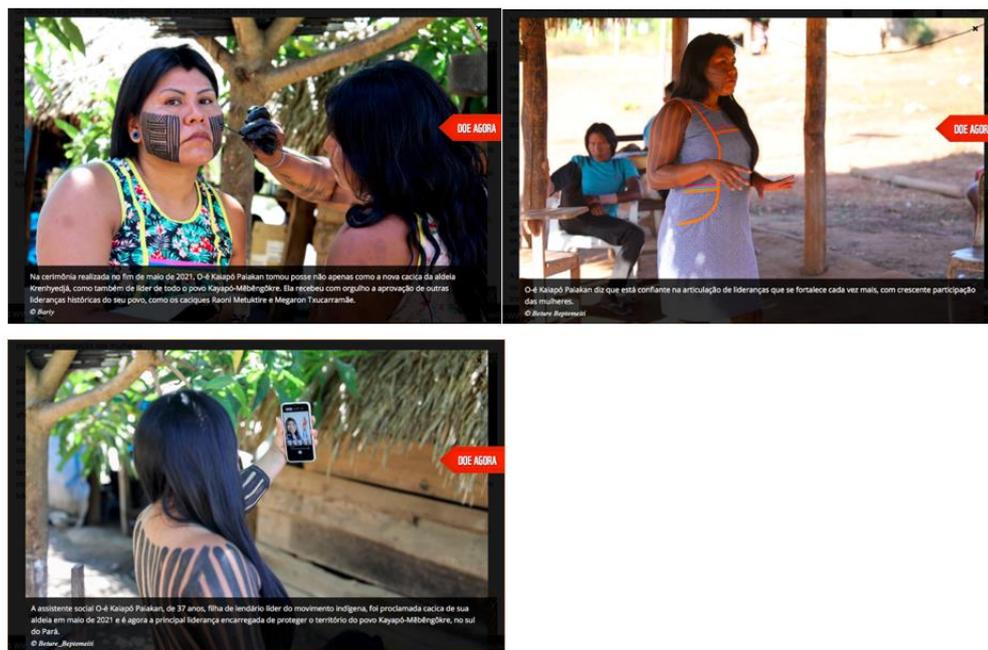
Assim, os povos indígenas apropriam-se, em ritmo intenso, dos meios tecnológicos para ampliar os processos de comunicação inclusiva e participativa. Percebe-se que a comunicação no ciberespaço é um diferencial na formação das redes. Troca-se o desenvolvimento por envolvimento. E para envolver precisa haver interação e coabitação. De forma coletiva ou individualmente, os povos indígenas estão presentes nos territórios virtuais, incluindo *sites*, plataformas, aplicativos de conversas e redes sociais, um cenário que, nos anos 1980 e 1990, seria inimaginável na Amazônia.

Neste novo momento, além de utilizarem as ferramentas tecnológicas e a internet entre grupos das diversas etnias, os povos originários interagem com a comunidade científica se apropriando das informações e dados gerados pelas pesquisas e pelos monitoramentos na Amazônia. Essa interação gera mobilização e novos engajamentos em redes. Nota-se que esses novos territórios virtuais não podem mais ser ignorados e merecem, em particular, atenção dos estudos que envolvem as ciências sociais (Vignoli; Monteiro, 2020). A produção do conhecimento, no campo das humanidades, junta-se ao poder de amplificação, interação e propagação da tecnologia e da *internet*.

O fenômeno de utilização da tecnologia e do ciberespaço pelos povos indígenas desconstrói a imagem de que o indígena é selvagem e vive isolado do resto do mundo (Krenak, 2019). As observações feitas neste trabalho, revelam que os povos originários perceberam o poder da tecnologia e a utiliza como ferramenta nos movimentos de luta pelos seus direitos e pela preservação socioambiental. Poderíamos arriscar que a chamada humanidade digital, quando inserida no contexto amazônico, ganha particularidades e um novo caminho a ser trilhado.

Na Amazônia, as humanidades digitais deixam de ser globais e passam a ser humanidades digitais “glocais”, em uma política de lugar, que não excluiu a cultura local, mas vai do local para o global, no sentido de alcançar objetivos para uma política de lugar.

Fotografia 13 - O-é Kayapó Paiakan, filha de Paulinho Paiakan, assumiu o legado do pai e tornou-se cacica⁵²



Fonte: wwf.org.

Com a morte do cacique Paulinho Paiakan, vítima da *Covid-19*, O-é Kayapó Paiakan assumiu o legado do pai e tornou-se cacica (fotografia 14). Agora ela lidera a sua aldeia, no sul do Pará, o mesmo local onde, em 1992, as mulheres não podiam falar em momentos importantes na tribo. Outra mudança é o uso da tecnologia e a internet. O-é Kayapó Paiakan faz parte da articulação das mulheres indígenas na luta pela preservação da sociobiodiversidade da Amazônia.

Nesse contexto de novas resistências, a partir do uso das tecnologias e da internet, as mulheres indígenas assumiram posições de liderança, ao conquistarem espaços, que antes eram dominados exclusivamente por homens ou, espaços que ninguém ocupava. Assim, as mulheres indígenas passaram a agir nos seus domínios – corpo, casa, meio ambiente e política. A liderança feminina em suas localizações sociais e culturais tem a capacidade de moldar processos globais dentro da política de lugar, para a construção de movimentos de mudanças (Escobar; Harcourt, 2002).

⁵²–Disponível em: [https://www.wwf.org.br/?81608/Sob-lideranca-de-uma-mulher-povo-Kayapo-luta-para-protoger-territorio#:~:text=x-,O%2D%20Kaiapó%20Paiakan%2C%20filha%20de%20lendário%20%20C3%ADder%20do%20movimento,o%20território%20de%20seu%20povo.&text=Mulheres%20reunidas%20na%20TI%20Kayapó,4%2C5%20mil%20pessoas%20vivem](https://www.wwf.org.br/?81608/Sob-lideranca-de-uma-mulher-povo-Kayapo-luta-para-protoger-territorio#:~:text=x-,O%2D%20Kaiapó%20Paiakan%2C%20filha%20de%20lendário%20%20C3%ADder%20do%20movimento,o%20território%20de%20seu%20povo.&text=Mulheres%20reunidas%20na%20TI%20Kayapó,4%2C5%20mil%20pessoas%20vivem.). Acesso em: 10 maio, 2023

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Neste trabalho, analisamos a utilização das tecnologias e da *internet* pelos povos indígenas, especialmente das mulheres indígenas, no intuito de proteção da sociobiodiversidade da Amazônia, desde o movimento as Humanidades Digitais Globais (HDs), reconhecendo seus limites por ser um debate ainda muito centrado nas dinâmicas de reflexão sobre comunicação, cultura e internet do Norte Global. Argumentamos pela pesquisa realizada que mais que a utilização da internet, a apropriação de seus instrumentos, como as plataformas de conteúdo pelos povos indígenas, com destaque para as mulheres, fez parte da construção de uma política performada pelos povos indígenas que é uma política de lugar. Para isso, identificamos exemplos da atuação dos povos originários no ciberespaço, incluindo apropriação da tecnologia e da internet pelo movimento de mulheres indígenas na Amazônia e a marcha de mulheres indígenas no Brasil contra a degradação socioambiental e a cura da terra. Assim, procuramos responder se a utilização das tecnologias e do ciberespaço pelos movimentos indígenas pode ser um caminho para proteção da sociobiodiversidade na Amazônia.

Respeitando o escopo e as limitações da pesquisa, alguns achados, ainda que levando a reflexões teórico-conceituais preliminares, foram possíveis. Primeiramente, considerando as análises feitas no Capítulo 3, observou-se que as Humanidades Digitais Globais não se mostraram conceitualmente suficientes para definir o fenômeno local de apropriação da tecnologia e da internet pelos povos originários, especialmente pela mulheres indígenas, para a proteção da sociobiodiversidade da Amazônia. Pelas definições de Global Digital Humanities, podemos classificar como HDs na Amazônia, somente as práticas envolvendo os conhecimentos acadêmicos das humanidades unidos à tecnologia para o monitoramento de desmatamento e incêndios florestais.

Como segundo achado, observou-se neste trabalho que os movimentos de mulheres indígenas assumiram o protagonismo nos ambientes de “glocalidades virtuais”, no contexto de luta pelos direitos dos povos indígenas e pela preservação socioambiental na Amazônia. Os movimentos de mulheres indígenas cresceram mais a partir de 2019, principalmente nos anos de 2020, 2021 e 2022, os anos da crise sanitária *Covid-19*. Aliado a isso, o governo de Jair Bolsonaro, com sua política indigenista anti-indígena impulsionou o crescimento da nova resistência entre os povos originários.

As mulheres assumiram a liderança dos movimentos e aprenderam a utilizar a tecnologia e a internet como instrumentos de luta. Isso parece ocorrer dos territórios locais para o universo global, a partir de linguagem que preserva a cultura indígena e utiliza os conheci-

mentos ancestrais como arma. As redes “glocais” no ciberespaço crescem movidas pela força do patrimônio imaterial, da ciência dos povos. “A força desta ciência do território, muitos não têm o poder de ver, pois a força da oralidade, nem tudo se pode escrever” (Célia Xakriabá, 2018).

O terceiro achado se refere ao que parece ser o início da construção pelos povos originários, de uma política de lugar na Amazônia, do local para o global por meio do que chamamos de “glocalidades virtuais”, como ilustrado no esquema abaixo.

Esquema 1- Rede dos povos indígenas nos territórios virtuais



Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa.

O esquema 1, elaborado a partir dos achados deste trabalho, resume um ambiente que podemos classificar como rede dos povos originários nos territórios virtuais. As redes seguem do local presencial para o local virtual, formando o território virtual glocal (local + global). Essas redes glocais perpassam pelas redes transnacionais até as redes globais. Nessa di-

nâmica, destacamos alguns aspectos observados que podem mostrar características específicas do processo de articulação destes territórios virtuais. O primeiro aspecto seria que os movimentos indígenas se apropriam da tecnologia e da internet para elaborar e providenciar articulações entre os vários povos originários no Brasil. O segundo seria que as mulheres indígenas ocupam os territórios virtuais e garantem visibilidade à luta dos povos indígenas através dos quatro domínios – corpo, casa, meio ambiente e política por meio da tecnologia e do ciberespaço. Particularmente, esta construção de visibilidade nos territórios virtuais tem sido liderada por jovens mulheres indígenas que participam dos movimentos em nível local e nacional. Outro aspecto seria que as mulheres indígenas, incluindo as comunicadoras, utilizam a ancestralidade e a cultura como estratégia de comunicação. Conectando com o último aspecto observado na construção dos territórios virtuais, as tecnologias e a internet são utilizadas como instrumento para proteção da sociobiodiversidade na Amazônia e em outros biomas brasileiros, indo do local para o global, e não o contrário. Parece emergir, assim, uma política de lugar a partir das identidades e dos conhecimentos tradicionais.

Para os povos indígenas, as tecnologias e a internet são instrumentos. Como instrumento, são os meios de mobilização e atingimento dos diversos públicos em massa. Assim, as tecnologias e a internet não são utilizadas pelos povos originários somente para fins de captação e reprodução, como comumente ocorre no ciberespaço. Isso porque, a cultura indígena tem raízes profundas e diversas, que tornam os conteúdos produzidos e disseminados incomuns e consistentes, mesmo nas simples reproduções. Nesse sentido, entendemos que uma política de lugar é possível quando parte das pessoas desse lugar e suas práticas ancestrais aprendidas, vividas e repassadas. “Nem todo conhecimento dá conta de ser guardado em um livro, se encontra no território e no epistemológico nativo, produzindo seus conceitos, inspirado no corpo da vivência, tecendo nossas narrativas por meio da experiência”, como ensina Célia Xakriabá (2018, não paginado). Por fim, os resultados desta pesquisa constituem-se introdutórios e sinalizadores de resistência frente aos movimentos de HDs Globais. Os percalços e obstáculos encontrados no caminho desta pesquisa nos mostraram um rumo diferente a ser seguido, o que contradiz à uniformização proposta pelos movimentos globais de HDs. Deste ponto inicial das reflexões, algumas novas questões não foram respondidas devido aos limites desta pesquisa, e constituem-se como elementos para desafios futuros. Assim, encerra-se esta análise com algumas perguntas: a comunicação feita de ambientes “glocais”, a partir das identidades dos povos indígenas, tem potencial para moldar processos globais? As formas de comunicação por parte das mulheres indígenas no ciberespaço são um caminho para a proteção da sociobiodiversidade da Amazônia e para a mitigação dos riscos climáticos? A comu-

nicação específica de riscos climáticas deve considerar primeiramente as percepções e as identidades locais, a exemplo da atuação das mulheres indígenas no ciberespaço?

Sobre isso, pretendo refletir nos dois próximos anos nas análises da pesquisa “políticas públicas e a análise da comunicação relacional de riscos socioambientais”, que está em andamento na Universidade de Coimbra (PT), desde 2020. Com a pesquisa, objetiva-se criar um instrumento orientativo que contribua para formulação de políticas públicas de comunicação de riscos socioambientais. Pretende-se também colaborar na criação de um modelo de governação de riscos que insira a comunicação relacional como parte permanente desses processos, no âmbito da relação dos conhecimentos. Desde os achados da dissertação e a conceituação preliminar, desde elementos que acredito conformar um território virtual de comunicação articulado pelos povos indígenas, talvez, seja possível pensar em algumas questões: em como elaborar o que são os riscos climáticos no ponto de vista das vulnerabilidades sociais e quem são os sujeitos mais afetados. Também como, a partir dessa reflexão, pode se pensar em uma comunicação mais efetiva sobre e para a mitigação de riscos climáticos que colocam em xeque a humanidade em toda a sua diversidade e o planeta do qual essas humanidades no plural fazem parte.

REFERÊNCIAS

AHDig. 2014. Disponível em: adhig.org. Acesso em: 21 jun. 2020.

ALMEIDA, A. W. B. **Nova cartografia social**: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras nos povos e comunidades tradicionais. Manaus: PNCSA, UEA, 2013.

ALVES, D. As humanidades digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, n. 69, 2016. DOI: 10.4000/lerhistoria.2496.

AMARAL FILHO, O. *et al.* **Pesquisa em comunicação na Amazônia**. Belém: FADESP, 2010. 212 p. (Série: Comunicação, Cultura e Amazônia).

AMIN, Mario Miguel, A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 107, p. 17-38, 2015.

APIB. Disponível em: link: <https://terra.com.br/noticias/brasil/greta-thunberg-e-sonia-guajajara-apelam-por-pressao-global-a-favor-dos-povos-indigenas-e-da-amazonia,ee4a5911634ff18f9ac7780e0ebefd7e678rx57t.html>. Acesso em: 21 jun. 2020

ARAÚJO, Silvia *et al.* 2022. Disponível em: em <https://www.dicas.sas.uminho.pt/noticias/academia/2022/05/humanidades-digitais-se-o-desafio-e-digital-o-designio-e-humanista>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papyrus, 2007.

AVEN, T.; RENN, O. **Risk management and governance**: concepts, guidelines and applications. 2010.

BATISTA, Mariluz Coelho. **A comunicação da tradiçiência e a comunicação inclusiva para a conservação da sociobiodiversidade na Amazônia**. Pesquisa produzida no curso Comunicação Científica na Amazônia. Belém: NAEA; UFPA, 2018.

BATISTA, Mariluz Coelho. **A comunicação da tradiçiência e a comunicação inclusiva para a conservação da sociobiodiversidade na Amazônia**. Orientadora: Marcela Vecchione Gonçalves. 2019. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Especialização em Comunicação Científica na Amazônia, Curso Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/2932>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BELÉM+30, 2018.

Disponível em: https://www.ethnobiology.net/wp-content/uploads/Declaração-Belém30_Portugues_Final_22_4_19.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção Sobre Diversidade Biológica – CDB**. Disponível em: <https://goo.gl/TZAzZc>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 10.424, de 15 de junho de 2020**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.424-de-15-de-julho-de-2020-267035345>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, set./dez, 2018, p. e33095. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33095>. Acesso em: 1 set. 2020.

BRUNO, Fernanda. Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório. **Entrevista para o site Digilab**. 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2019/10/25/tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno/>. Acesso em: 26 set. 2020.

BURDICK, A. *at al.* **Digital humanities**. London: Themitpress Cambridge, 2012.

CÂMARA. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados-03/10/2022>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CARTE des digital humanities francophones, 2014. Disponível em: <http://pireh.univ-paris1.fr/DHfrancophone> Recensement collaboratif des institutions de recherche, développement et enseignement des humanités numériques en français. Acesso em: 13 maio, 2019.

CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades**: da academia à política. São Paulo: Boitempo, 2006.

CASTELLS, M. **The internet galaxy**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. *In*: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. **Desenvolvimento, planejamento e governança**: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CASTRO, E. (org.). **Pensamento crítico latino-americano**. Belém: Annablume, 2019. CIÊNCIA GEOGRÁFICA, Bauru, v. 25, n. 3, jan./dez. 2021

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. Brasília, DF, 2018. 218 p.

COHEN, J; SCHEINFELDT, Tom (ed.) **Hacking the academy**: new approaches to scholarship and teaching from digital humanities. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2013.

COIAB. **Queimadas**. 2019. Disponível em: <https://coiab.org.br/queimadas>. Acesso em: 16 set. 2018.

COIAB. Disponível em: <https://coiab.org.br/conteudo/falar-sobre-gênero-é-cuidar-da-infância-da-juventude-e-do-território-1682645906741x495034355348144100>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DACOS, Marin. **La stratégie du sauna finlandais**: les frontières de digital humanities. Essai de Géographie politique d'une communauté scientifique. França: Open Edition, 2013.

DANTAS, Carolina; G1 - 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2020/08/25/queimadas-aumentam-25percent-das-internacoes-de-idosos-indigenas-em-2019-estudo-preve-cenario-preocupante-junto-a-covid.ghtml>. Acesso em: Acesso em: 10 fev. 2022.

DECLARAÇÃO de Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/T7zzj5>. Acesso em: 16 set. 2018.

DIETER, Michael; GERLITZ, Carolin; HELMOND, Anne; TKACZ, Nathaniel; VLIST, Fernando N. van der; WELTEVREDE, Esther. Multi-Situated App Studies: Methods and Propositions. **Social Media + Society**, v. 5, n. 2, p. 1-15, abr. 2019. DOI:

EMERGENCIAINDIGENA. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 10 maio, 2023.

ENTREVISTA. **Rev. Antropol**, v. 65, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202285> . Acesso em: 16 set. 2018.

ESCOBAR, A. Welcome to cyberia. Notes on the Anthropology of Cyberculture. **Current Anthropology**, v. 35, n. 3, p. 211-231, jun. 1994. Disponível em: <http://www.unc.edu/~aescobar/text/eng/arturowelc.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2009.

ESCOBRAR, A. After Nature: steps to an anti-essentialist political ecology. **Current anthropology**, [S.I.], v. 40, n. 1, p. 1-30, 1999.

ESCOBAR. A. Outros mundos (ya) son posibles: auto organización. Complejidade v culturas pos capitalistas. In: ESCOBAR. A. **Más allá del tercer mundo**: globalidade imperial, colonialidade global y movimientos sociales anti-globalización. Bogotá: ICANH, 2005.

ESCOBAR, Arturo; HARCOURT, Wendy. Women and the politics of place. **Development**, v. 45, n. 1, p.7-14, 2002. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/development/journal/v45/n1/pdf/1110308a.pdf>. Acesso em: 1 maio, 2019.

ESCOBAR, Arturo. Nos fundos de nossa cultura: A tradição racionalista e o problema do dualismo ontológico. **Tabula Rasa [online]**. n.18, p.15-42, 2013. ISSN 1794-2489.

ESCOBAR, Arturo; HARCOURT, Wendy. Women and the politics of place. **Development**, v. 45, n. 1, p.7-14, 2007. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/development/journal/v45/n1/pdf/1110308a.pdf>. Acesso em: 1 maio, 2019.

FACHIN, P. ; VECCHIONE GONCALVES, Marcela. **Amazônia é totalmente estratégica para nossa sobrevivência enquanto espécie**. Manaus: IHU Unisinos, 13 fev. 2019. Acesso em <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585210-amazonia-e-totalmente-estrategica-para-nossa-sobrevivencia-enquanto-especie-entrevista-especial-com-marcela-vecchione>.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FLORENTINO, R. Sistema da NASA aponta que 54% do fogo na Amazônia em 2020 advém da deflorestação. **Observador**, [2020]. Disponível em: <https://observador.pt/2020/08/22/sistema-da-nasa-aponta-que-54-do-fogo-na-amazonia-em-2020-advem-da-desflorestacao/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

GAJANIGO, P. R.; SOUZA, R. F. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 577-592, 2014.

GIL, A. **Around DH in 80 days**, 2014. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/hd2015/anotacoes/#up>. Acesso em: 16 set. 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
HAZEU, M. T. ; VECCHIONE GONCALVES, Marcela; COSTA, S. M. G. . Mobilidade do capital e estratégias de acumulação capitalista na Amazônia e no Cerrado Brasileiros. **Revista de Política Públicas da UFMA** , v. 24, p. 433-455, 2020.

HAKKEN, David. **Cyborgs @ Cyberspace?: an ethnographer looks into the future**. New York: Routledge, 1999.

HARAWAY, D. A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. *In*: HARAWAY, D. **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature**. New York; Routledge, 1991; 1996.

HARCOURT, W.; ESCOBAR, A. Women and the politics of place, **Development**, [S.I.], v. 45, n. 1, p. 7-14, 2007. DOI: 10.1057/palgrave.development.1110308.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday**. London: Bloomsbury, 2015.

HYPOTHESES. Manifesto das Humanidades Digitais. **That camp Paris**, 28 mar. 2018. Disponível em: <http://tcp.hypotheses.org>. Acesso em: 13 mai. 2019.

HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do Tempo, 2019. 400p. 978-85-69924-50-0

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. 2020. Acesso em: 20 jan. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. 2023. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo>. Acesso em: 30 mar.2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>. 2020. Acesso em: 24 abr. 2023.

JAMES Cummings, How do you define Digital Humanities?, 2011.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOMENDANTOVA, N. *et al.* Multi-hazard and multi-risk decision-support tools as a part of participatory risk governance: Feedback from civil protection stakeholders. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, 8, p. 50-67, 2014. Disponível em: DOI: <http://doi.org/10.1016/j.ijdr.2013.12.006>

KIRSCH, A. The limits of the digital humanities. **The New Republic**, 2 mayo, 2014. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/117428/limits-digital-humanities-adam-kirsch>. Acesso em: 13 maio, 2019.

KOPENAWA, DAVI; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone. Prefácio de Moisés, Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 512-549.

KOZINETS, R. V. **Netnography: doing ethnographic research online**. London: Sage, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. Networks, societies, spheres: reflections of an Actor-Network Theorist. Keynote Lecture, Annenberg School of Design, Seminar on Network Theories, February. **International Journal of Communication special issue edited by Manuel Castells** v. 5, p. 796-810, 2010; 2011,

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São

Paulo: Editora 34, 2004.

MALINI, F. Um método Perspectivista de Análise de Redes Sociais: Cartografando topologias e temporalidades em rede. *In: ENCONTRO DA COMPÓS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 25., 2016, Goiânia. **Anais** [...] Compós. São Paulo: Compós, 2016.

MANIFESTO DAS HUMANIDADES DIGITAIS – MHD. 2010. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MEMORIAL da democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/povos-do-xingu-se-encontram-no-para>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MENDES, José Manuel. Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis. Os limites da Teoria do Actor-Rede. **Análise Social**, v. 55, p. 196, 447-465, 2010. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1283950057I7wRP2tt8Pp25NK2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARIN, R. E. A.; ALMEIDA, A. W. B.; MELO, E. A. **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições; PNCSA, 2020.

MERCÊS, Simaia do Socorro Sales das, GONÇALVES, Marcela Vecchione. (org.). **Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea**. Belém: NAEA, 2017.

MENESES, Maria Paula. Desafios ambientais a Sul: o Ubuntu como ética de ligação entre a comunidade e a natureza. *In: SANTOS*, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). **Observatório da vida estudantil: interdisciplinaridade, vida estudantil e diálogo de saberes**. Salvador: Edufba, 25-59, 2021.

MOREIRA, Adriano de Lavor. **Visibilidade, comunicação, políticas públicas e saúde: ressonâncias e inter-relações na saúde indígena**. Orientadora: Inesita Soares de Araujo. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Lisboa: Piaget, 2016.

ONU. Mulheres, 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ONU. Mulheres, 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>. Acesso em: 20 abr. 2023
PACQ-COIAB. 2020.

Disponível em: https://s3.amazonaws.com/appforest_uf/f1600899377874x476923281789926300/plano_ação_fogo002a.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

PEREIRA, L. I.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. Leopoldo de Freitas. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 8-27, maio/ago. 2021.

PIETERSE, J. N. **After post-development. Third World Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 175 – 191. 2000.

POMBO, O. A interdisciplinaridade como problema epistemológico e exigência curricular. **Revista Inovação**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 173-180, 1993.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. In: Laboratório interdisciplinar sobre informação e conhecimento. Conferência luso-brasileira sobre epistemologia e interdisciplinaridade na pós-modernidade. **Anais [...]** Porto Alegre, jun. 2004. Disponível em: http://profjayrfigueiredo.com.br/EDU_AC_15.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

PORTO - GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória - tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 112 p.

POSEY, D. A.; DUTFIELD, G. **Beyond intellectual property**: toward traditional. resource rights for indigenous peoples and local communities. Ottawa; Canada: Internacional Development Research Centre, 1996.

POVOS indígenas Tembé lutam por soberania e proteção da TI Alto Rio Guamá. **Mapa de Conflitos**, 5 fev. 2022. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-tembe-lutam-por-soberania-e-protecao-da-ti-alto-rio-guama>. Acesso em: 5 fev. 2022.

REGARRIERI, Lorena Lucas, **Agoratmização da vida**: o debate da Amazônia e incêndio florestais no Twitter em 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

REID, Alex. *How do you define Digital Humanities?*. [S.l.:s.n.], 2011.

RELATÓRIO do IPCC é um código vermelho para a humanidade. **ONU News**, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759292>. Acesso em: 1 dez. 2021.

REVISTA VEJA, São Paulo, n. 1230, 10 jun. 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-25-Capa-da-revista-Veja-10-jun-1992-em-que-foi-publicada-a-materia-O-selvagem_fig6_273942584. Acesso em: 20 abr. 2023 –

SACCHI, Â. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, ano 7, v. 14, n. 1-2, p. 95-110, 2003

SAD, do IMAZON. Disponível em: site do @amazonia_real”, diz o tweent. Acesso em: 4 maio, 2020.

- SÁ JÚNIOR, A. F. *et al.* **Além da floresta**: um olhar internacional sobre a Amazônia. Boa Vista: Editora IOLE, 2021. 161 p.
- SANTIAGO, A.; ROCHA, P. M. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, ano, 7, v. 7, n. 1, p. 155-173, jan./jun. 2020.
- SANTILLI J. Biodiversidade e as comunidades tradicionais. *In*: LIMA A; BENSUSAN N, editores. **Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais**. São Paulo: ISA; UnB. 2003. p. 89-94.
- SANTILLI, J. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. **Revista do Patrimônio**, v. 32, p. 62-79, 2005.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n.79, p. 71- 94, nov. 2007.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009.
- SANTOS, B. S. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. Lisboa: Edições 70, 2020.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SATÉLITES da Nasa mostram que maioria das queimadas na Amazônia tem origem no desmatamento. **Jornal Nacional**, G1, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/22/satelites-da-nasa-mostram-que-maioria-das-queimadas-na-amazonia-tem-origem-no-desmatamento.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- SAWYER, D. **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, DF: UnB. 2011. p. 370.
- SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. **A companion to digital humanities**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2004. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/companion>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- SHIVA, V. **Monocultura da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Josué da Costa; WARAM, Francisco Oro; PINHEIRO, Tainá Trindade. **Ciência geográfica**. 2021. Disponível em: <https://www.dicas.sas.uminho.pt/noticias/academia/2022/05/humanidades-digitais-se-o-desafio-e-digital-o-designio-e-humanista>. Acesso em 04 de maio de 2023.
- SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 15-26, out. 2007.

SUAREZ, Marcela. What can multi-sited and digital ethnography contribute to innovation studies in the global South?, **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**. [S.l.; s. n.], 2019. DOI: 10.1080/20421338.2018.1528703.

SOUSA, M. C. P. As humanidades digitais globais? Anotações. **Humanidades digitais**, out. 2015. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/hd2015/anotacoes>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SVENSSON, P. The landscape of digital humanities. **DHQ: digital humanities, quarterly**, umeå university, [S.I.], v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <http://digitalhumanities.org/dhq/vol/4/1/000080/000080.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

TERRA. 2012 Disponível em: link: <https://terra.com.br/noticias/brasil/greta-thunberg-e-sonia-guajajara-apelam-por-pessao-global-a-favor-dos-povos-indigenas-e-da-amazonia,ee4a5911634ff18f9ac7780e0ebefd7e678rx57t.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

TERRAS, M. **Quantifying digital humanities**. 2007; 2012 UCL Center For Digital Humanities. Disponível em: <http://blogs.ucl.ac.uk/dh/2012/01/20>. Acesso em: 12 abr. 2019.

TERRAS, M.; NYHAN, J.; VANHOUTTE, E. **Defining digital humanities: a reader**. Surrey: Ashgate, 2013.

TORRES, Mauricio; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.

VELHO, O. Os novos sentidos da interdisciplinaridade. **Mana**, v. 16, n. 1, p. 213-226, 2010.

VIGNOLI, R. G.; MONTEIRO, S. D. **Deep web e dark web: similaridades e dissimilaridades no contexto da ciência da informação, transinformação**. [S.l.: s.n.], v. 32, 2020. DOI: 10.1590/2318-0889202032e190052.

WARWICK, C., TERRAS, M., NYHAN, J. **Digital humanities in practice**. London: CILIP, 2012.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. [S.I.]: Difel, 2006.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010. [Original 2009].

YOUTUBE. Disponível em: <https://youtu.be/aIoL-E9Q1io>; *tweent* Acesso em: 30 jun. 2020.

ZAPAROLLI, Domingos. **Revista FAPEP**, 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/tecnologia-a-servico-das-florestas/>. Acesso em: 24 abr. 2023

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **The Lancet**, [S.l.], v. 395, p. 676, 2020, DOI: 10.1016/S0140-6736(20)30461-X

ZORICH, D. **A survey of digital humanities centers in the united states**. Washington: Library of Congress, 2008. Disponível em:
<http://www.clir.org/pubs/reports/pub143/pub143.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.